

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

MICHELI APARECIDA DE OLIVEIRA

**IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO ESPAÇO DA SANGA PINHEIRINHO EM
TOLEDO - PR**

**TOLEDO – PR
2016**



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

MICHELI APARECIDA DE OLIVEIRA

**IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO ESPAÇO DA SANGA PINHEIRINHO EM
TOLEDO - PR**

**TOLEDO – PR
2016**

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

O48i Oliveira, Micheli Aparecida de
Implicações socioambientais no espaço da Sanga Pinheirinho em
Toledo - PR / Micheli Aparecida de Oliveira. -- Toledo, PR : [s. n.],
2016
130 f. : il., quadros

Orientadora: Profa. Dra. Roseli Silma Scheffel
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade
Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Toledo. Centro de Ciências
Sociais Aplicadas.

1. Serviço social - Dissertações 2. Educação ambiental 3.
Preservação ambiental 4. Meio ambiente - Pobreza - Toledo (PR) 5.
Santa Clara IV (Toledo, PR) - Aspectos socioambiental 6. Sanga
Pinheirinho (Toledo, PR) - Vulnerabilidade ambiental 7.
Planejamento urbano - Qualidade ambiental I. Scheffel, Roseli
Silma, orient. II. T

CDD 20. ed. 363.70098162

MICHELI APARECIDA DE OLIVEIRA

**IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO ESPAÇO DA SANGA PINHEIRINHO EM
TOLEDO - PR**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social. Área de concentração em Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos Humanos.

Orientadora: Profa. Dra: Roseli Silma Scheffel.

TOLEDO – PR
2016

MICHELI APARECIDA DE OLIVEIRA

**IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO ESPAÇO DA SANGA PINHEIRINHO EM
TOLEDO - PR**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social. Área de concentração em Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos Humanos.

Orientadora: Profa. Dra: Roseli Silma Scheffel.

Banca Examinadora.

Profa. Dra. Roseli Silma Scheffel (orientadora)
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Dalésio Ostrovski
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Profa. Dra. Eugenia Aparecida Cesconeto
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Toledo, 20 de janeiro de 2016.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Centro de Ciências Sociais Aplicadas/CCSA
Campus de Toledo

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social - Mestrado/PPGSS
Rua da Faculdade, 645 - Jd. Santa Maria - Fone: (45) 3379-7130 - CEP 85903-000 Toledo - PR
E-mail: toledo.mestradoservicosocial@unioeste.br



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Ata da Banca de Defesa do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social – Nível Mestrado/PPGSS, Área de Concentração: Serviço Social, Política Social e Direitos Humanos. Linha de Pesquisa: Políticas Sociais, Desenvolvimento e Direitos Humanos.

Aos vinte dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, às quatorze horas, em sessão pública, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná/ Unioeste – *Campus* de Toledo, perante a Banca Examinadora composta pelos professores: Prof.^a Dr.^a Roseli Silma Scheffel (Orientadora/UNIOESTE), Prof. Dr. Dalésio Ostrovski (UTFPR), Prof.^a Dr.^a Eugênia Aparecida Cesconeto (UNIOESTE), presidida pela primeira, compareceu a mestranda **MICHELI APARECIDA DE OLIVEIRA** para realizar Banca de Defesa de Dissertação, com o trabalho intitulado: **“Implicações Sócioambientais no Espaço da Sanga Pinheirinho em Toledo – PR”**. Feitas as arguições e tendo a candidata respondido às questões que lhe foram formuladas, a banca examinadora considerou-a APROVADA, fazendo jus ao título de **Mestra em Serviço Social** e fez as seguintes orientações:

que a dissertação, na sua versão final, seja adequada
atendendo as sugestões dos membros da banca examinadora.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente ata, lavrada e assinada por mim, Roseli Silma Scheffel, Presidente da Banca, pelos demais membros e pela mestranda.

Toledo, 20 de janeiro de 2016.

Roseli Silma Scheffel

Presidente

Roseli Silma Scheffel

Dalésio Ostrovski

Membro

Dalésio Ostrovski

Eugênia Aparecida Cesconeto

Membro

Eugênia Aparecida Cesconeto

Micheli Aparecida de Oliveira

Mestranda

Micheli Aparecida de Oliveira

OLIVEIRA, Micheli Aparecida. **IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO ESPAÇO DA SANGA PINHEIRINHO EM TOLEDO - PR.** 2016. 130 páginas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus Toledo*, 2016.

RESUMO

O objeto de estudo dessa pesquisa versa sobre as implicações socioambientais na Sanga Pinheirinho em Toledo – PR. A problemática da pesquisa centra-se na questão: em que medida o uso da Sanga Pinheirinho pelos moradores de seu entorno interfere diretamente na preservação do meio ambiente. Sendo seu objetivo geral compreender como a preservação da Sanga Pinheirinho e a qualidade de vida da população podem ser comprometidas em decorrência do seu uso pelos moradores de seu entorno. E como objetivos específicos abordar pobreza, meio ambiente e suas aproximações ao serviço social; compreender o movimento de construção do Município de Toledo e levantar junto aos moradores do Bairro Santa Clara IV suas representações acerca do uso da sanga e as implicações socioambientais oriundas. A metodologia adotada foi a qualitativa, com a realização de pesquisa bibliográfica e documental relativa às questões ambientais e socioambientais, aspectos acerca da qualidade de vida e informações características do município e bairro, bem como a representação dos moradores sobre o tema proposto. Foram utilizados dados socioeconômicos coletados junto ao Cadastro Único do Município de Toledo – PR bem como do Centro de Referência de Assistência Social do Bairro Santa Clara IV e ainda dados obtidos através das entrevistas realizadas com os moradores do bairro. Para tanto, foram utilizadas questões norteadoras em entrevista semiaberta realizada em local de escolha do entrevistado. Por fim, foram relacionados os dados e informações obtidos no trabalho de campo com o referencial teórico utilizado como subsídio para o estudo.

Palavras chave: implicações socioambientais; Sanga Pinheirinho; questões ambientais; serviço social.

OLIVEIRA, Micheli Aparecida. **THE SOCIAL AND ENVIRONMENTAL IMPLCATIONS ON THE SPACE SANGA PINHEIRINHO IN TOLEDO CITY - PR.** 2016. 130 páginas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* Toledo, 2016.

ABSTRACT

The object study of this research deals with the social and environmental implications on Sanga Pinheirinho in Toledo City – PR. The goal was to understand to what extent the preservation of Sanga Pinheirinho and the population's quality life may be compromised as a result of its use by the residents of their surroundings and how is representation thereof on the theme. The methodology was qualitative, with the completion of bibliographic and documentary research on the environmental and socio-environmental issues, aspects regarding life quality and municipality characteristics information and neighborhood, as well as the representation of residents on the proposed topic, if scored, also questions the professional social work and its performance. Collected socioeconomic data were used by the Unified Register of the Toledo City – PR and the Central Social Assistance Reference of the Santa Clara IV district and further data obtained through interviews with neighborhood residents. Therefore, guiding questions in semi-open interview which was held in place of choice of the interviewee were used. In final analysis, it was related data and information obtained in fieldwork with the theoretical framework used as input for the study.

Key words: implications social-environmental; Sanga Pinheirinho; environmental issues; social service.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a Deus, pelo dom da vida, esplendor dos dias, vitalidade, força e fé com que tem me abençoado ao longo desta trajetória. Agradeço aos meus pais Cleuza e João, sem os quais nada disso seria possível, pelo apoio de sempre e compreensão necessárias. À minha irmã e companheira Susi, pelos conselhos e palavras de ânimo quando as coisas pareciam sempre mais difíceis e também a meu amado e saudoso irmão Fernando (*in memoriam*) que certamente olhou e olha por mim durante todo o tempo. Agradeço em especial ao meu amado esposo Eder pelo auxílio, carinho e força para sempre seguir em frente e ainda por sua compreensão em momentos de falta e nervosismo.

Agradeço também aos professores do mestrado sem os quais o processo de construção seria notoriamente outro. À minha orientadora, Prof^a Dra. Roseli Silma Scheffel por sua compreensão e orientações em momentos de dúvida. À Prof^a Dra. Marli Renate von Borstel Roesler coorientadora, seus direcionamentos e subsídios colaboraram de forma significativa para a conclusão deste trabalho. Agradeço também à banca de qualificação composta pelas docentes Eugenia Aparecida Cesconetto e Marise Rauber Engelbrecht e aos professores da banca de defesa professor Dr. Dalésio Ostrovski, professora Dra. Karen Hyalmager Gongora Bariccatti, professora Dra. Eugenia Aparecida Cesconetto e professora Dra. Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago.

Um agradecimento também aos meus colegas de mestrado, Carol, Elaine, Cleber, Roseane, Edriane, Claires, Willian, Vivian e Terezinha com os quais compartilhei experiências, conhecimentos, angústias, nervosismos, mas também inúmeros momentos de alegria. Não poderia também deixar de agradecer à minha amiga irmã Laura, pelas conversas, experiências compartilhadas e apoios em momentos de tensão.

E finalmente, agradeço aos moradores do Bairro Santa Clara IV os quais se dispuseram a participar desta pesquisa, bem como, pelo acolhimento dispensado e pelos saberes compartilhados.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

APP – Área de Preservação Permanente

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CEU – Centro de Artes e Esportes Unificados de Toledo

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

IAP – Instituto Ambiental do Paraná

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

MARIPÁ – Madeireira Rio Paraná

MPC – Modo de Produção Capitalista

OMS – Organização Mundial de Saúde

PAIF – Programa de Atendimento Integral à Família

PNDU – Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

PNMA – Política Nacional de Meio ambiente

PPC – Paridade de Poder de Compra

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SANEPAR – Serviço de Saneamento do Paraná

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

WWF – Fundo Mundial para a Natureza

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Qualidade de vida.....	61
Quadro 2 – Malha Hidrográfica do Município de Toledo.....	76
Quadro 3 –Perfil dos moradores por faixa etária.....	80
Quadro 4 – Tempo de moradia no bairro.....	80
Quadro 5 – Conhecem a Sanga Pinheirinho.....	81
Quadro 6 – Visitaram a Sanga Pinheirinho.....	81
Quadro 7 – Opinião dos moradores em relação à existência de dano à saúde de quem frequenta a Sanga Pinheirinho para banho.....	84
Quadro 8 – Opinião dos moradores em relação a se a “visitação” existente à Sanga pode trazer algum dano ao meio ambiente ou poluição da mesma.....	92
Quadro 9 – Existência de opções de lazer e divertimento que as famílias/moradores possam frequentar de forma acessível.....	94
Quadro 10 – Participou de alguma convocação à comunidade para discussões de implantação do Parque Linear da Sanga Pinheirinho.....	97
Quadro 11 – Opinião dos moradores em relação aos benefícios do Parque Linear da Sanga Pinheirinho à população e ao meio ambiente.....	99

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 QUESTÃO AMBIENTAL E EXPRESSÕES DA POBREZA	23
1.1 MEIO AMBIENTE, VULNERABILIDADES E EXPRESSÕES DA POBREZA	25
1.1.2 O direito humano ao meio ambiente sadio na sociedade capitalista	37
1.2 ASPECTOS DIVERSOS SOBRE A POBREZA E SUAS E IMPLICAÇÕES	40
1.3 POBREZA ABSOLUTA E POBREZA RELATIVA	51
2 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO MUNICÍPIO E ASPECTOS SOCIOESPACIAIS DO BAIRRO SANTA CLARA IV E A SANGA PINHEIRINHO EM TOLEDO-PR	57
2.1 DESENVOLVIMENTO URBANO, QUALIDADE DE VIDA E MEIO AMBIENTE ...	57
2.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO DE TOLEDO E INÍCIO DE SUA TRAJETÓRIA DE URBANIZAÇÃO	65
2.3 O BAIRRO SANTA CLARA IV E A SANGA PINHEIRINHO: DESAFIOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIOAMBIENTAIS	70
2.3.1 Malha Hidrográfica do Município de Toledo	77
3 A REPRESENTAÇÃO DOS MORADORES ÀS IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NA SANGA PINHEIRINHO	80
3.1 AS REPRESENTAÇÕES E DIÁLOGOS DOS MORADORES AO ENTORNO DA SANGA PINHEIRINHO	81
3.2 A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NA BUSCA DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICES	121
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MORADORES	122
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	121

ANEXOS	125
ANEXO A – TERMO DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELO CAMPO DE ESTUDO: SECRETARIA DE HABITAÇÃO E URBANISMO	126
ANEXO B - TERMO DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELO CAMPO DE ESTUDO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	125
ANEXO C - TERMO DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELO CAMPO DE ESTUDO: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO	128
ANEXO D – DECLARAÇÃO DE COLETA DE DADOS NÃO INICIADA.....	129
ANEXO E – TERMO DE COMPROMISSO PARA USO DE DADOS EM ARQUIVO	130
ANEXO F - PARECER COMITÊ DE ÉTICA	131

INTRODUÇÃO

Elementos catastróficos naturais figuram o quadro que se apresenta na relação natureza e sociedade capitalista e (paradoxalmente) se apresentam como possibilidade de mudanças no modo de produção de vida das espécies. Elementos estes que, ao contrário do que se propaga, estão atrelados de forma real ao capital. O mundo vem aprofundando a degradação dos recursos naturais, e as evidências desse bárbaro crime estão visíveis na escassez dos mesmos, no aquecimento planetário, na produção extrema de descartáveis. O que define o modo de produção atual, ao contrário das sociedades anteriores ao capitalismo é o trabalho para a obtenção do lucro. Em uma economia mercantil o capital centraliza os meios de produção onde o objetivo é o lucro, e ao se adotar a formação de excedentes para o mercado com a finalidade da obtenção deste, a burguesia institui a concorrência como ponto central à prática econômica onde impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas criando também uma nova etapa na relação com o meio ambiente. Silva (2010), aponta que, do domínio da terra (em modos de produção anteriores) passa-se ao domínio da natureza em escala planetária.

A questão ambiental tem assim na grande indústria bem como no modo de produção capitalista pontos centrais e nevralgicos, pois os mesmos concretizam o “idealizado” domínio da natureza, sendo essa apropriação realizada de forma bárbara. O desenvolvimento das forças produtivas e a tecnologia subordinam-se ao capital, assim o desenvolvimento que se obtém neste modelo de produção cria condições para a expansão dos horizontes do homem ao passo que também sabota este mesmo homem, mediante a degradação de suas condições de vida e trabalho bem como da destruição da natureza.

A questão ambiental, em suas diversas vertentes, aponta para o produto da ação humana na natureza com uma crescente depredação da mesma e consequências visíveis para a humanidade. Silva (2010), mostra a questão como sendo um conjunto de deficiências na própria reprodução do sistema e que tem sua origem na escassez de matérias do processo de produção advindas da natureza, ilustra-se na não capacidade do planeta em prover de forma ilimitada os recursos que se utilizam à reprodução da vida centrada na produção e consumo elevados.

A problemática ambiental é, por vezes, analisada de forma específica na estruturação e reestruturação socioespacial, onde se desconsidera quase sempre suas vinculações com a estrutura de classes. Na medida em que se incorpora a estrutura de classes a esta análise tem-

se a possibilidade de percepção dos sujeitos que se apropriam dos benefícios das atividades econômicas cujos custos são divididos com toda a sociedade.

O capital subverte ainda a discussão que se apresenta em relação ao meio ambiente e a sustentabilidade. O senso comum ambiental firma o discurso classista de responsabilização igual de todos pela conjuntura do planeta, de maneira que a questão ambiental é tratada de forma individual, deixando de lado o papel da classe burguesa.

Assim, considerando a estrutura de classes, a degradação ambiental que afeta a toda a população do planeta, irá afetar de forma muito mais direta, prática e visível a população vulnerabilizada e/ou que se encontra em situação de violação de direitos. Essa população que já vivencia as expressões da “questão social” é mais uma vez alvo da forma bárbara que o capital possui para dar continuidade a seus ciclos.

A comunidade, grupo ou família que vive em condições de vulnerabilidade social ou pobreza, sem condições de dar conta sequer das necessidades do estômago de forma digna se vê excluída das possibilidades de vivências do lazer e/ou atividades que as satisfaçam. Se estes, encontram-se em situação de pobreza e sem a possibilidade de alternativas de vivências de lazer onde estas não sejam mercadorias (situações em que não seja necessário pagar para se obter lazer), situações decorrentes desta ausência podem surgir interferindo na qualidade de vida dos sujeitos bem como no meio ambiente em que estão inseridos.

Trabalhar qualidade de vida é amplo e por sua vez abrange e integra variados significados, conhecimentos e experiências pessoais e de coletividade. Algo que a define de forma mais abrangente pode ser adotada como o grau desenvolvido de bem estar individual e grupal, o qual é determinado pelas necessidades básicas da população. Uma discussão que englobe qualidade de vida, demanda a consideração sobre a necessidade de um novo diálogo, com nova racionalidade e razão na sociedade, onde se possa reintegrar a natureza no cotidiano e na cultura da população, será necessário que se reinvente a cidadania. Para Roesler (2007) quando se aborda qualidade de vida é impossível dissociá-la de sustentabilidade. Para a autora, a sustentabilidade desafiada ao novo milênio é entendida por Bursztyn em sua dimensão de sustentabilidade ecológica e social.

O interesse pelo tema surge a partir de estudos da natureza ainda no ensino médio e posteriormente, durante a graduação em serviço social na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, vislumbra-se a possibilidade de entrelaçar o tema ao serviço social. Durante a graduação no ano de 2009, a discente inseriu-se no Programa de Educação Tutorial – PET vinculado ao curso de serviço social, o qual tinha por tema: Meio ambiente e uso sustentável dos recursos naturais. O programa possibilitou as primeiras aproximações da

temática com o serviço social para a acadêmica, com a participação em projetos, viagens e a produção de artigos relacionados ao tema. Com o Programa pôde-se desenvolver um olhar crítico acerca das relações socioambientais e enxergar outras possibilidades ao serviço social e ao trabalho do assistente social. A atuação profissional relacionada ao meio ambiente aponta para um campo emergente ao serviço social, possibilitando um novo espaço de atuação. O Programa de Educação Tutorial contou com a participação da acadêmica pelo período de dois anos, onde foram desenvolvidas diversas atividades relacionadas ao serviço social e ao meio ambiente. Dentre essas atividades, foram desenvolvidas oficinas de Educação Ambiental com adolescentes do Projeto Florir Toledo, a qual além de possibilitar o aprendizado e vivências dos adolescentes participantes, também oportunizou estudos e aprofundamentos sobre a temática do meio ambiente aos acadêmicos, trazendo uma dinâmica diferenciada ao processo de formação de ambos os lados.

Durante o último ano de graduação em serviço social em 2010, optou-se em realizar a pesquisa de TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, relacionada às questões ambientais. Com a inserção da acadêmica no ano anterior (2009) no campo de estágio (Secretaria de Habitação e Urbanismo do Município de Toledo), a pesquisa foi desenvolvida com a abordagem em habitações precárias e meio ambiente¹.

Após a graduação, a partir da produção do conhecimento, inquietações foram sendo geradas e vários enfrentamentos surgiram com a inserção no mercado de trabalho. Visualizou-se a “pobreza” em diversos campos de atuação do serviço social no desafio profissional do cotidiano, o que suscitou na acadêmica o desejo de estudar de forma mais profunda as relações socioambientais, correlacionar meio ambiente e pobreza, reconhecendo como uma necessidade a discussão deste tema emergente ao serviço social interligado a uma questão central ao serviço social, a pobreza.

Dessa maneira abriu-se caminho para a presente pesquisa. O trabalho tem início com a inserção da discente no Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Serviço Social na Universidade do Oeste do Paraná no ano de 2013, onde foram cursadas as disciplinas obrigatórias bem como as de caráter eletivo², o que oportunizou o início da construção do

¹ O trabalho englobou dois gestores do município, sendo das políticas de habitação e meio ambiente, e teve como título: O Impacto ambiental gerado e agravado por habitações em condições precárias, utilizando-se como método de pesquisa o estudo bibliográfico com a complementação de entrevistas dos gestores municipais. O docente orientador do trabalho desenvolvido foi a professora Dra. Marli Renate von Borstel Roesler, também tutora do grupo PET e pesquisadora na área de interesse.

² As disciplinas obrigatórias cursadas no ano de 2013 foram: **Fundamentos do Serviço Social: Desenvolvimento Sócio-histórico e concepções contemporâneas**, ministrada pelas docentes Rosana Mirales e Esther Lemos. **Fundamentos da Política Social e Direitos Humanos**, ministrada pelas docentes Marli Renate von Borstel Roesler e Vera Lúcia Martins. **Trabalho, Questão Social e Serviço Social**, ministrada pelo docente

projeto de pesquisa dentro do tema abordado. O interesse pela Sanga Pinheirinho se deu a partir de orientações, fatos e notícias veiculadas acerca da poluição que vem ocorrendo ao longo de seu trajeto, quando foi discutida a idéia de uma pesquisa neste sentido. A Sanga faz parte da Bacia Hidrográfica do Rio Paraná 3 com sua nascente na cidade de Toledo, no Bairro Pinheirinho e sua foz no Rio Toledo.

Destaca-se dentre os impactos ambientais a grande quantidade de lixo depositado às margens da Sanga que vem ocasionando a sua degradação entre outros fatores. A Sanga tem o seu leito em diversos bairros do Município de Toledo, sabendo-se de antemão que o ponto em que se realizou a pesquisa com os moradores é uma localidade onde existe grande visitação de sujeitos. Desse modo, optou-se pelo Bairro Santa Clara IV para a escolha dos moradores. A proposta aqui apresentada pretende uma reflexão crítica acerca de uma abordagem e análise socioambiental.

O bairro apresenta algumas famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e inseridas em programas sociais, comprovado por meio de dados disponibilizados pelo Centro de Referência de Assistência Social. A partir de atendimentos realizados pela Secretaria de Assistência Social do Município de Toledo pôde-se ter uma dimensão de como se dá a pobreza existente no município. O bairro em questão pode se igualar também a outros em situação semelhante (referentes a dados sociais), entretanto a existência de um APP – Área de Preservação Permanente no local modifica o olhar lançado ao mesmo, pois neste caso surgem implicações socioambientais a serem analisadas. Assim discute-se a pobreza como um todo, para seu geral entendimento para que então seja compreendida e relacionada ao meio ambiente, ao passo que se incluem questões que dizem respeito à cidade, bairro e meio ambiente daquela localidade se busca também a percepção dos moradores em relação à categorias suscitadas e trabalhadas no presente texto.

Tais questões compõem um quadro pouco trabalhado mas muito valioso ao serviço social, visto que implica questões inerentes à profissão como demanda comum em sua agenda como é o caso da pobreza e suscita ainda questões emergentes como temas relacionados ao meio ambiente. Este quadro composto indica em síntese, a atuação do serviço social, posto

Alfredo Batista. Como Disciplina eletiva do ano de 2013 optou-se por **Direitos Humanos**, ministrada pela docente Roseli Silma Scheffel. No ano letivo de 2014 foram cursadas as disciplinas: **Políticas Públicas Ambientais, Desenvolvimento e Novos Direitos**, de caráter eletivo, ministrada pela docente Marli Renate von Borstel Roesler e **Seminário de Pesquisa**, de caráter obrigatório, ministrada pelo docente Alfredo Batista. A docente também realizou no ano de 2014 o Estágio de Docência, aplicado no curso de graduação em serviço social para a turma da 3ª série na disciplina de Pesquisa em Serviço Social II, acompanhada pela docente Eugenia Aparecida Cesconetto.

que para a realização desta atuação às temáticas dispostas, há que se conhecer em relação ao que problematiza, suas relações e correlações para então obter informações acerca da localidade de atuação e de forma muito importante considerar a opinião do usuário do serviço social. Em qualquer nível de atendimento a atuação profissional deve tecer conhecimentos relativos a pontos e questões que se colocam de forma extremamente importantes, que caracterizam o cotidiano e fazem com que o conhecimento teórico e empírico sejam utilizados de forma adequada em prol da atuação profissional e do usuário.

A apreensão das relações entre meio ambiente e pobreza é montante para uma demanda acadêmica e tornam-se exigências para políticas ambientais e sociais, porém Correa afirma que “ainda continua sendo pouco compreendido como recursos naturais são parte fundamental da formação do bem-estar dos indivíduos, e como podem em caso de serem fragilizados constituir uma ameaça para a ampliação da pobreza” (CORREA, 2013, p. 2).

Na atualidade o meio ambiente já é visto e tratado como mercadoria, seguindo a lógica do capital. Devido às circunstâncias mercadológicas que cercam também os recursos naturais, os indivíduos pobres são mais vulneráveis às mudanças que ocorrem na natureza pelo fato de viverem em zonas marginais e de alto risco. Segundo Correa (2013), as pessoas pobres são mais vulneráveis às mudanças no ambiente devido a aspectos como:

Maior dependência dos recursos naturais para viver; [...] maior exposição a desastres ambientais, já que se concentram em locais geográficos de maior risco de eventos extremos do clima ou em zonas com maior insustentabilidade ambiental; [...] maior vulnerabilidade por interações com aspectos sociais, políticos e econômicos relacionados a restrições no acesso a serviços públicos de água potável, saneamento básico, cuidados de saúde, acesso à educação, condições precárias de habitação e infraestrutura entre outros (CORREA, 2013, p. 1).

A complexidade dos elos entre pobreza e meio ambiente é múltipla, por isso requer políticas adequadas e intersetoriais. Para a relevância do tema abordado, considera-se sua contribuição intelectual à questão da pobreza levando em consideração aspectos locais e que podem também ser contributivos à construção de características do município referentes ao tema abordado. Espera-se também que o estudo possa contribuir ao debate no que tange às implicações socioambientais bem como, fomentar discussões e viabilizar identificação de limites e possibilidades de atuação profissional ao serviço social, e ainda contribuir para a reflexão acerca da temática aos moradores do bairro participantes da pesquisa. Justifica-se também, pois ao evidenciar problemáticas socioambientais possíveis surgem novos desafios e caminhos para a sua superação.

Assim tem-se como problema para a presente pesquisa a questão: Em que medida o uso da Sanga Pinheirinho pelos moradores de seu entorno interfere diretamente na preservação do meio ambiente?

O que se pretende abordar no desenvolver da pesquisa é como as alternativas dadas ou tomadas pelos sujeitos para dar conta de suas necessidades de lazer ou divertimentos podem interferir no meio ambiente local, bem como em sua qualidade de vida. Essas alternativas dadas ou não pela gestão pública, hipoteticamente são adotadas pela comunidade, tomadas de acordo com sua situação econômica. A pobreza coíbe algumas possibilidades aos sujeitos. Formas de lazer e divertimentos inseridos no mercado estão aquém da realidade de parte da população. Desse modo, possibilidades encontradas no meio ambiente são apropriadas pelos mesmos ocasionando implicações socioambientais.

O norte desse trabalho se dá a partir de seu objetivo geral: compreender como a preservação da Sanga Pinheirinho e a qualidade de vida da população podem ser comprometidas em decorrência de seu uso pelos moradores de seu entorno. E, de modo mais específico, visa abordar pobreza, meio ambiente e suas aproximações ao serviço social; compreender o movimento de construção do Município de Toledo, e levantar junto aos moradores do Bairro Santa Clara IV suas representações acerca do uso da Sanga e as implicações socioambientais oriundas.

A metodologia definida para a presente pesquisa centra-se na abordagem da pesquisa exploratória qualitativa, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental, com o subsídio, de entrevistas com moradores do bairro.

Foram realizadas no total dez entrevistas, sendo os moradores escolhidos aleatoriamente na quadra sorteada e esta realizada com o morador presente em sua residência no momento da visita. A partir das entrevistas realizadas foram obtidos dados, com o apoio de um roteiro de questões (questionário em anexo) realizadas de forma ordenada a todos os moradores entrevistados, estas foram realizadas em período diurno nos meses de julho a agosto de 2015. As entrevistas realizadas foram gravadas com a devida autorização de cada morador sendo entregue aos mesmos uma cópia do TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (cópia em anexo) com as informações referentes à pesquisa bem como o contato da pesquisadora e outra cópia ficou em posse da mesma.

O método qualitativo difere do quantitativo à medida que não emprega um instrumento estatístico como base do processo de análise.

[...] as investigações que se voltam para uma análise qualitativa tem como objeto situações complexas ou estritamente particulares. Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, [...] em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (RICHARDSON, 2007, p. 81).

A pesquisa qualitativa será realizada com características de tipo exploratória, sendo sua principal finalidade “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 1999, p. 43).

As pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o principal objetivo de proporcionar uma visão geral, uma maior aproximação acerca da temática em questão.

Segundo Gil (1999), este tipo de pesquisa é realizada normalmente quando o tema escolhido é pouco explorado e há dificuldades para formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

Para a efetivação desta pesquisa será utilizado primeiramente como instrumento de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, que é segundo Lima e Miotto (2007), um dos procedimentos mais visados pelos investigadores na atualidade, que implica um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que por isso não pode ser aleatório. Outra técnica a ser utilizada como coleta de dados para a realização desta pesquisa será a entrevista, a qual será aplicada aos moradores do entorno da Sanga do bairro em questão, visto que esta é uma técnica que segundo Richardson “permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas” (RICHARDSON, 2007, p. 207). A entrevista como técnica de coleta de dados se define como:

a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 1999, p. 117).

A entrevista por sua flexibilidade é considerada como técnica fundamental de investigação nos diversos campos e afirma-se que boa parte do desenvolvimento das ciências sociais nos últimos anos foi alcançada graças ao seu emprego. Segundo Gil (1999), as vantagens da entrevista se comparada à técnica também bastante utilizada, o questionário, apresenta uma série de vantagens como, por exemplo:

- a) não exige que a pessoa entrevistada saiba ler e escrever;
- b) possibilita a obtenção do maior número de respostas, posto que é mais fácil deixar de responder a um questionário do que negar-se a ser entrevistado;
- c) oferece flexibilidade muito maior, posto que o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se mais facilmente às pessoas e as circunstâncias em que se desenvolve a entrevista;
- d) possibilita captar a expressão corporal do entrevistado, bem como a tonalidade de voz e ênfase nas respostas (GIL, 1999, p.118).

Existem três tipos de entrevistas, a não estruturada, a estruturada e a semiestruturada, de forma que para a realização das entrevistas será utilizada a entrevista semiestruturada.

O trabalho está dividido em três capítulos, sendo o primeiro para abordagem da questão ambiental e socioambiental, seus aspectos conceituais e correlações. O segundo capítulo aborda a exposição do processo de construção do Município de Toledo e aspectos do Bairro Santa Clara IV e a “relação” da população com a Sanga Pinheirinho, e o terceiro capítulo aponta as representações dos moradores às implicações socioambientais na Sanga Pinheirinho. Assim, as considerações finais apontam questões trabalhadas como um todo na dissertação e demonstra a articulação realizada na mesma, resgatando pontos importantes do trabalho.

Foi definido como universo todos os habitantes residentes ao entorno (primário)³ da Sanga e como amostra um morador a cada três quadras de seu entorno, totalizando dez moradores, devido à complexidade de uma pesquisa qualitativa.

O projeto foi enviado, avaliado e aprovado junto ao CEP – Comitê de Ética em Pesquisa, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, conforme anexo.

O processo de análise e de interpretação dos dados indica as finalidades que são propostas na pesquisa. A compreensão dos dados coletados ratificará ou não os pressupostos da mesma e contribui para uma ampliação do conhecimento relacionado ao assunto proposto.

A pesquisa proposta se utiliza de uma perspectiva de análise qualitativa crítica, sendo que o tratamento dos dados é realizado por meio da ordenação destes, obtidos com a realização das entrevistas. Para a construção deste trabalho foram utilizados dados de algumas secretarias, dentre as quais: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Assistência Social utilizando-se de dados do Cadastro Único do Município, Secretaria

³ Considera-se como entorno primário da Sanga Pinheirinho as ruas de divisa e contorno da mesma, sendo utilizado o lado direito e esquerdo de seu leito.

Municipal de Habitação e Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo com dados sobre o bairro abordado.

Dessa forma, a classificação dos dados obtidos foi realizada pela análise do conjunto de informações presentes nas falas dos sujeitos abrangidos na pesquisa, destacando-se as principais categorias de análise da pesquisa.

Finalmente, propõe-se constituir uma articulação entre os dados que foram coletados nas entrevistas através do instrumental aplicado e os referenciais teóricos abordados para subsidiar a pesquisa referenciada a partir dos objetivos propostos.

1 QUESTÃO AMBIENTAL E EXPRESSÕES DA POBREZA

Há algumas décadas o meio ambiente tem ganhado importância na agenda global com fóruns e debates quase unânimes. Essa importância e preocupação depositadas na preservação e sustentabilidade da natureza agrupa sujeitos sociais com diferentes necessidades bem como interesses no que tange à gestão de recursos naturais. Dessa maneira, segundo Gomes (2013), surge um senso comum ambiental que com interesses vazios esconde diferenças conceituais extremamente importantes. Esse senso comum existente concebe a questão ambiental desconectada das demais relações econômicas e culturais da sociedade, desencadeando a visão de que dessa forma há um igualitarismo na maneira de como cada sujeito se relaciona com o meio ambiente apregoando a ideia de igual responsabilidade aos indivíduos ou sua culpabilização.

Aponta ainda Gomes, que a preservação dependeria de precauções e medidas de racionamento idênticas para o consumo agrícola e consumo doméstico. A questão ambiental apartada da análise crítica, das relações econômicas e políticas e de forma primária do modelo de produção e consumo ao que se está habituado tornar-se-á cada vez mais profunda levando para o abismo cavado toda a vida do planeta sendo seus primeiros vitimados, os pobres.

Esse senso comum é incapaz da resolução de graves problemas, posto que sua solução individualiza problemas que são coletivos. Entretanto, mesmo diversas questões sendo coletivas há a identificação em alguns estudos, que os que menos poluem são os pobres (países e sujeitos), porém, os que mais são afetados por não contarem com recursos financeiros e materiais.

Para Schons (2012), a raiz da problemática ambiental bem como da questão social está no fundamento do sistema capitalista que utiliza para a realização de seu fim último – o lucro – a exploração do homem e a depredação do planeta.

Segundo Gomes,

O capital desumano, por não se subordinar às necessidades humanas, não tem limites para a exploração predatória dos recursos ambientais. Ao contrário, como Marx já demonstrou, a produção capitalista incessante de mercadorias é marcada pela transposição dos limites naturais. A concorrência entre capitalistas impõe o limite da produção. Essa superprodução, contudo, tende a reduzir o preço das mercadorias e, conseqüentemente, de numerosos recursos naturais para alimentar a produção (GOMES, 2013, p. 33).

Porém essa redução será compensada com o aumento maciço da produção para que a taxa de lucro se preserve. Contudo, essa nova redução acarreta nova produção em larga escala o que implica um ciclo que se torna cada vez mais depredatório dos recursos naturais bem como do trabalho humano.

Para o autor, essa taxa crescente de lucro é uma das principais contradições entre o modelo de produção atual e a preservação do meio ambiente, nessa tendência a vida útil das mercadorias está cada vez mais obsoleta, reduzindo seu tempo de uso, ao passo que aumenta o uso de matérias primas e descarte dos resíduos sólidos.

As grandes catástrofes ditas naturais, que são cada vez mais frequentes, somente são catástrofes porque também são sociais. A superação do senso comum se faz necessário para que se visualize as reais causas da degradação ambiental em nível mundial bem como suas implicações sociais e locais e para a contribuição da superação do atual sistema de produção.

As relações entre pobreza e meio ambiente são diversas. Os sujeitos que vivem em situação de pobreza estão mais vulneráveis às ocorrências de catástrofes naturais, posto que grande parte reside em áreas de risco e com infraestrutura física precária.

A pobreza possui diferentes concepções e diferentes formas de enfrentamento. Existem diversos autores que tratam acerca da pobreza, suas relações, concepções, causas e consequências. Diante das variadas abordagens irá se tratar para o aprofundamento deste trabalho a pobreza diante da perspectiva crítica analítica marxista como teoria norteadora, porém, não sem deixar de abordar as perspectivas existentes fora da análise crítica.

Atualmente desigualdades entre pobres e ricos evoluem em uma escala crescente onde segundo Seiffert (2009), 1,2 bilhão de pessoas ainda sobrevivem com o equivalente a menos de US\$ 1 por dia. Porém, esta referência à pobreza em termos de renda *per capita* é somente um recorte do quadro da pobreza. De forma habitual segundo Correa (2013), a pobreza é associada a condições monetárias, onde os pobres são aqueles cuja renda é igual ou inferior à chamada linha da pobreza, a qual é instituída de acordo com padrões mínimos de vida estabelecidos em cada sociedade.

Ainda de acordo com Correa, as medidas mais frequentes da pobreza monetária são as que caracterizam a incidência e a intensidade desta. Apesar de serem extremamente empregadas estas medidas tornam-se limitadas quando consideram a ausência de renda como única causa na caracterização da pobreza. A dificuldade reside no fato de que estas medidas não apresentam características acerca do “modelo” de vida que levam esses sujeitos, quais suas reais e principais carências, ou quais são os aspectos que estimam como parte de seu bem-estar e que são boicotados por inúmeras deficiências, tanto sociais, políticas, econômicas

como de caráter pessoal e ambiental, as quais não aludem unicamente à insuficiência de renda.

Esta visão restrita da pobreza tem levado a crer que o simples aumento da renda é o bastante para o alcance e melhoria do bem-estar dos sujeitos. Entretanto, para Correa (2013), maiores níveis de renda nem sempre garantem a aumento das liberdades dos sujeitos para alcançar o estilo de vida que almejam.

Apesar de quantificável, mensurável e subdividida em diversas “categorias”, a pobreza, vivenciada no século XXI por milhões de sujeitos em todo o mundo, torna-se crônica pelo modo de produção capitalista, regido pelo lucro.

Várias são as concepções, nomenclaturas e explicações dadas a tal fenômeno que se estende desde a idade mais remota até a contemporaneidade, mudando suas feições, características, a maneira como é enxergada pela sociedade, porém persistente ainda de forma violenta, açoiando a maior parte da população planetária. A fome, a desnutrição, a falta de moradia ou acesso a um ambiente insalubre, desemprego, de educação digna, saúde e bem estar são “indicadores” de uma mesma pobreza multifacetada. Neste primeiro capítulo serão abordadas a questão ambiental e algumas expressões da pobreza, suas relações e aspectos conceituais.

1.1 MEIO AMBIENTE, VULNERABILIDADES E EXPRESSÕES DA POBREZA

A natureza pode existir sem o homem, mas o homem não pode existir sem a natureza, pois o homem é a própria natureza, dela advém e dela necessita.⁴ Em dado momento histórico o ser inorgânico uniu-se ao ser orgânico e deu vida a outros seres. Há neste momento um salto ontológico onde nasce o ser social. O ser inorgânico não depende do orgânico, o orgânico não depende do social, mas o social depende do orgânico e do inorgânico, este é o ser mais frágil, porém o único que pode dominar os outros. Tudo o que existe na sociedade está relacionada ao orgânico, ao inorgânico e ao social.

Dessa forma o ambiente

⁴ A natureza é o corpo orgânico do homem, ou seja, a natureza na medida em que não é o próprio corpo humano. O homem vive da natureza, ou também, a natureza é o seu corpo, com o qual tem de manter-se em permanente intercâmbio para não morrer. Afirmar que a vida física e espiritual do homem e a natureza são interdependentes significa apenas que a natureza se inter-relaciona consigo mesma, já que o homem é uma parte da natureza (MARX, 2011, p. 116).

não é o meio que circunda as espécies e as populações biológicas; ele é uma categoria sociológica relativa a uma racionalidade social, configurada por comportamentos, valores e saberes, bem como por potenciais produtivos e formas de regeneração dos recursos naturais, posto que condiciona os próprios processos de valorização, acumulação e reprodução do capital. O ambiente emerge como um sistema produtivo-natural consolidado nas condições dos ecossistemas e dos estilos culturais e étnicos que o habitam. O homem, nesse contexto, é a única criatura conhecida que pensa deliberadamente em possíveis mudanças no meio-ambiente e no modo de produzi-las (ROESLER, 2007, p. 110).

Segundo Rocha (2011), deve-se considerar os homens não apenas enquanto elos da cadeia trófica, mas como seres sociais que participam do processo de formatação dos meios que ocupam. Portanto é o ser social, constituído em classes quem deteriora o meio ambiente por interesses burgueses.

A história de quase todas as sociedades humanas é produto de uma tensão constante entre permanência e mudança. Para Rocha (2011), quando os ajustes não são mais possíveis, a ruptura é algo plausível que pode se desenvolver em extensões que constituem os sistemas naturais e sociais.

A interação do ser social com a natureza não foi somente de troca mútua, mas de conquista e dominação. Segundo o autor, “a história evidencia uma progressiva apropriação dos espaços físicos da superfície terrestre na busca do homem por ‘novos limites’ que se deu de forma especial pela necessidade deste de dominar e explorar os espaços à sua volta” (ROCHA, 2011, p. 34).

A sociedade não pode existir sem a natureza – afinal, é a natureza, transformada pelo trabalho, que propicia as condições da manutenção da vida dos membros da sociedade. Toda e qualquer sociedade humana tem sua existência hipotecada à existência da natureza – o que varia historicamente é a modalidade da relação da sociedade com a natureza: variam, ao longo da história, os tipos de transformação que, através do trabalho, a sociedade opera nos elementos naturais para deles se servir, bem como os meios empregados nessa transformação (NETTO; BRAZ, 2006, p. 35).

Com o modo de produção capitalista este processo de dominação e exploração dos espaços naturais se intensificou, visto que à medida que o relacionamento do ser social com o meio ambiente se tornava mais profundo, dava-se a valorização econômica dos mais diversos recursos naturais em variados locais do planeta. Dessa forma, Rocha (2011), relata que a natureza fez parte do desenvolvimento social, econômico, cultural e político de quase todos os lugares habitados do mundo.

Nessa direção, sob o signo do capital a humanidade vem aprofundando sua trajetória de destruição da natureza em escala cada vez mais alarmante. Segundo Silva (2010), as evidências deste processo estão localizadas na escassez dos recursos não renováveis, nas catástrofes ocorridas pelos dejetos industriais e poluentes variados, no superaquecimento planetário, na produção desenfreada de mercadorias descartáveis, demonstrando que o modo de produção capitalista não desempenha um domínio apropriado da natureza “revelando uma contradição crescente entre as necessidades de expansão da produção e as condições do planeta para prover esse desenvolvimento” (SILVA, 2010, p. 45).

Esta disposição destrutiva do capital está em sua própria natureza como contradição ativa

ao subordinar a produção aos imperativos da acumulação, o capitalismo não pode sustentar-se indefinidamente, sem que os avanços tecnológicos e científicos por este obtidos resulte em crescente periculosidade e destruição. O assombroso aumento da produtividade do capital o faz senhor e voraz devorador dos recursos humanos e materiais do planeta, para em seguida, retorná-los como mercadorias de consumo de massa, cada vez mais subutilizados ou, diretamente, como armamentos com imenso poder destrutivo (SILVA, 2010, p. 47).

O WWF — Fundo Mundial para a Natureza, aponta que os 15% mais ricos do mundo, consomem energia e recursos em nível tão absurdamente alto, que elevar o estilo de vida ao mesmo nível deste, ao restante da população mundial implicaria o uso de 2,6 planetas iguais à terra.

Segundo Silva (2010), anteriormente à sociedade capitalista, os níveis de degradação ambiental não apontaram um quadro de ameaças à sustentabilidade do planeta, pois como se sabe o objetivo da produção não se encontrava na formação de excedente para invariavelmente obter lucro. As técnicas que se apresentavam nas sociedades pré-capitalistas e anteriores a essas eram rudimentares, e para algumas destas sociedades o não domínio da natureza os fazia ver alguns elementos naturais como deuses, fonte de magia e mistério.

Sendo o trabalho realizado sem pretensões de valor, o que se produzia era destinado às trocas, com a finalidade de possibilitar a sustentação do trabalhador individual e de sua família. Deste modo, as formas sociais que eram assentadas na propriedade da terra e agricultura como sua base econômica, sobressaíram-se à produção de valores de uso – para que a reprodução dos indivíduos e comunidade fosse possível – esse era o fim último da produção.

A economia mercantilizada subverte esta ordem. Em seu desenvolvimento o capital centraliza os meios de produção. Este movimento que é em sua essência, concentrador de riquezas altera de forma abrupta a relação entre sociedade e natureza.

Ao adotar como objetivo da produção a formação de excedentes para o mercado com fins de obter lucro, a burguesia institui a concorrência e a competitividade como valores essenciais às práticas econômicas e impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas como contraface da apropriação do trabalho alheio, inaugurando também uma nova etapa na relação com o meio ambiente. Do domínio da terra passa-se, então ao domínio da natureza (em escala planetária) e da própria humanidade (SILVA, 2010, p. 52).

Ainda, segundo Silva (2010), Marx faz referência à ruptura da “relação metabólica”, na qual os homens se apropriam dos elementos naturais e após seu uso os devolvem à natureza. No momento em que essa troca de elementos entre a sociedade e o meio ambiente natural passa a ser regida pela produção de mercadorias, se manifesta uma das linhas mais destrutivas do capital. Para Silva (2010), a estreita unidade existente entre degradação ambiental e alienação do trabalho torna-se evidente visto que ambas possuem seu cerne no modo de produção capitalista e em suas leis regentes.

O modelo de produção capitalista se integra de forma constante à afirmação do poder humano sobre a natureza. Entretanto o desenvolvimento das forças produtivas sob o signo do capital, seus avanços científicos e tecnológicos, que a princípio, seriam destinados à melhoria da qualidade de vida das pessoas, manifestam-se de forma bárbara, apresentando o seu oposto, onde a natureza é posta ao mais intenso processo de destruição da história “e quanto mais o trabalhador dela se apropria, mais esta deixa de lhe servir como meio para seu trabalho e para si próprio” (SILVA, 2010, p. 58).

Foi no marco da Revolução Industrial que se tem a geração de uma nova disciplina de trabalho nas fábricas, e as condições de vida no ambiente fabril e nas cidades tornam-se insuportáveis, a deteriorização do ambiente urbano torna-se também insustentável e caótica. A grande indústria dessa maneira aprofundou a “ruptura metabólica”. A necessidade do capital de tornar a produção a mais rápida possível, leva à intensificação do trabalho e aumento da produtividade, onde as consequências se dão nas condições de vida do trabalhador e em técnicas cada vez mais predatórias da natureza.

O desenvolvimento das forças produtivas traz em si uma contradição expressiva. Este exhibe o grande potencial de expansão dos horizontes da humanidade. Porém, paralelo a isso o

realiza sob a degradação das condições de vida dos segmentos das classes trabalhadoras, bem como de deteriorização dos bens naturais pondo em xeque a continuidade da vida.

A produção, no modo de produção capitalista, à medida que promove seu intenso desenvolvimento, promove também a sociedade dos descartáveis como maneira quase que invisível de acelerar o seu processo de rotação, onde o alargamento do círculo do consumo no interior da circulação é condição para a realização do valor. O capital introduz no mercado um rol de produtos com relativo tempo maior de durabilidade, os quais agora sob o mando do mesmo capital devem ser descartados de forma prematura.

A intensificação do consumo constitui uma das marcas mais relevantes da dinâmica societária atual, com larga presença no debate ambiental, em razão das profundas repercussões que causa sobre a natureza, seja no que diz respeito à crescente dilapidação dos recursos naturais, seja pela incomensurável produção de dejetos e resíduos diversos, promovendo a crescente saturação do planeta. Neste sentido, a desenfreada produção de resíduos sólidos, bem como a sua utilização mercantil, devem ser apreendidas no interior das estratégias de realização do valor (SILVA, 2010, p. 63).

Dessa maneira “consumo e destruição vêm a ser equivalentes funcionais do ponto de vista perverso do processo de realização capitalista” (MÉSZAROS, *apud* SILVA, 2010, p. 63).

Neste sentido, o ser social a partir do trabalho operou transformações na natureza, e essas transformações adquiriram características bem próprias com o surgimento do modo de produção capitalista, sistema pelo qual vem imprimindo desde então o sucateamento dos elementos naturais (de acordo com suas leis mercantis), das relações sociais, pessoais e de trabalho.

O capital subverte ainda a discussão que se apresenta em relação ao meio ambiente e à sustentabilidade. Segundo Silva (2010), neste momento se prega o discurso classista de igual responsabilização de todos pela atual conjuntura do planeta, de forma que a questão ambiental é tratada na perspectiva do indivíduo, ignorando dessa forma o papel da classe burguesa, a qual é guiada pela acumulação de forma privativa.

Assim, aponta-se, que simultaneamente à degradação ambiental que afeta a toda a população do planeta, há também uma parcela desta degradação que afeta de forma muito mais direta, prática e visível a população vulnerabilizada e/ou que se encontra em situação de violação de direitos. A vivência das expressões da “questão social” pela população alimenta o capital para sua continuidade.

Açoiados pelo subemprego e desemprego, em grande parte dos casos contando apenas com auxílios governamentais quando existentes, a classe trabalhadora perece à falta em seu salário mínimo de um “mínimo”, que garanta condições de moradia digna, sendo lançados à margem da cidade de forma literal, onde são levados a lançar mão de estratégias de sobrevivência e moradia, o que ocorre na maioria das vezes em locais de perigo ambiental, encostas de rios, inundações, córregos e de áreas poluídas e degradadas. Nestes casos subsiste ainda o discurso de que os pobres são concomitantemente agentes da degradação da natureza, fortalecendo o discurso burguês de ações individuais no combate à depredação ambiental com o ônus da divisão social de classes.

As relações entre pobreza e meio ambiente são diversas e muitas vezes dificilmente perceptíveis ou mensuráveis. As pessoas constrangidas a viver em situação de pobreza são mais dependentes diretamente da natureza, por conseguinte, mais vulneráveis às mudanças que ocorrem no meio ambiente, pois residem em zonas marginais com precária infraestrutura física para o fornecimento de água potável, serviços de esgoto e tratamento de lixo. Como muitos dos recursos naturais são hoje tratados como mercadorias, os sujeitos lançam mão de estratégias um tanto quanto perigosas em relação à sua saúde, como consumir água diretamente dos rios, bem como, utilizar desses espaços como áreas de lazer sem os devidos cuidados e com água sem tratamento possivelmente, contaminada, por não contarem com recursos financeiros para pagarem por tal bem.

Para Correa (2013), países pobres como alguns da África contam com acesso restrito à água sendo que para chegar a uma fonte de abastecimento é necessário percorrer quilômetros de distância, onde se levam horas para tal e é comumente realizado por mulheres e crianças. Tal realidade não difere muito do que ocorre no nordeste brasileiro, onde a seca atinge inúmeras famílias que também necessitam percorrer distâncias para satisfazer uma necessidade natural do ser social, a sede. Neste caso, a pobreza (um problema estrutural) das famílias ali residentes as impede de ter acesso a um local onde possam contar com um meio ambiente sadio, sem riscos de doenças iminentes, acesso à água potável, moradias dignas e protegidas de riscos⁵ ambientais, e a espaços de lazer e diversão, destinados à criatividade humana.

⁵ Segundo Veyret (2007), o risco, objeto social é definido como a percepção do perigo, da catástrofe possível. Segundo a autora, o risco existe apenas em relação a um indivíduo, grupo social e/ou profissional, comunidade ou sociedade que o apreende por intermédio de representações mentais e com ele convive por meio de práticas específicas. Neste sentido, não há risco sem uma população ou indivíduo que o perceba e que poderia sofrer seus efeitos. O risco é a significação de uma ameaça ou de um perigo para aquele que está sujeito a ele e assim o percebe. As autoras Veyret e Richemond apresentam o risco com uma construção social, destacam que os fatores de risco são numerosos e podem ser processos de ordem natural – como terremotos e ciclones, e ainda podem ser

De acordo com Correa (2013), há nas relações entre pobreza e meio ambiente a vulnerabilidade por interações com aspectos sociais, políticos e econômicos, onde carências de determinadas populações “associadas ao meio ambiente podem depender de restrições no acesso a serviços básicos como água potável, saneamento básico, acesso à educação, cuidados de saúde, condições precárias de habitação e infraestrutura, entre outros” (CORREA, 2013, p. 13). A autora coloca que há 1,8 milhões de mortes infantis anualmente que ocorrem por doenças relacionadas à água, sendo que podem atingir de forma mais violenta aos pobres, pois o acesso a esse bem natural lhes é limitado, e os mesmos são submetidos a consumir água contaminada ficando expostos a doenças de veiculação hídrica e são ainda os que pagam as taxas mais caras para seu uso. Segundo a autora,

Existem muitos outros exemplos em que a relação entre meio ambiente e pobreza pode ser influenciada pelos constrangimentos sociais, políticos e econômicos. Podemos também citar o caso da malária, que está associado a fatores ambientais como mudanças climáticas e que representa um dos problemas mais sérios e complexos de saúde pública de zonas tropicais e países pobres como da África (VAN LIESHOUT ET AL., *apud* CORREA, 2013, p. 14).

Além de estar associada às condições climáticas, a malária é também determinada por aspectos socioeconômicos, segundo Correa (2013), como a pobreza, a desigualdade no acesso à saúde, educação, prevenção e tratamento. Os riscos são mais evidentes para esta população desassistida, que não estão vacinadas.

O bem estar humano pode ser influenciado positiva ou negativamente por condições ambientais, segundo Correa (2013), capacitações humanas podem ser reduzidas ou expandidas conforme a relação com o meio ambiente. Segundo a mesma, privações humanas relacionadas ao ambiente podem ser mais intensas quanto maior seja a vulnerabilidade por influências deficientes entre aspectos, sociais, econômicos e políticos, que impedem que todas as pessoas desfrutem de um serviço de infraestrutura público digno, o qual deve ser assegurado pelo Estado de todos os países.

consequência das atividades humanas na agricultura com a poluição e a erosão, na indústria com poluições, explosões e incêndios e ainda com os transportes. As autoras destacam que os riscos industriais integram a família dos riscos ambientais e que também podem ser analisados sob a perspectiva da saúde das populações. A economia pode gerar riscos econômicos e financeiros, as escolhas políticas são a origem dos riscos geopolíticos, e as “imigrações, o crescimento urbano, as desigualdades sociais, fazem nascer os riscos sociais: insegurança, violência urbana” (VEYRET; RICHEMOND, 2007, p. 23). A noção de risco é muito complexa, e se discute a origem do seu termo presente em todas as línguas européias. A palavra designa concomitantemente, tanto um perigo potencial, quanto sua percepção.

Roesler (2007), aponta que o processo interligado das mudanças, as transformações na natureza e as maneiras de inserção da ciência no território dos saberes ambientais demonstram a necessidade de combate à pobreza e a necessidade de melhoria na qualidade de vida dos sujeitos para o alcance anunciado sobre o direito ao desenvolvimento e ao meio ambiente sadio. Aponta ainda que mediações de políticas públicas se fazem necessárias para que problemas de caráter humanitário, econômico, social e cultural de assentamentos humanos, (local onde a pobreza se destaca como grande vilã, restando apenas alternativas precárias à população) encontrem soluções por meio de sistemas de negociações de gestão ambiental.

Porém deve-se ter ciência de que este processo apenas trará algumas melhorias no combate à pobreza e na melhoria de qualidade de vida da comunidade, sem profundas alterações em seu quadro de desigualdade, pobreza e deteriorização⁶ da natureza, pois como se sabe as causas são estruturais, sem ruptura com o MPC — Modo de Produção Capitalista não haverá também mudanças significativas ou revolucionárias.

É existente a tendência à culpabilização dos indivíduos com a degradação do planeta e/ou poluição do meio ambiente. E é evidente que em grande escala, com grandes proporções, quem produz a deteriorização de forma alarmante com seu uso acelerado e de forma inadequada da natureza é o MPC. Porém não se pode eximir a população de uma parcela de culpa na poluição de seu ambiente local⁷. A educação ambiental⁸ traz de certa forma o

⁶ Nos termos da PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente, denomina-se **meio ambiente**: o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas; e entende-se por **degradação da qualidade ambiental**: a alteração adversa das características do meio ambiente. **Poluição**: a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população, b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas, c) afetem desfavoravelmente a biota, d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente, e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos, e por **Poluidor** entende-se: a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental. (BRASIL, 1981). No entendimento de Reigota o meio ambiente é definido como “o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural construído”. (REIGOTA, 2010, p. 14). Em relação à degradação ambiental Enrique Leff aponta que esta “se manifesta como sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza” (LEFF, 2009, p. 17).

⁷ Entendido como o ambiente ou meio ambiente em que se vive: Rua, bairro, cidade, praça, comunidade, etc.

⁸ Para Moacir Gadotti a **educação ambiental** vai muito além do conservacionismo. Trata-se de uma mudança radical de mentalidade em relação à qualidade de vida, que está diretamente ligada ao tipo de convivência que mantemos com a natureza e que implica atitudes, valores, ações. Trata-se de uma opção de vida por uma relação saudável e equilibrada, com o contexto, com os outros, com o ambiente mais próximo, a começar pelo ambiente de trabalho e doméstico.[...] A educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas das sociedades sustentáveis. [...] Deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos. (GADOTTI, 2000, p. 96). Para Maria das Graças e Silva é possível identificar quando defrontadas com projetos societários duas grandes vertentes da educação ambiental, uma que se vincula à administração da questão

respeito e o cuidado com o meio que nos circunda, porém é necessária uma aplicabilidade de educação ambiental crítica. Cabe reforçar ainda que a culpabilização dos **indivíduos** pela degradação planetária é parte do discurso farcista do modo de produção capitalista, porém em locais onde não há a interferência de poluidores industriais diretos (que é a forma mais visível) atitudes da comunidade de cuidado e preservação de seu meio ambiente local contribuem para a construção e permanência de um ambiente sadio.

É necessário considerar também que os danos ambientais são proporcionais. Na medida em que um indivíduo “polui”, os danos aparecem. Se estes jogam lixo em suas ruas, rios e encostas terão evidentemente contaminações de veiculação hídrica, doenças causadas por ratos ou roedores e uma baixa em sua qualidade de vida. Há que se considerar aqui, a atenção básica dada pelo Estado à população e se os mesmos possuem esgoto, coleta de lixo e saneamento básico. Da mesma forma, na medida em que o modo de produção capitalista se utiliza e degrada a natureza, se obtém resultados de danos e estragos ocasionados ao meio ambiente. Se ao meio ambiente são lançados pelas grandes indústrias, (sempre ao alcance de uma margem de lucros cada vez maior, sem interessar as consequências) esgotos a céu aberto, poluentes do ar, dejetos e poluentes de variados tipos, realizados desmatamentos incalculáveis, a natureza responderá como vem ocorrendo, com mudanças abruptas no clima (o que ocasiona períodos de muita seca ou muita chuva levando a grandes problemáticas pela falta de água bem como desmoronamentos quando em abundância, o que atinge de forma direta a população em situação de vulnerabilidade social) tsunamis, aquecimento global entre outros eventos catastróficos provocados na natureza.

Como apontado anteriormente, a pobreza está intimamente ligada às necessidades básicas do ser social. Supri-las em muitos casos é uma tarefa árdua e nestes casos a pobreza mostra sua face mais cruel, para milhares de pessoas a pobreza e miséria levam a sofrer pela fome.

ambiental e de adaptação à ordem e outra que formula a crítica anticapitalista e que aponta uma perspectiva transformadora. [...] *nesta última vertente* a afirmação de uma perspectiva transformadora para a educação ambiental vincula-se a um projeto de classe. Trata-se não somente de eleger os segmentos mais pauperizados da sociedade como destinatários privilegiados de suas ações, mas o seu reconhecimento como sujeito político. Esta é uma ação que não se restringe ao orbe da ação profissional mas assume uma natureza essencialmente social, posto que a educação ambiental e as ações a estas correlatas referenciam-se – seja no plano material ou simbólico – nas lutas sociais, relaciona-se com o conjunto das ações de classe e com as possibilidades de superação expressas em uma dada conjuntura histórica. [...] A educação ambiental não se restringe a elemento mediador da implementação de ações socioambientais submetida exclusivamente à busca por políticas públicas e acesso a bens e serviços disponibilizados no mercado. A educação ambiental referenciada numa perspectiva emancipatória – ainda que transite no âmbito das ações públicas ou mesmo privadas – realiza-se (ou busca realizar-se) como espaço de luta pela autodeterminação dos sujeitos pela radical democratização do poder político e da riqueza social e da necessária apropriação social (não privada) da natureza (SILVA, 2010, p. 150).

A satisfação das necessidades materiais de homens e mulheres que constituem a sociedade se dá numa interação com a natureza, a sociedade através de seus membros transforma matérias da natureza em produtos que atendam de alguma forma suas necessidades – isto se dá através do trabalho. Dessa maneira, segundo Netto e Braz (2006), a sociedade não pode existir sem a natureza, pois é esta, transformada pelo trabalho que propicia condições de manutenção da vida.

O desenvolvimento do ser social⁹ supõe estruturas naturais, naturalidade indicativa de ser da natureza, porém quanto mais se humaniza, quanto mais se torna ser social mais se distancia de ser da natureza. A fome (neste caso) é uma necessidade básica natural. Indica que o organismo necessita de alimentos/calorias para seu funcionamento perfeito. De forma natural a fome de um homem e de um cão não se distingue, porém a satisfação da fome humana é distinta da satisfação da fome animal, pois implica procedimentos e rituais adquiridos ao longo da história.

Um cão faminto recolherá seu alimento onde e sob a forma em que o encontrar; [...], **porém o sujeito membro da sociedade** certamente satisfará sua fome sob condições muito precisas, historicamente determinadas (alimento preparado, garantia de higiene, padrões de gosto e prazer etc.). Sem a satisfação da fome, ou seja: da necessidade natural de se alimentar, os homens e os animais não podem viver – mas o atendimento dessa necessidade, entre os homens é rigorosamente social (NETTO, BRAZ, 2006, p. 38, grifo nosso).

Da mesma maneira ocorre com a reprodução biológica, a qual se vincula às pulsões através do instinto, porém a forma de “vazão” deste instinto que primariamente é animal, se dá de forma social. Entretanto, Netto e Braz (2006), apresentam também situações onde alguns membros da sociedade satisfazem sua fome ou pulsão sexual quase sem nenhum intermédio de construções sociais.

⁹ O surgimento do ser social foi o resultado de um processo mensurável numa escala de milhares de anos. Através dele, uma espécie natural, sem deixar de participar da natureza, transformou-se, através do trabalho, em algo diverso da natureza — mas essa transformação deveu-se à sua própria atividade, o trabalho: foi mediante o trabalho que os membros dessa espécie se tornaram seres que, a partir de uma base natural (seu corpo, suas pulsões, seu metabolismo etc.) desenvolveram características e traços que os distinguem da natureza. Trata-se do processo no qual, mediante o trabalho, os homens produziram-se a si mesmos (isto é, se auto produziram como resultado de sua própria atividade), tornando-se para além de seres naturais — seres sociais. Numa palavra este é o processo da **história**: o processo pelo qual, sem perder sua base orgânico-natural, uma espécie da natureza constitui-se como espécie **humana** — assim, a história aparece como a história do desenvolvimento do ser social, como processo de **humanização**, como processo de produção da humanidade através da sua auto-atividade; o desenvolvimento histórico é o desenvolvimento do ser social (NETTO; BRAZ, 2006, p. 37).

Pense-se à guisa de ilustrações, nos segmentos da população urbana extremamente pauperizada que busca alimentos nos lixões ou na forte incidência de violações sexuais (de que mulheres e crianças são as vítimas preferenciais). Mas, nesses casos, o que se tem são expressões da regressão da sociabilidade que, como o comprova a vida nas sociedades capitalistas contemporâneas, podem muito bem coexistir com altos níveis de desenvolvimento do ser social – nessas sociedades, a barbarização da vida social se afere exatamente pela escala em que necessidades humanas, sociais, são de tal modo degradadas que sua satisfação retrocede ao nível do natural, animal (NETTO; BRAZ, 2006, p. 39).

Com base no autor, a fome está intimamente ligada à pobreza extrema da população, onde as vivências tornam-se cada vez mais cruéis e desumanas levando os sujeitos a lançarem mão de tentativas desesperadas por sua sobrevivência física, esta, certamente a necessidade mais básica relacionada ao ser social. Segundo Rocha (2003),

fome e desnutrição como resultados de acidentes meteorológicos, guerras e/ou má administração de recursos escassos são ocorrências frequentes, que levam necessariamente a taxas de morbidade e de mortalidade altas, especialmente entre crianças. Assim, associar a pobreza à desnutrição, consiste ainda hoje, infelizmente, numa abordagem operacional, o que significa recorrer a indicadores físicos da população para medir a sua incidência. Informações antropométricas relativas a baixo peso entre os adultos e baixa estatura para a idade entre crianças, além de taxas de mortalidade elevadas, são todos indicadores adequados a condições de pobreza extrema (ROCHA, 2003, p. 19).

Para a autora, esse aspecto se aplica a países muito pobres, ou ainda a países não considerados de extrema pobreza, porém com diversas situações de enfrentamento a condições de vida adversas nos mais variados bolsões de pobreza. Quando se adota a abordagem de necessidades básicas não satisfeitas tem-se a obrigação de ir além daquelas referentes à alimentação para incorporar necessidades inerentes ao ser humano, porém, mais amplas, relativas à educação, habitação, saneamento, saúde. Entretanto, quando não se tem a necessidade mais básica inerente ao ser social minimamente atendida, certamente suas necessidades “secundárias” são inexistentes.

A pobreza figura como um fenômeno complexo e muito discutido, todavia uma de suas sequelas — a fome — aparece de forma tão violenta e brutal nos variados cantos do mundo que se chega a desacreditar que sua solução seja talvez tão simples e fácil no conjunto da união de “poderes”. Para Ziegler (2013) a destruição de milhares de seres humanos pela fome representa hoje o escândalo do século XXI. Segundo o autor,

a cada cinco segundos morre uma criança de menos de dez anos. Em um planeta que, no entanto, transborda de riquezas. No seu estado atual, a agricultura mundial poderia alimentar sem problemas 12 bilhões de seres humanos – vale dizer, quase duas vezes a população atual, [...] uma criança que morre de fome é uma criança assassinada (ZIEGLER, 2013, p. 21).

Para Castro (1992), a fome coletiva é fenômeno social que encontra-se generalizada. É de forma geográfica, universal, sem escape a nenhum dos continentes sua ação calamitosa. Porém, para Ziegler, a fome é produto dos homens e pode ser vencida pelos homens. Dentre os direitos humanos mais ameaçados pela pobreza, o direito à alimentação é sem sombra de dúvidas o mais constantemente violado na atualidade.

Segundo os números da FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura o número de pessoas grave e de forma permanente subalimentadas em todo o mundo, chegava em 2010 a 925 milhões, frente aos 1023 milhões em 2009. “Assim, quase um bilhão de seres humanos, dentre os 6,7 bilhões que vivem no planeta, padecem de fome permanentemente” (ZIEGLER, 2010, p. 32). Dentre as expressões advindas da pobreza, a fome apresenta-se de forma bárbara e cruel, podendo ser localizada de forma sutil ou mesmo chegando a matar milhares de sujeitos que vivem abaixo da linha de pobreza.

Segundo Silva (2010), há também questões como a crise dos alimentos, fato que ocorre de forma principal pela expansão desordenada de plantios de insumos os quais são alocados à produção de novas fontes de energia. Há a existência ainda da falência de um modelo industrial de agricultura dependente do petróleo, pois os preços de inflação deste combustível impulsionam os preços da produção e também dos alimentos, situação que se agrava com a destinação de terras agrícolas para agrocombustíveis, sistema que não encontrou (como imaginou) no livre comércio a solução para o problema de ordem alimentar mundial.

Assim assinala Silva:

A complexidade destas questões manifesta, enfaticamente, que iniciativas voltadas à “sustentabilidade ecológica” podem ser reveladoras de uma profunda insustentabilidade social, quanto mais a lógica que as preside seja reafirmadora das necessidades de expansão capitalista, reforçando os traços da crescente barbarização da vida social. Embora não se trate de um fenômeno novo, a fome do século XXI exhibe novas causas (SILVA, 2010, p. 110).

Neste mesmo sentido, Ziegler também assinala algumas questões no que tange aos biocombustíveis ou biocarburantes. O bioetanol é produzido a partir da transformação de vegetais que contém sacarose ou amido, para o autor, os trustes da agroalimentação que

dominam a fabricação e comércio deste, sustentam um argumento que de forma aparente é indiscutível, pois suas argumentações pontuam que a energia fóssil substituída pela vegetal seria de extrema importância na luta contra a degradação do clima e seus danos ao meio.

Entretanto, o autor aponta que para o ano de 2011 a expectativa de produção de bioetanol e biodiesel era de mais de cem bilhões de litros, para tanto foram também necessários cem milhões de hectares de culturas agrícolas para a produção destes agrocarburentes tornando a justificativa destes produtores falsa visto que os métodos e custos desta produção demandam água e energia em níveis consideráveis, sobretudo a área de seu plantio e a queima de toneladas de alimentos. A título de ilustração são necessários 4.000 litros de água para se fazer um litro de bioetanol e para se produzir 50 litros deste combustível são necessários 358 quilos de milho, para Ziegler “queimar milhões de toneladas de alimentos em um planeta em que, a cada cinco segundos, morre de fome uma criança de menos de dez anos é evidentemente revoltante” (ZIEGLER, 2013, p. 251).

Para o autor, os agrocarburentes são causadores de catástrofes climáticas e sociais, pois provocam a redução de terras utilizadas para produção de víveres, devastam a agricultura familiar e, neste passo, corroboram para agravar a fome no mundo. Sua produção também não está isenta de prejuízos, pois se utiliza de um grandioso volume de água potável e libera na atmosfera uma grande quantidade de dióxido de carbono.

Evidentemente o consumo de energia fóssil se traduz como um problema, porém de acordo com as ideias de Ziegler, a solução certamente não reside na produção de agrocarburentes. Um melhor ajuste estaria nas energias alternativas como a eólica e a solar.

1.1.2 O direito humano ao meio ambiente sadio na sociedade capitalista

Segundo Oliveira (2014), os discursos acerca do direito, especialmente dos direitos humanos no século XXI tomam conta dos mais diversos centros de debates e fóruns do mundo. Mas, o direito em essência, no que consiste e como está disposto nas mais diversas sociedades, e sua caracterização no modo de produção capitalista é ainda discutido de forma ilusória.

No decurso histórico foram criados inúmeros documentos normativos que “protegem” a vida humana bem como o meio ambiente. Porém o documento de mais impacto historicamente foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. A declaração se baseia em dois pontos fundamentais, liberdade e igualdade (ROESLER; OLIVEIRA, 2013) e exerce forte influência nos documentos posteriores de mesma matéria. Neste sentido, em 2007

surge a Declaração Universal dos Direitos Humanos Emergentes a qual prevê em seu artigo 3º que “todo ser humano y toda comunidad tienen derecho a vivir en un medio ambiente sano, equilibrado y seguro, a disfrutar de la biodiversidad presente en el mundo y a defender el sustento y continuidad de su entorno para las futuras generaciones” (DECLARACION UNIVERSAL DE DERECHOS HUMANOS EMERGENTES, 2009, p. 56).

Para Roesler e Oliveira (2013), o objetivo da Declaração dos Direitos Humanos Emergentes é somar para a disseminação de um novo rol de direitos, servir de norte aos movimentos socioculturais diversos bem como penetrar na sociedade atual e em seu quadro político para que se obtenha a promoção de uma relação nova do poder com a sociedade. A Declaração, aprovada em 2007, apresenta-se segundo Roesler e Oliveira como “resposta aos processos de globalização cuja natureza parcial e desigual excluem grande parte da população mundial de seus benefícios, em particular, dos países subdesenvolvidos, como também dos desenvolvidos” (ROESLER, OLIVEIRA, 2013, p. 174).

A problemática ambiental é por vezes analisada de forma específica na estruturação e reestruturação socioespacial, onde se desconsidera quase sempre suas vinculações com a estrutura de classes. Na medida em que se incorpora a estrutura de classes a esta análise tem-se a possibilidade de percepção dos sujeitos que se apropriam dos benefícios das atividades econômicas cujos custos são divididos com toda a sociedade.

O ambiente ou meio ambiente é social e historicamente construído, podendo ser passivo e ativo, simultaneamente é suporte geofísico, é condicionante e condicionador do movimento da vida social. O direito de viver num ambiente não poluído ou sadio está garantido na Constituição Federal onde traz em seu artigo 225 que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2013, s/p).

Segundo Malinowski (2013), os direitos do homem evoluem ao grau em que as sociedades em seu desenvolvimento, incluem também novos temas nesse rol de direitos. Atualmente o direito de viver em ambiente não degradado e livre de poluentes é considerado um direito de terceira dimensão, como elucida Sachs.

Enquanto se consolida a primeira geração de direitos políticos, civis e cívicos, balizando o poder de ação do Estado e se fortalece o da segunda geração dos direitos sociais, econômicos e culturais, que impõem uma ação positiva ao Estado, uma terceira geração de direitos, desta vez coletivos, faz sua aparição: direito à infância, direito ao meio ambiente, direito à cidade,

direito ao desenvolvimento dos povos, enfim reconhecido na Conferência de Viena em 1993 (SACHS, 1998, p. 149).

Internacionalmente, a declaração de Estocolmo é que pontua o reconhecimento de um direito humano ao meio ambiente, para Malinowski (2013), o meio ambiente deve ser considerado como um direito humano, o qual foi incorporado após a Conferência de Estocolmo em 1972, por vários países como um direito fundamental. Ainda, de acordo com o autor, os direitos humanos são fundamentais à pessoa humana, vinculados à natureza do homem, e que devem ser reconhecidos e respeitados por todo poder e autoridade. Os direitos fundamentais assim são designados, por serem conferidos pela Constituição, nessa direção o direito ao meio ambiente está alocado no rol dos direitos fundamentais visto estar garantido na Constituição Federal em seu artigo 225.

O meio ambiente está disposto a todos os habitantes da terra, porém na sociedade capitalista grande parte deste é adquirido de forma privada, seja como matéria prima para produção de mercadorias, o que na maior parte das vezes gera também impactos ao meio ambiente, seja na garantia de espaços urbanos (ou não) livres de poluição, degradação e com acesso à infraestrutura básica e qualidade de vida.

Pensar em meio ambiente sadio remete à idéia de desenvolvimento sustentável, que logo aparece visualizado no difundido conceito que traz o Relatório Brundtland de um desenvolvimento que satisfaça as necessidades do presente sem colocar em risco a possibilidade de satisfação das necessidades das futuras gerações.

Entretanto, desenvolvimento sustentável supõe desenvolvimento, que segundo Gadotti,

não é um conceito neutro. Ele tem um contexto bem preciso dentro de uma ideologia do progresso, que supõe uma concepção de história, de economia, de sociedade e do próprio ser humano. O conceito foi utilizado numa visão colonizadora, durante muitos anos, na qual os países do globo foram divididos entre “desenvolvidos”, “em desenvolvimento” e “subdesenvolvidos”, remetendo-se sempre a um padrão de industrialização e de consumo. Ele supõe que todas as sociedades devam orientar-se por uma única via de acesso ao bem estar e à felicidade, a serem alcançadas apenas pela acumulação de bens materiais (GADOTTI, 2009, p. 59).

Dessa maneira, quando se analisa o termo “desenvolvimento” inserido no Modo de Produção Capitalista, este revela suas características próprias, de maneira que o desenvolvimento sustentável também se dá através deste viés.

Gadotti (2009), problematiza o desenvolvimento sustentável e a ecologia trazendo que os problemas de que esta trata não afetam apenas o meio ambiente, mas também o ser mais complexo dela proveniente, o ser humano. Para o autor, os mais ameaçados pela destruição do planeta são os pobres.

O autor traz a partir de Elmar Altvater, que a teoria do desenvolvimento sustentável na sociedade capitalista é uma fórmula vazia.

Pois ela supõe uma solidariedade sincrônica e diacrônica entre as pessoas e entre as sociedades [...] naturalmente [Naturalmente em seu duplo sentido], este princípio implica um distanciamento em relação ao princípio do lucro e, portanto, também a situação de não precisar respeitar as restrições [monetárias] externas. Contudo, via de regra, justamente essa questão é deixada de lado no debate sobre um desenvolvimento sustentável: as pessoas fazem de conta que seria possível erigir, no plano nacional, uma economia que poupa o meio ambiente, é eficiente e voltada para o futuro, e que simultaneamente, corresponda às restrições orçamentárias do fordismo internacional (ALTVATER, *apud* GADOTTI, 2009, p. 59).

O autor citado por Gadotti concorda com a essência do desenvolvimento sustentável e todos os seus princípios, porém não visualiza como este pode ser realizado no modo de produção fordista/capitalista, o qual é insustentável. O modo de organizações de estruturas econômicas e sociais consente ser sustentável apenas de forma condicional, unicamente quando não se defronta com o fim último do modo de produção capitalista que é o lucro. Para Altvater, o sonho do capitalismo ecológico é insustentável.

Para Gadotti (2009), existe uma incompatibilidade de princípios entre sustentabilidade e capitalismo. Trata-se de conciliar dois termos inconciliáveis, no atual contexto da mundialização capitalista. Para o autor,

Nesse quadro, o “desenvolvimento sustentável” é tão inconciliável quanto a “transformação produtiva com equidade” defendida pela Cepal. Como pode existir um crescimento com equidade, um crescimento sustentável numa economia regida pelo lucro, pela acumulação ilimitada, exploração do trabalho, e não pelas necessidades das pessoas? Levado às suas últimas consequências, a utopia ou projeto do “desenvolvimento sustentável” não só o crescimento econômico e ilimitado e predador da natureza, mas o modo de produção capitalista. Ele só tem sentido numa economia solidária (GADOTTI, 2009, p. 61).

Ainda de acordo com o referido autor, não há desenvolvimento sustentável sem sociedade sustentável. Para ele esta concepção de desenvolvimento coloca em risco o consumismo do modo de produção capitalista, o qual se caracteriza como principal

responsável pela deteriorização do meio ambiente e a escassez dos recursos materiais do planeta. O modelo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, baseado na exclusão em prol do lucro distancia em nível cada vez maior ricos e pobres. O capitalismo cria em escala global um ambiente altamente favorável para a criação de alternativas políticas de ordem regressiva e antidemocráticas. Paralelo a isso, se visualiza o progresso do potencial disponível, entretanto não se tem a capacidade de transformá-lo numa vida melhor, “enquanto aumenta o volume de brinquedos tecnológicos nas lojas, escasseiam o rio limpo para nadar ou pescar, o quintal com suas árvores, o ar limpo, água limpa, a rua para brincar ou passear” (GADOTTI, 2009, p. 65). O capitalismo tem necessidade de substituir felicidades gratuitas por felicidades vendidas e compradas.

A natureza mercantilizada é então sucateada impedindo que a sociedade gaste seu tempo com ela e negando o direito constitucional principalmente aos pobres de viverem em um ambiente sadio, livre de degradações e poluições e insalubre.

Os problemas ambientais não atingem de forma igual o espaço urbano. Estes atingem de forma muito mais elevada os espaços físicos das classes menos favorecidas economicamente do que os das classes mais elevadas. A distribuição espacial das classes menos favorecidas liga-se a não valorização de espaço, a proximidade de um rio, ocorrendo uma possível inundação, por exemplo, como também a proximidade de indústrias, de usinas termonucleares, ou pela insalubridade, pelos riscos ambientais, como os desmoronamentos e também pelas catástrofes naturais.

Considerando o direito como a possibilidade de algo vir a ser, entende-se que este, apesar de garantido, em termos concretos visualiza-se boa parte da população mundial que não tem acesso a este direito, visto que a vigência do sistema capitalista de produção, à medida em cria possibilidade de concretização ao seu fim último que é o lucro, ele também alija milhares de famílias de muitos de seus direitos, incluindo-se aí o direito ao meio ambiente sadio.

Para Roesler e Oliveira (2013), as situações concretas vivenciadas pelo homem criaram a necessidade de positivação dos direitos fundamentais com a pretensão de atender as carências humanas. Para as autoras é urgente a defesa e garantia do direito humano ao meio ambiente. Porém apesar de estar positivado, o direito ao meio ambiente sadio na sociedade atual, surge como um sonho utópico, pois considerando que trilha o mesmo caminho realizado pelo desenvolvimento sustentável, este, se dá como uma falácia. O direito ao meio ambiente sadio, de forma livre não mercantilizada, dentro desta sociedade é uma realidade

quase impossível. Entretanto, como o direito e as políticas são produtos históricos, e a história é movimento, os desafios estão postos à sociedade contemporânea.

As relações aproximativas entre direito, meio ambiente e capitalismo elucidam as contradições existentes para que cada uma se institua. Para que este direito se estabeleça de forma verdadeira, é preciso que o modelo de produção seja outro, para além do capitalismo. Espaços ambientalmente saudáveis tanto para moradia, quanto para lazer e divertimentos, salvo raros casos, estão sempre sob a contrapartida de pagamentos, como mercadorias. Áreas que dispõem de um meio ambiente saudável ou estão sob propriedade privada para uso de poucos ou são áreas ambientalmente protegidas, o que resta à população que não tem condições financeiras de pagar por serviços e espaços em lugares ambientalmente saudáveis é viver em condições ambientais insalubres, permanecendo o direito ao meio ambiente saudável esquecido como muitos outros direitos fundamentais.

1.2 ASPECTOS DIVERSOS SOBRE A POBREZA E SUAS E IMPLICAÇÕES

O fenômeno complexo que se vislumbra na pobreza é por vezes definido de forma genérica como a “situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada” (ROCHA, 2003, p. 9). Para a autora, para a operacionalização deste conceito amplo e vago é necessário especificar quais são essas necessidades e que nível de atendimento pode ser considerado como adequado para determinada região. No que tange ao conceito deste fato tão complexo, para que seja relevante segundo Rocha (2003), depende de forma básica do padrão de vida e como as necessidades que são diferenciadas são atendidas em determinado contexto social e econômico. Rocha coloca que “ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive” (ROCHA, 2003, p. 10).

Segundo a autora, para definir um conceito de pobreza que seja relevante é necessário que haja uma análise cuidadosa e ponderada acerca de cada realidade social específica. Estabelecer esta percepção preliminar do conceito de pobreza em contextos determinados é essencial para análise e aplicação de políticas antipobreza.

Yasbeck trata sobre a pobreza à luz da questão social.¹⁰ Visualiza como expressão direta das relações em voga na sociedade. E localiza a questão

¹⁰ A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão. [...] A gênese

no âmbito de relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual, em que convivem acumulação e miséria. Os “pobres” são produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para eles um lugar na sociedade. Um lugar onde são desqualificados por suas crenças, seu modo de se expressar e seu comportamento social, sinais de “qualidades negativas” e indesejáveis que lhe são conferidas por sua procedência de classe, por sua condição social. (YASBECK, 2012, p. 289).

A autora considera que a pobreza é categoria histórica e construída socialmente, e que, portanto, não pode ser tomada como algo natural.

É evidente que a existência da pobreza remonta aos períodos mais antigos da civilização humana, a qual já apresentou diversas concepções e características populares para as situações concretas por ela exteriorizadas. É possível verificar que ainda hoje, não existe apenas um conceito, bem como uma linha que a delimite. O que coexistem são consensos em relação a um determinado conceito, porém no que tange à sua padronização, existem divergências.

Quando se conceitua e tem-se a pretensão de medir a pobreza, o que se visualiza habitualmente está expresso em determinações conceituais subdivididas entre pobreza absoluta e pobreza relativa e ainda o entendimento desta pobreza enquanto insuficiência de renda o que alude às denominadas linhas de indigência e pobreza. Maria Carmelita Yasbeck entende que ainda que a renda “se configure como elemento essencial para a identificação da pobreza, o acesso a bens, recursos e serviços sociais, ao lado de outros meios complementares de sobrevivência, precisa ser considerado para definir situações de pobreza” (YASBECK,

da questão social na sociedade burguesa deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização. [...] a questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, [...] *expressa uma arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários. A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. **Forma-se um terreno de disputas, onde se insere o assistente social. Sob a égide do neoliberalismo*** [...] as respostas à questão social passam a ser canalizadas para os mecanismos reguladores do mercado e para as organizações privadas, as quais partilham com o Estado a implementação de programas focalizados e descentralizados de “combate à pobreza e a exclusão social”. O serviço social tem na *questão social* a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho, [...] interferem nas relações cotidianas, no atendimento às variadas expressões da *questão social*, tais como experimentadas pelos indivíduos no trabalho, na família, na luta pela moradia e pela terra, na saúde, na assistência social pública entre outras dimensões. Atualmente, a *questão social* passa a ser objeto de um violento “processo de criminalização” que atinge as classes subalternas. Recicla-se a dimensão de “classes perigosas” – não mais laboriosas – sujeitas à repressão e extinção. A tendência de naturalizar a *questão social* é acompanhada da transformação de suas manifestações em objeto de programas assistenciais focalizados de “combate à pobreza” ou em expressões da violência dos pobres, cuja resposta é a segurança e a repressão oficiais. Evoca o passado, quando era concebida como caso de polícia, ao invés de ser objeto de uma ação sistemática do Estado no atendimento às necessidades básicas da classe operária e outros segmentos trabalhadores (IAMAMOTTO, 2012, p. 168, grifo nosso).

2012, p. 292). A autora, lembra ainda que, na atualidade a pobreza é também uma das faces do descarte de mão de obra barata que provém da expansão capitalista.

O trato sobre a pobreza dentro da concepção liberal — que se tem hoje como pensamento de “ordem” da sociedade burguesa, e que de forma sintética preza pela liberdade de mercado ou econômica e abrange também a noção de individualismo, sendo a liberdade do indivíduo superior ao coletivo — está intimamente ligada ao poder individual do “cidadão” e à ação mínima do Estado. Dentro da concepção do liberalismo clássico está sua característica mais marcante, pertencente a Adam Smith – a tese do Estado Mínimo, na qual o autor reflete em relação à chamada “mão invisível”.

Uma solução aparentemente harmoniosa que supõe, para o autor, a dissipação dos conflitos próprios de uma sociedade hierarquizada consiste numa explicação nada trivial que, utilizando-se de uma metáfora — a “mão invisível” —, funciona como um operador social. Nesse sentido o mercado é entendido como algo mais complexo que um lócus de troca e a mão invisível como mais do que um simples mecanismo de ajuste automático, representando a própria viabilização da ordem social, seu operador último, sua forma de organização social. E não é por outra razão que a teoria de mercado de Smith se torna a matriz teórica da ordem social liberal e a economia passa a ser entendida como essência da sociedade, terreno sobre o qual a harmonia social pode ser pensada e praticada (SIQUEIRA, 2013, p. 39).

Neste sentido para o autor liberal, a riqueza de um indivíduo é o resultado de seu trabalho, quando este trabalhador produz para além daquilo que necessita para suas necessidades vitais e acumula seu produto, o mesmo enriquece. Autores como Smith e Locke concordam na mesma análise quando afirmam que a propriedade tem sua origem no trabalho, sendo que na medida em que se trabalha mais pode-se trocar o excedente produzido por outros produtos. Segundo Siqueira (2013), o trabalho para Locke para além das necessidades básicas funda a propriedade privada e a acumulação de riquezas, o que para este autor dá origem às desigualdades sociais.

Seguindo esta lógica, a pobreza estaria atrelada à inabilidade de um sujeito de produzir mais do que precisa, sem então conseguir acumular riqueza. Dessa maneira, pobre seria o sujeito que não produziu nesta escala. Segundo Siqueira (2013), para Adam Smith a pobreza se traduz pelo atraso econômico e desse modo torna-se eliminável.

Há ainda dentro da concepção liberalista o pensamento de Hayek. Para este autor pensar a pobreza também atrela-se aos princípios de individualismo e do resultado da livre

concorrência do mercado, se existe pobreza isto se dá pela responsabilidade de cada um, um fracasso individual.

O senso comum, predominante na atualidade, encontra-se travestido do pensamento liberal na maior parte das vezes. Neste sentido, pensar os pobres como fracassados é legitimar que apenas uma porcentagem da população mundial é capaz. Para Hayek, a desigualdade

nada mais é do que as diferentes condições de cada indivíduo no processo da concorrência. A desigualdade de acesso a bens e serviços não seria resultado de um sistema estruturalmente desigual, mas da desigualdade de competências individuais. Não tem o sistema, portanto, qualquer responsabilidade no fracasso ou no sucesso do indivíduo no livre jogo do mercado. Torna-se, para Hayek, essencial para o mercado que o Estado garanta essa liberdade, se abstendo da regulação desse mercado. Portanto, a política social compreendida como assistencialista, emergencial, transitória e focalizada na população mais pobre, desde que não afete o livre jogo do mercado, é aceita no neoliberalismo (SIQUEIRA, 2013, p. 79).

Nesta lógica as respostas dadas à pobreza são como se vê comumente, com programas sociais de forma emergencial e focalista, não alterando de forma essencial o problema, apenas criando soluções a curto prazo para “tapar com panos quentes” o que vem adoecendo. Dentro desta perspectiva, as ações são voltadas aos mais pobres dos pobres, considerando uma renda mínima dentro do salário que já é mínimo para dar conta das necessidades básicas de cada sujeito. Para Yasbeck (2012), os programas de transferência de renda que tem seu foco na pobreza extrema revelam à luz da ideologia neoliberal, significativas mudanças nas políticas sociais atuais, para a autora a maior delas

é a substituição de políticas e programas universais por programas focalizados na pobreza e na extrema pobreza, como se política social fosse coisa para pobre. [...] Esses programas apenas “aliviam” a pobreza, [...] as determinações estruturais geradoras da pobreza e da desigualdade social não são consideradas, limitando-se essa intervenção a melhorias imediatas nas condições de vida dos pobres, servindo tão somente para manter e controlar a pobreza e potencializar a legitimação do Estado (YASBECK, 2012, p. 310).

Porém, a mesma autora traz que não se pode duvidar das virtualidades possíveis dessas políticas. São políticas, e considerando que seu processo é contraditório e expressa disputas, os rumos e a politização é que permitirão que as políticas atuais se coloquem na perspectiva de defesa da cidadania ou apenas reiterem práticas conservadoras.

Para Hayek, a desigualdade é aceita e considerada necessária para dar andamento ao progresso, ele considera a capacidade de cada indivíduo para cada resultado, sem implicação

alguma com a estrutura de classes. Entretanto, para Marx em uma análise contrária à de Hayek, este analisa o processo como sendo estrutural, com seu fundamento no modo de produção capitalista, considerando a exploração de uma classe pela outra.

Outra leitura também predominante acerca da concepção de pobreza, neste caso dentro da comunidade católica¹¹, está contida na Encíclica *Rerum Novarum* publicada pelo Papa Leão XIII no século XIX. Segundo Siqueira (2013), a encíclica contribui para o esvaziamento da luta de classes e para a defesa da propriedade privada, nela aborda-se a condição do operário e a dignidade do trabalho.

O primeiro princípio a pôr em evidência é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. É, sem dúvida, isto o que desejam os Socialistas; mas contra a natureza todos os esforços são vãos. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão múltiplas como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente a desigualdade das condições. Esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções é, principalmente, a diferença das suas respectivas condições. [...] O erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado. Isto é uma aberração tal, que é necessário colocar a verdade numa doutrina contrariamente oposta, porque, assim como no corpo humano os membros, apesar da sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo que formam um todo exactamente proporcionado e que se poderá chamar simétrico, assim também, na sociedade, as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital (LEAO XIII, 1891).

¹¹ Os católicos somam hoje o número de quase 1,2 bilhões de seguidores em todo o mundo. “A América Latina concentra 40% desse total. O Anuário de Estatística da Igreja revela que o número de fiéis cresceu em todos os continentes, em relação ao ano anterior. Houve um incremento de mais de 15 milhões de católicos. Dos quase 1,2 bilhão de católicos, 586 milhões vivem no continente americano, incluindo 483 milhões (41,3%) na América Latina. O Brasil, com 123 milhões de fiéis, de acordo com dados do último censo, é o país com o maior número de católicos do mundo. Em seguida aparece o México, com quase 93 milhões, também de acordo com o censo local. Os dois continentes onde a Igreja Católica mais cresce atualmente são África — especialmente a região subsaariana —, com 186 milhões de fiéis, e Ásia, com 130 milhões. A Oceania tem 9,5 milhões de católicos. Com 2,2 bilhões de integrantes, os cristãos são o maior grupo religioso do mundo, à frente de 1,6 bilhão de muçulmanos, 1 bilhão de hinduístas e 500 milhões de budistas, segundo um estudo publicado em dezembro pelo Fórum Pew de Religião e Vida Pública”. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/europa/renunciado-papa/igreja-catolica-em-numeros-12-bilhao-de-fieis-40-americalatina,d8908d780eb5d310VgnVCM3000009acce0aRCRD.html>>. Ainda hoje o peso da igreja na difusão de idéias é considerável, a igreja católica compactua com muitos dos princípios liberais naturalizando a pobreza e suas causas, idéias defendidas e difundidas entre os 1,2 bilhões de fiéis existentes na religião católica.

O texto da Encíclica *Rerum Novarum* explicita em seus dizeres a naturalização da pobreza, onde cada homem deve aceitar sua condição, e pontua ainda que as duas classes existentes dependem uma da outra, portanto, assim devem unir-se em harmonia para que a vida corra com “naturalidade”, e essa naturalidade está ligada ao que trazem os liberais, a pobreza ligada às individualidades, à capacidade e esforço de cada indivíduo. Sua superação estaria ligada à caridade, apontada na Encíclica como solução definitiva, e aos pobres a conformação de sua condição sempre buscando a harmonia entre estes e a classe rica.

Verifica-se em diversas teorias acerca da pobreza, apesar de suas peculiaridades e condições históricas que a linha da individualidade e/ou culpabilização do indivíduo sobre sua condição estão quase sempre presentes em grande ou leve quantidade. Dessa maneira, outro autor conhecido em sua abordagem acerca da pobreza é Amartya Sen¹².

Amartya Sen, coloca que “a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda” (SEN, 2010, p. 120). Sen afirma ao considerar esta abordagem que isto não denota que a renda deixe de ser importante, entretanto esta representa somente um “meio” e não um fim para que se atinja o que é relevante e/ou importante para os sujeitos. O autor trabalha a medida de bem-estar social, a qual segundo Neri (2012), pode ser observada individualmente ou por meio de grupos.

É possível definir desigualdade como uma propriedade da função bem-estar social, na medida em que, para dimensioná-la, passamos da medição dos níveis de bem-estar de cada pessoa para o cálculo de bem-estar do conjunto de pessoas que compõem um sociedade. [...] Começamos por uma medida simples de bem-estar, a renda *per capita*, que soma a renda de todos e divide pelos número dos indivíduos, ignorando a distribuição de recursos entre as pessoas. Podemos ter a mais alta desigualdade estatística do mundo, mas a medida de desigualdade derivada de uma função de bem-estar social correspondente à renda média assumirá sempre um valor nulo. Em suma, a

¹² Economista indiano (1933-). Prêmio Nobel de Economia de 1998, seus trabalhos teóricos contribuem para uma nova compreensão dos conceitos sobre miséria, fome, pobreza e bem-estar social. Amartya Kumar Sen nasce na cidade de Shantiniketan, em Bengala Ocidental. Em 1952 vai para a Inglaterra estudar economia na Universidade de Cambridge. De volta à Índia, dá conferências na Universidade de Jadavpur e torna-se professor da Escola de Economia de Delhi. Intensamente marcado pela fome que atinge seu país, aprofunda o estudo das economias dos países em desenvolvimento e as condições de vida das populações mais pobres do planeta. Em 1981 escreve seu livro mais conhecido, *Pobres e Famintos: Um Ensaio sobre Direito e Privação*. Analisando catástrofes na Índia, em Bangladesh, na Etiópia e no Saara africano, Sen demonstra que até quando o suprimento de alimentos não é significativamente inferior que o de anos anteriores pode ocorrer privação e fome. Sua conclusão é que a escassez de comida não constitui a principal causa da fome, como acreditam os acadêmicos, e sim a falta de organização governamental para produzir e distribuir os alimentos. Depois de lecionar na Índia e nos Estados Unidos (EUA), Sen assume o cargo de professor titular do Trinity College, no Reino Unido, em 1988, e se torna o primeiro não britânico a ocupar a posição. Disponível em: <<https://www.algosobre.com.br/biografias/amartya-sen.html>>. Acesso em: 10 jun.2015.

desigualdade não importa nessa função de bem-estar social (NERI; MELO; MONTE, 2012, p. 56).

Para Sen a desigualdade atua como redutor de bem-estar em relação ao nível de renda média. Para Neri, (2012, *et al*), os conceitos de bem-estar e pobreza em Sen procuram agregar o nível de bem-estar de sujeitos diferentes de uma certa sociedade em apenas um número, porém o conceito de bem-estar considera a situação de forma quantificada de todos os sujeitos enquanto o de pobreza capta apenas a quantidade de sujeitos cujo bem-estar se encontra abaixo de parâmetros determinados.

Para o autor, a miséria, a doença, a falta de alfabetização, a exclusão de diversos serviços públicos, entre outras questões, se revelam como privação de capacidades, o que é impeditivo para superação da pobreza. Para Amartya Sen a “Questão Social” e suas oriundas expressões estão bem aquém da discussão sobre a acumulação capitalista e de sua apropriação privada da riqueza que é produzida. Para ele,

Uma pessoa com renda elevada mas sem oportunidade de participação política não é “pobre” no sentido usual, porém claramente é pobre no que diz respeito a uma liberdade importante. Alguém que é mais rico que a maioria mas tem uma doença cujo tratamento é muito caro obviamente sofre privação em um sentido importante, muito embora nas estatísticas usuais sobre distribuição de renda essa pessoa não venha a ser classificada como pobre. Um indivíduo a quem é negada uma oportunidade de emprego mas recebe uma ajuda do Estado a título de “auxílio-desemprego” pode aparentar sofrer muito menos privação no espaço das rendas do que em função da valiosa – e valorizada – oportunidade de ter uma ocupação gratificante (SEN, 2010, p. 128).

Para o autor, a concepção de desigualdade iguala-se à desigualdade de oportunidades e privação de necessidades. É pensada de forma individual, centrada no indivíduo e na ausência de condições básicas de sua existência (acesso à saúde, educação, saneamento básico, alimentos etc.), que para ele são os únicos elementos com capacidade de serem igualados entre indivíduos tão distintos (SIQUEIRA, 2013).

A análise de Sen, centrada no indivíduo vai ao encontro dos preceitos liberais os quais colocam exclusivamente sobre o indivíduo o peso de sua condição. Em sua análise, este coloca que é a constituição das ditas liberdades que será capaz de dar aos sujeitos uma condição de agentes da própria vida.

Siqueira identifica no autor alguns pontos centrais, dos quais pode-se destacar a propriedade privada, que para Amartya Sen é algo dado, “algo natural, [...] fruto da diversidade humana [...] que envolve ‘características externas’ como riquezas herdadas,

ambiente social e natural e as ‘características pessoais’ como aptidões físicas e mentais”. (SIQUEIRA, 2013, p. 126). Para Sen, a propriedade privada assemelha-se ao gênero, da mesma maneira que uns nascem homens outros nascem proprietários. Para Siqueira (2013), ao capital é necessário que se naturalize as relações de produção, obscurecendo o que é real e mostrando o desenvolvimento como resultado de trabalho individual dos sujeitos, escolhidos por cada um destes sujeitos no mercado a partir de suas aptidões, considerando as condições básicas para o seu desenvolvimento.

A autora identifica ainda outros pontos para discussão, trata-se do individualismo, livre mercado, desenvolvimento, liberdade e o empoderamento. No individualismo, o cerne de igualdade de Sen, centra-se aí. O indivíduo está apto a evitar a pobreza, pois torna-se agente de seu destino e está livre para agir da forma que deseja, o poder de escolha do indivíduo dá o ponto de sua argumentação. São as pessoas que decidem que tipo de bens querem para si, segundo ele, uns podem querer muito e outros não. Neste sentido, basta dar aos sujeitos condições básicas iguais para que façam com liberdade seu papel econômico. Dessa forma,

Bastaria uma ação política assistencial eficiente para por fim ao drama do “subdesenvolvimento”, deixando implícita a idéia de que os países pobres vivem nessa condição porque são atrasados e não criaram condições para o pleno exercício da liberdade humana; está presente a idéia de que bastam programas dirigidos a esses problemas para resolver a questão do desenvolvimento nos países pobres. O abandono do homem ao estado de pré-cidadão é decorrente de fatores externos ao funcionamento do capitalismo que podem ser reparados para tornar o capitalismo um sistema de real exercício da liberdade humana, focada na idéia de oportunidade de ser rico ou pobre, de dispor dos bens conforme seus desejos individuais, em um mercado livre (SIQUEIRA, 2013, p. 129).

Em relação ao livre mercado Sen, em sua obra fala sobre o mesmo como algo que propicia o desenvolvimento e a liberdade. Para ele o mercado livre é perfeito, sendo que o que impede seu harmonioso funcionamento são questões oriundas de governos ruins já passados, heranças políticas. Em sua teoria “os indivíduos só podem aproveitar as oportunidades em uma economia de indivíduos livres, com suas liberdades substantivas garantidas, em um mercado livre” (SIQUEIRA, 2013, p. 130).

O autor sustenta também em sua tese que para que exista desenvolvimento é necessário que sua base seja a eliminação das privações e liberdades e a criação de oportunidades. Assevera ainda que é o indivíduo com as oportunidades criadas por si mesmos que geram o desenvolvimento. Apresenta assim a ideia de que a partir do momento em que o

sujeito está livre de privações o mesmo tem sempre a possibilidade de criar algo novo para si, podendo ser um empresário ou empresário de si mesmo.

No que diz respeito à liberdade, apontada e trabalhada pelo autor em boa parte de sua obra, este coloca que existem diferentes tipos de liberdade, que é a capacidade de realização dos sujeitos, apresentando relações entre si contribuindo dessa forma para outros tipos de liberdades: liberdade política, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência, segurança protetora. Sen,

sustenta a importância de pensar a pobreza com outros fatores que não se reduzam à renda, derivando no uso do conceito *multidimensional*, da pobreza. Contudo, sua análise sobre a pobreza negligencia a dinâmica da acumulação do capital. Além de reatualizar a Teoria do “Capital Humano”, tem-se a naturalização dos problemas sociais e outros temas (SIQUEIRA, 2013, p. 135).

Seguindo a lógica de Sen, ao responsabilizar o indivíduo pelo seu fracasso, dando dessa forma espaço à pobreza – o autor denomina uma certa apatia e pouca auto-estima como *desempoderamento*, sendo que os sujeitos em situação de vulnerabilidade na sociedade acabam perdendo a coragem de almejar coisas que outros sujeitos melhor colocados na sociedade almejam fortemente.

Assim a questão do empoderamento,

Implicaria no desenvolvimento das capacidades individuais dos pobres e excluídos e de suas organizações, o que seria suficiente para transformar as relações de poder, que limitam o acesso a bens, e as relações em geral com o Estado, o mercado e a sociedade civil. Através do “empoderamento” se teria a expectativa de que essas pessoas pobres e excluídas superariam as principais fontes de privação das liberdades, poderiam construir e escolher novas opções e poderiam implementar suas escolhas e se beneficiar delas (SIQUEIRA, 2013, p. 138).

De acordo com o autor, as capacidades individuais apresentam graus de poder no projeto do modelo de desenvolvimento pelo empoderamento, visualiza-se um projeto que é direcionado para as pessoas enquanto agentes e que respeita a diversidade humana e dessa maneira a liberdade de escolha. A pobreza e a tirania neste caso são obstáculos que precisam ser vencidos. Para Sen, a pobreza seria um estado de desempoderamento, pois para o autor os sujeitos pobres não possuem força e poder em grau suficiente para melhorar suas condições tampouco suas posições nas relações de poder. A estratégia para o combate à pobreza neste caso seria no campo político com atores que sejam capazes de alterar correlações de forças.

Todavia a teoria de Sem, ao encorajar um projeto que transformaria as relações de poder, bem como as correlações de forças com o empoderamento dos sujeitos pobres, não concebe quaisquer alterações nos fundamentos da economia e política, sem considerar a exploração do trabalho, a propriedade privada e os meios de produção de riqueza. A teoria do autor faz comparativos de pobreza com privações de capacidades, porém de forma estrutural não há nenhum indicativo que remeta aos infortúnios métodos do MPC. Assim não se verificam mudanças que possam ser estruturais e significativas.

1.3 POBREZA ABSOLUTA E POBREZA RELATIVA

Após a euforia de reconstrução do pós-guerra iniciou-se nos países desenvolvidos a discussão acerca da pobreza e as desigualdades a ela inerentes. A discussão nestes países levou a que se sublinhasse um caráter relativo de pobreza. A partir daí, discursos acerca da natureza do fenômeno da pobreza se tornaram frequentes, considerando os níveis de desenvolvimento social e produtivo de cada país.

É comum referir-se à pobreza considerando seus níveis, índices e percentuais. Atualmente existem índices de pobreza que são usualmente utilizados pela mídia e veículos de informação referindo-se à pobreza relativa e absoluta. Segundo Rocha “a pobreza absoluta está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física; portanto ao não atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital” (ROCHA, 2003, p. 11). Nesse “tipo” de pobreza o sujeito não possui recursos monetários em quantidade suficiente para se reproduzir. Ainda para Rocha (2003), em relação à pobreza relativa, a mesma

Define as necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos. Implica conseqüentemente, delimitar um conjunto de indivíduos “relativamente pobres” em sociedades onde o mínimo vital já é garantido a todos” (ROCHA, 2003, p. 11).

Para Salama (2010), a pobreza é relativa quando o sujeito dispõe de um rendimento monetário menor de 50% do rendimento mediano. A medida dada à pobreza relativa segundo o autor refere-se quase que exclusivamente aos países desenvolvidos, enquanto a medida de pobreza absoluta refere-se aos países em desenvolvimento.

Para o autor esta distinção é de extrema importância, pois mostra especialmente que se pode matematicamente suprimir a pobreza absoluta, porém não se pode suprimir a pobreza

relativa, isto porque a sua definição assenta-se de forma exclusiva sobre a distribuição de renda, a menos que se viva em uma sociedade igualitária onde todos recebessem a mesma remuneração. Ainda segundo o autor, se é impossível dentro do modo de produção capitalista suprimir a pobreza relativa, para ele o que se pode realizar neste caso é a tentativa de diminuição da mesma.

De forma prática, a distinção entre pobreza absoluta e pobreza relativa não proporciona limites claros. Para Rocha (2003), mesmo as necessidades de alimentação onde sua consideração poderia estar associada ao mais absoluto conceito de pobreza apresenta-se como discutível nos mais variados discursos.

Segundo Rocha,

É provável que as questões ligadas à sobrevivência física e associadas à noção de pobreza absoluta tenham sido crescentemente preteridas devido ao fato de que os estudos de pobreza se desenvolveram a partir de problemáticas de países ricos. Na prática a abordagem da pobreza enquanto insuficiência de renda se generalizou, passando a ser adotada mesmo nos países mais pobres, onde, ainda hoje, lamentavelmente, indicadores relativos à sobrevivência física ainda são relevantes (ROCHA, 2003, p. 12).

Em muitos casos, a noção de pobreza está ligada à falta ou insuficiência de renda, e sua problemática é balizada em opiniões acríicas. A renda é considerada como critério de pobreza, especialmente no modo de produção capitalista, onde sua economia é considerada moderna e monetizada com a maioria da população tendo necessidades atendidas ou não através de trocas mercantis. Segundo Rocha (2003), quando se considera a pobreza em relação à renda, trata-se de estabelecer um valor monetário pertinente ao custo do atendimento das necessidades básicas de um sujeito de uma determinada população. Quando esse valor trata de forma específica de necessidades nutricionais, este é denominado **linha de indigência**. Aqui a população que não consegue atingir o valor econômico necessário para adquirir uma cesta de alimentos com o valor calórico necessário à sua sobrevivência está incluída nesta linha. A partir do ponto em que se alude a um conjunto mais amplo de necessidades refere-se à chamada **linha de pobreza**¹³. A linha de pobreza refere-se ao

¹³ A construção de uma linha de pobreza se dá da seguinte maneira: a partir de enquetes estabelece-se qual é a composição de uma cesta de bens de consumo que permita adquirir certo nível de calorias. Convertida em preço, essa cesta indica o nível de renda de estrita reprodução que define a pobreza extrema (indigência). Multiplicada por um coeficiente, chamado de coeficiente de Engel, para que se possa ter em conta as necessidades de moradia, transporte etc., obtém-se uma renda que corresponde à linha de pobreza. Se a renda do indivíduo, ou da família, é inferior a essa linha, o indivíduo, ou a família, é designada como pobre. O indicador H0 assim obtido mede a amplitude da pobreza. Assim, pode-se calcular dois outros indicadores que pertencem à mesma família: H1 mede a profundidade da pobreza, isto é, a diferença entre os níveis de renda dos pobres e a renda que corresponde à linha de pobreza; H2 mede as desigualdades entre os pobres. O Banco Mundial define a linha de pobreza de

contingente da população que ao atingir tal valor, apresenta carência em alguma necessidade básica, como habitação, vestuário, saúde, educação, transporte, lazer, entre outros, o que se visualiza a “grosso modo” na maior parte da população brasileira.

Os parâmetros referidos anteriormente são utilizados como marcos, para distinguir entre a população pobre grupos subdivididos de acordo com a renda de cada um, indigentes e não indigentes e pobres e não pobres, respectivamente considerando a chamada linha de indigência e linha de pobreza. Rocha define pobre como,

aqueles com renda se situando abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas naquela sociedade. Indigentes, um subconjunto dos pobres, são aqueles cuja renda é inferior à necessária para atender apenas as necessidades nutricionais (ROCHA, 2003, p. 13).

Quando o fenômeno da pobreza é visualizado e/ou pensado a partir de sua aparência imediata, como destacado anteriormente, pela incapacidade de consumo, segundo Siqueira (2010), nota-se uma perspectiva empirista que considera como sua causa o déficit na capacidade para o consumo, patrimônio ou poder monetário. Em relação aos indicadores aludidos, ainda segundo Siqueira, uma vantagem visualizada por especialistas é que este tipo de indicador facilita a comparação de forma internacional. Quando se considera a linha de indigência, por exemplo, como sendo um dólar *per capita* por dia e a linha de pobreza em dois dólares por dia é possível visualizar a posição dos países nestes quesitos, realizando estudos comparativos. São importantes ainda, pois ressaltam a falta de recursos necessários à determinadas populações e ainda na avaliação do grau de presença das camadas indigentes e pobres.

Por outro lado, os indicadores apenas apontam números e descrevem sua situação, não há consideração acerca das causas da mesma nem suas relações decorrentes da acumulação capitalista. Neste sentido,

maneira diferente. Ele considera que são indigentes (pobreza extrema) os indivíduos que recebem menos de um dólar americano por dia, calculado a partir de uma taxa de câmbio particular, chamada de paridade de poder de compra (PPC). Aqueles que recebem menos de dois dólares por dia, ainda em termos de PPC, são pobres. A classificação dos indivíduos como pobres ou não pobres e a avaliação consecutiva da evolução das taxas de pobreza sofrem de uma ausência de transparência: certas evoluções refletem muito mais as mudanças das técnicas de avaliação, raramente precisas, que uma mudança real de situação. Esses indicadores sofrem de vários problemas, os quais caracterizam seus limites: às vezes se levam em conta apenas as rendas monetárias, esquece-se dos diferentes mecanismos de solidariedade não mercantis, ignora-se a subjetividade dos indivíduos que podem se sentir pobres quando não podem fazer face à suas obrigações. É por essa razão que esses indicadores simples são complementados por outros tantos que procuram captar a «diversidade» da pobreza e as maneiras de a sentir (SALAMA, 2010, p. 11).

A identificação de quem é ou não pobre, passa a ser uma das principais questões dos governos neoliberais, que promovem uma intervenção social estatal mínima e focalizam suas ações precarizadas nos mais necessitados. Assim se torna imprescindível definir quem é ou não pobre, e em contexto de contenção de gastos e cortes no orçamento com as despesas “sociais”, o critério é o mais pobre dos pobres, reduzindo os parâmetros dos indicadores de pobreza (SIQUEIRA, 2013, p. 194).

Apesar da importância de alguns indicadores, a maioria apresenta muitos limites. No que se refere à renda, os critérios utilizados são diversos não se obtendo uma unidade. A renda, segundo Siqueira (2013) é um fluxo monetário, e a reprodução dos sujeitos não passa unicamente pelo dinheiro. O cálculo da renda mensal não é um dado fixo, visto que um trabalhador inserido formal ou informalmente no mercado de trabalho possui uma estabilidade baixa da renda. Isto porque, na informalidade não é possível garantir de forma exata seu rendimento, ou seja, “porque seu posto de trabalho está constantemente ameaçado pelo Exército Industrial de Reserva [...] que aguarda prontamente uma oportunidade” (SIQUEIRA, 2013, p. 195).

Outro limite expressivo em relação aos indicadores se encontra na definição de pobreza baseada na insatisfação de necessidades básicas, a qual considera primordial o acesso a alguns bens, de maneira que sem este acesso os sujeitos estariam à margem de usufruírem de uma vida digna e com qualidade. Os bens que contemplam uma boa qualidade de vida, tais como rede de esgoto, água potável, coleta de lixo, transporte de qualidade e educação são indispensáveis para que se tenha chance de levar uma vida minimamente saudável e com alguma possibilidade de inserção na sociedade. Segundo Siqueira (2013), esta abordagem se caracteriza principalmente pela universalidade, visto que são necessidades básicas inerentes ao ser social.

Com essa visão,

Torna-se possível definir quem e quantos são os pobres e determinar o perfil desses indivíduos ou famílias. A linha de pobreza é uma abordagem que cabe bem ao caso brasileiro devido ao seu nível de urbanização e desenvolvimento da sociedade de consumo, tornando a renda o mais próximo de garantir o nível de bem-estar.

Por outro lado, as principais críticas à construção dessas linhas de interpretação e medição da pobreza recaem na fragilidade desta leitura da pobreza por acúmulo de patrimônio, pois um trabalhador de uma importante empresa pode ter a renda e os patrimônios comparáveis com um empresário, no entanto a condição de classe e a fonte de renda se originam de duas esferas opostas: o trabalhador garante sua renda pela venda da força de trabalho e o empresário pela expropriação de riqueza produzida por

trabalhadores. Nessa unidade de diferenças temos um explorado e um explorador.

Ainda que cause estranheza, nem sempre aquele que trabalha em piores condições e é pior remunerado é o mais explorado, ou seja, a exploração está vinculada à riqueza (mais-valia) produzida pelo trabalhador.

Assim, a desvinculação do enfrentamento da pobreza em relação aos níveis de acumulação capitalista mostra o limite desta compreensão e medição da pobreza absoluta, que não considera a relação pobreza-acumulação (SIQUEIRA, 2013, p. 197).

Em relação às noções de pobreza absoluta e consumo mínimo, quanto mais rica for uma sociedade, mais o conceito de forma relevante se distancia de atendimento às necessidades básicas de sobrevivência do ser social. Em países onde as necessidades básicas e o mínimo vital já é garantido a todos, mesmo ainda sendo possível definir uma cesta básica, esta torna-se irrelevante. De forma oposta às linhas de pobreza que estão associadas ao valor de cestas de consumo, as linhas de pobreza relativas estão intimamente ligadas às questões de distribuição de renda. Para Rocha (2003), sua concepção está atrelada ao fato de que o objetivo social é além do aumento de riqueza, a distribuição de forma crescente e equitativa dos frutos do crescimento. “Nesse sentido, a linha de pobreza relativa se articula às questões gerais [...] de distribuição de renda, e à mensuração das desigualdades de renda como indicador de bem-estar da sociedade como um todo (ROCHA, 2003, p. 14).

Quando se trata de linhas de pobreza unicamente relativas, trata-se de estabelecer um valor que tenha como referência o nível de vida hegemônico na sociedade de que se trata. Assim, esse valor é estabelecido com base na renda média da população como um todo, por conseguinte, desvinculado do poder de compra ou do nível de bem-estar capaz de proporcionar realmente.

Países como o Brasil, com a população caracterizada com renda média, porém, com destacado contingente populacional vulnerável¹⁴, a abordagem de pobreza absoluta torna-se

¹⁴ O DIEESE — Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos — traz em um de seus textos que, dentre os vários enfoques dados ao termo vulnerabilidade social, observa-se um razoável consenso em torno a uma questão fundamental: a qualidade do termo deve-se a sua capacidade de captar situações intermediárias de risco localizadas entre situações extremas de inclusão e exclusão, dando um sentido dinâmico para o estudo das desigualdades, a partir da identificação de zonas de vulnerabilidades que envolvem desde os setores que buscam uma melhor posição social, até os setores médios que lutam para manter seu padrão de inserção e bem-estar, ameaçados pela tendência a precarização do mercado de trabalho. Tudo isso em confronto com a estrutura de oportunidades existentes em cada país em um dado momento histórico. O termo exclusão social é uma construção teórica que antecedeu a formulação do conceito de vulnerabilidade social, tendo, num primeiro momento, servido de referência para a caracterização de situações sociais limites, de pobreza ou marginalidade, e para a consequente formulação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento destas questões.

Anteriormente aos anos 90, a maioria das discussões a respeito da vulnerabilidade social estava circunscrita à análise sobre o papel desempenhado pelas políticas sociais nos anos gloriosos do capitalismo e sobre seus limites frente ao contexto de crise aberto a partir dos anos 70 nas economias capitalistas. Os termos do debate deste

relevante. Nestes países torna-se adequado aos mesmos, para a quantificação da população em situação de pobreza, a utilização das denominadas linhas de pobreza absolutas demarcadas a partir da composição de consumo alcançado por estes sujeitos para que sejam delimitados como indigentes ou pobres e enquadrados em políticas públicas de alívio à pobreza, a escolha dos mais pobres entre os pobres. Para Rocha (2003), quando se adota essa fórmula, a cesta de consumo é apenas o ponto de partida para que se estabeleçam as linhas de indigência e pobreza. Assim, os indigentes são aqueles que não possuem condições de renda para adquirir a cesta alimentar com produtos básicos, onde não se consegue fazer interferências acerca de seu estado relacionado à nutrição.

No que tange à renda, quando há a existência de uma grande parte das necessidades dos sujeitos que não é atendida por transações mercantis, esta se tornará um critério sem relevância para especificar quem é a população pobre. Neste caso, a existência de outras implicações para além da renda se faz notável, tais como as questões subjetivas dos sujeitos de uma comunidade.

período e que, de certa forma, continua orientando até hoje as discussões sobre política social na maioria dos países, pode ser sintetizado na conhecida polarização entre a visão francesa e a visão norte americana sobre a questão social. Para Castel, a inadequação do termo exclusão — que posteriormente se tornaria vulnerabilidade — para o estudo da realidade dos países periféricos do capitalismo, se dá já que seria um termo eurocêntrico que não teria sentido em sociedades que nunca conheceram a plena integração social (BRASIL, 2007, p. 13).

2 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO MUNICÍPIO E ASPECTOS SOCIOESPACIAIS DO BAIRRO SANTA CLARA IV E A SANGA PINHEIRINHO EM TOLEDO - PR

O Município de Toledo com sessenta e três anos de emancipação teve sua colonização realizada por gaúchos. Os pioneiros vieram com a Madeireira Maripá, e a primeira estrada a ser construída na “cidade” de Toledo recebeu o nome de Avenida Maripá. Esta foi iniciada junto ao então Arroio Toledo, onde segundo Niederauer (2004), seria a entrada para a nova cidade. O Bairro Santa Clara IV é relativamente novo se comparado a outros bairros da cidade e até mesmo ao Bairro Santa Clara como um todo que é subdividido em I, II, III, IV e V.

O Bairro Santa Clara IV apresenta dentro de seus limites um trecho da Sanga Pinheirinho, que tem o seu percurso por diversos bairros do Município de Toledo, sendo o Bairro Santa Clara IV uma localidade onde há grande visitação de sujeitos com o intuito de utilizar suas águas para o lazer. A Sanga esteve ligada a fatos e notícias veiculadas acerca da poluição que vem ocorrendo ao longo de seu trajeto bem como sobre o assoreamento ocasionado por máquinas de construção de loteamentos. Esta faz parte da Bacia Hidrográfica do Rio Paraná III com sua nascente no Bairro Pinheirinho e sua foz no Rio Toledo. Destaca-se em alguns pontos da mesma, grande quantidade de lixo depositado às suas margens o que pode ocasionar a sua degradação entre outros fatores ligados à saúde da população.

2.1 DESENVOLVIMENTO URBANO, QUALIDADE DE VIDA E MEIO AMBIENTE

Quando se faz a leitura acerca do desenvolvimento urbano muitas são as discussões existentes. Visualiza-se o debate em torno do espaço construído – ou socialmente construído – sendo matéria de diversas áreas, tais como a geografia, a economia, o meio ambiente, a arquitetura, entre outros. Seu objeto de debate encontra-se essencialmente aí. O debate acerca do desenvolvimento urbano remete obrigatoriamente a temas que abrangem a construção do espaço – o surgimento das cidades, seus papéis e herança histórica impressas na construção do espaço urbano. Inúmeras são as questões a serem discutidas quando se estuda o desenvolvimento urbano, entretanto como este trabalho não se debruça sob o tema, irá se referenciar apenas em alguns pontos mais significantes que se relacionam ao trabalho aqui proposto.

A PNDU – Política Nacional de Desenvolvimento Urbano entende este como sendo:

a melhoria das condições materiais e subjetivas de vida nas cidades, com diminuição da desigualdade social e garantia de sustentabilidade ambiental, social e econômica. Ao lado da dimensão quantitativa da infra-estrutura, dos serviços e dos equipamentos urbanos, o desenvolvimento urbano envolve também uma ampliação da expressão social, cultural e política do indivíduo e da coletividade, em contraponto aos preconceitos, a segregação, a discriminação, ao clientelismo e a cooptação (BRASIL, 2004, p. 8).

Segundo a PNDU para tratar do desenvolvimento urbano há a necessidade de considerar temas que têm impacto na vida da população como habitação, saneamento ambiental e mobilidade urbana. A política nacional de desenvolvimento urbano, ainda em construção, aborda inicialmente a questão considerando aspectos subjetivos e objetivos e mencionando questões de ordem social e econômica, porém há a necessidade de considerar algumas raízes históricas em pontos nevrálgicos.

Para diversos autores o desenvolvimento urbano exige algumas considerações e uma reconceituação. Mark Gottdiener (1993), diz que a ciência urbana necessita de uma reconceituação visto que a organização espacial é outra. O autor trata o desenvolvimento urbano com um termo que para ele é o que melhor descreve os padrões atuais de desenvolvimento, trata-se da desconcentração. Para ele a desconcentração “se refere ao aumento absoluto de população e à densidade de atividades sociais em áreas fora das tradicionais regiões citadinas e dos centros populacionais” (GOTTDIENER, 1993, p. 19). Para a análise do autor, este é o ponto crucial para se pensar em desenvolvimento urbano e em seu amplo conceito.

Outros autores como Ana Fani Carlos (1994), trabalham com a idéia da produção do espaço urbano – o espaço construído – para tanto ela se utiliza da construção da cidade e sua função e coloca que a produção do espaço urbano é fundamentada num processo desigual, de maneira que o espaço deverá refletir essas contradições. Esta produção é desigual na medida em que o espaço é fruto da produção social capitalista e que se realiza e reproduz de forma desigual. Para a autora, se a produção capitalista é posterior à formação da cidade esta gera uma urbanização com características peculiares, para ela o capitalismo só pode desenvolver-se a partir do urbano, pois seu pressuposto básico – a produção industrial – gera a aglomeração dos meios de produção e troca, sendo que essa aglomeração e produção se dão em pontos isolados do espaço tendendo à centralização do aparelho jurídico e político.

Neste sentido, ainda para a autora, a cidade é uma forma de apropriação do espaço urbano produzido, dentro da sociedade capitalista este “é um produto que possui valor de uso

e de troca específicos: como produto do processo, ele é mercadoria, como condição para produção, é capital fixo” (CARLOS, 1994, p. 85).

Através de um complexo e aprofundado estudo Castells (2011) aponta que o termo,

urbanização refere-se ao mesmo tempo à constituição de formas espaciais específicas das sociedades humanas, caracterizadas pela concentração significativa das atividades e das populações num espaço restrito, bem como à existência e à difusão de um sistema cultural específico, a cultura urbana (CASTELLS, 2011, p. 46).

O autor também trata da urbanização como produção social das formas espaciais de onde surge a rede urbana. Fica claro que a produção social do espaço toma conta das discussões acerca do desenvolvimento urbano e é ela quem dá a base de estruturação da urbanização.

Conforme ilustra Junior (2010) uma das características mais marcantes do século XX foi o intenso crescimento da população mundial em geral, com certa concentração de sujeitos nas áreas urbanas. Esta urbanização que acompanhou a industrialização do país reuniu imensos contingentes de sujeitos num processo de crescimento da área urbana. Para o autor, este crescimento se deu de forma extremamente rápida sendo que seus equipamentos, serviços e infraestrutura não obtiveram êxito em acompanhar este crescimento, tornando precária a condição de vida daqueles habitantes que surgiram conjuntamente ao crescimento da área urbana.

Além da falta de infraestrutura em boa parte das cidades, estas tiveram crescimento sem levar em conta as características do meio natural o que claramente reflete na qualidade de vida dos sujeitos residentes na área urbana.

Em locais onde há aglomerações urbanas extensas, os padrões de desenvolvimento resultam na degradação social e ambiental, o que visivelmente atinge e assola em maior grau a população mais empobrecida.

Para o autor, os interesses econômicos na trama urbana — nas cidades — se sobressaem em prejuízo das questões ambientais e sociais e aponta ainda o embate dentro da produção do espaço entre o espaço social e o natural.

A produção do espaço urbano se dá a partir e sobre um espaço já existente, o espaço natural. Portanto, na produção do espaço urbano tem-se um embate entre o espaço socialmente produzido e o espaço natural, visto que atualmente a urbanização não encontra limites específicos para sua expansão, ao ponto que mesmo os limites geográficos ou naturais são,

muitas vezes, ultrapassados pelas técnicas e engenharias do homem, ou seja, a própria forma do chamado espaço natural se altera pela ação humana no espaço produzido, como a retificação ou canalização dos corpos d'água, os aterramentos, a terraplanagem, os cortes no relevo para construções, entre tantos outros exemplos (JUNIOR, 2010, p. 89).

Considera-se, ainda para Junior (2010), também como ponto crucial a relação mercadológica relativa à terra urbana própria do capitalismo, onde a cidade é produzida a partir da lógica social, onde se tem a apropriação de espaços pelos sujeitos que não possuem condições financeiras como também pela lógica econômica balizando assim a proliferação de loteamentos clandestinos, invasões e ocupações de áreas protegidas, afirmando ainda mais a lógica segregadora do capital.

Assim, os sujeitos deslocados à cidade informal¹⁵ são os que terão no dia-a-dia os desafios dos perigos relacionados à erosão, enchentes, deslizamentos. Neste sentido, Flores (1993), aponta que,

Por supuesto que los pobres contaminan por su pobreza misma que les impide acceder a zonas urbanas bien servidas, accesibles, sin problemas ambientales. Lo que los pobres pueden comprar, porque hemos convertido la tierra y al medio ambiente en mercancías caras, son terrenos irregulares; ilegales; vulnerables, esto es, sujetos a inundaciones, avenidas, deslizamientos o hundimientos; carentes de servicios y con serias dificultades para introducir-los; lejanos o de difícil acceso (FLORES, 1993, p. 75).

Esta população de que trata Flores (1993), é na maior parte dos casos residente na cidade informal que teve seu processo de surgimento conjuntamente à incapacidade do Estado para a realização de controle e fiscalização (de um lado) e (de outro) de sua falta como provedor de moradias à população com menor recurso financeiro, o que resultou no agravamento de práticas ambientais predatórias, neste caso, a negligência do Estado contribuiu de forma muito acentuada.

¹⁵ A significativa concentração da pobreza nas metrópoles brasileiras tem como expressão um espaço dual: de um lado, a cidade formal, que concentra os investimentos públicos e, de outro, o seu contraponto absoluto, a cidade informal relegada dos benefícios equivalentes e que cresce exponencialmente na ilegalidade urbana que a constitui, exacerbando as diferenças socioambientais. A precariedade e a ilegalidade são seus componentes genéticos e contribuem para a formação de espaços urbanos sem atributos de urbanidade. A dualidade verificada nos processos socioespaciais de construção da metrópole contemporânea manifesta-se no reconhecimento de uma cidade "formal" assumida pelo poder público, onde se concentram os investimentos urbanos de todo tipo, e de outra construída à sua margem, que tem no conceito cidade informal a expressão mais abrangente para designá-la, pois associa o fenômeno da expansão urbana ilegal ao da exclusão social. Nele está implícito o pressuposto de que o acesso à cidade se dá de modo diferenciado e que é sempre socialmente determinado, compreendendo o conjunto das formas assumidas pelos assentamentos ilegais: loteamentos clandestinos/irregulares; favelas; e cortiços. A "cidade informal" é uma realidade de longa data nas cidades brasileiras, especialmente nas metrópoles que tiveram seu crescimento acelerado, a partir dos anos 40 e 50, associado ao processo de industrialização brasileira, como São Paulo e Rio de Janeiro (GROSTEIN, 2001).

Para Moreira Junior (2010), o modo como a cidade se expande sob a lógica de mercado exerce forte influência na transformação do aspecto urbano sem o devido respeito aos aspectos ambientais. A urbanização é um dos meios mais impactantes ao meio ambiente, segundo Sirkis “domar a natureza é o primeiro entendimento que temos de um processo de urbanização” (SIRKIS, 1999, p. 17).

Após a segunda Guerra Mundial se consolida um modelo de desenvolvimento que tem em si mesmo como ponto central o lucro – este modelo a qualquer custo e para seu fim último subordina o bem estar dos seres humanos onde se visualiza a criação de uma grande e crescente concentração de riqueza e também de pobreza. Para Grazia (1993), este crescimento pontuado no aumento da produção industrial e consumo tirou a população do meio rural, criando um processo de urbanização. Para ela, o urbano se redimensiona como centro das atividades humanas e como ponto focal de processos políticos e econômicos.

Segundo Grimberg (1993), é para atender as necessidades de um modo de vida urbano que se dá a relação predatória com os recursos naturais, o que provoca muitos dos diversos impactos ambientais, para a autora, essa relação se dá desde a extração da matéria prima até os resíduos provenientes do consumo. É o dinamismo da reprodução do capital que condiciona o ritmo das necessidades humanas.

Moreira Junior (2010), aponta que:

O modelo de desenvolvimento tem conduzido irremediavelmente a uma situação de degradação ambiental nas cidades contemporâneas. A cidade reproduz o avançado estágio de artificialização das relações entre o homem e a natureza. A degradação do meio natural, um dos produtos deste distanciamento, revela a forma de apropriação e de dominação da natureza desenvolvida pelas realizações humanas. A degradação ambiental decorre de acontecimentos sem nenhum comprometimento com quaisquer noções sérias de planejamento urbano (MOREIRA JUNIOR, 2010, p. 97).

Há a necessidade de uma nova perspectiva de gestão urbana ambiental, considerar o ambiente junto ao urbano, a cidade na natureza e o homem na cidade. Para o autor existe uma gama de possibilidades que auxiliam para a escolha de uma nova gestão urbana que considere o ambiente – as agendas – estudos de impacto ambiental e vizinhança – bem como a real consideração ao Estatuto da Cidade. Também neste sentido, Grazia diz que uma reforma urbana tem de ser baseada em maior participação dos cidadãos e que estes tenham a participação global bem como local onde os valores do dia-a-dia sejam alcançados e modificados.

Como visto, o desenvolvimento urbano está intimamente ligado ao natural, ao meio ambiente, este, por conseguinte é também imprescindível à qualidade de vida dos sujeitos, incluído dentro de um rol de fatores importantes a essa caracterização. A conexão existente entre desenvolvimento urbano e meio ambiente implica positiva ou negativamente para a qualidade de vida da população, neste sentido é necessário discuti-los de forma conjunta para que a questão seja visualizada de forma ampla e conectada.

De acordo com Oliveira (2010) o conceito de qualidade de vida é muito amplo e por sua vez abrange e integra variados significados, conhecimentos e experiências pessoais e de coletividade. Uma definição abrangente para qualidade de vida pode ser tomada como o grau desenvolvido de bem estar individual e grupal, o qual é determinado pelas necessidades básicas da população.

A definição apontada por Vitte (2009), traz a relação entre qualidade de vida e satisfação das necessidades, sendo o grau desta o elemento que define os níveis de qualidade de vida. Qualidade de vida não engloba somente condições materiais necessárias à sobrevivência como saúde, educação, moradia e trabalho, mas, engloba também as necessidades subjetivas dos indivíduos e dos grupos sociais.

Para Nahas (2003), a combinação de fatores que moldam e distinguem o dia-a-dia do ser humano resulta numa rede de fenômenos e condições, que de forma abstrata pode ser chamada de qualidade de vida. Para ele, fatores como estado de saúde, longevidade, satisfação no trabalho, salário, prazer, relações familiares estão associados à qualidade de vida, que pressupõe o atendimento das necessidades humanas fundamentais. O autor caracteriza qualidade de vida como sendo: “a condição humana resultante de um conjunto de parâmetros individuais e socioambientais, modificáveis ou não que caracterizam as condições em que vive o ser humano” (NAHAS, 2003, p. 14).

O conceito de qualidade de vida engloba a valorização de horizontes desejáveis para grupos sociais, havendo deste modo diferenciações no que tange aos níveis de exigências e pretensões. Deste modo é um conceito que lida com interpretações de ordem subjetiva.

O conceito de qualidade de vida guarda relação com a satisfação das necessidades humanas e numerosos estudos fazem essa vinculação. Algumas das necessidades humanas se transformam com o tempo, mas as necessidades básicas, ou fundamentais, são as mesmas em todas as culturas e em qualquer período histórico, porque são afeitas à condição humana (VITTE, 2009, p. 91).

Nahas (2003), apresenta um quadro com alguns parâmetros individuais e socioambientais que para ele podem influenciar a qualidade de vida de indivíduos e grupos.

Quadro 1 - Qualidade de vida

Parâmetros sócio-ambientais	Parâmetros Individuais
✓ Moradia, transporte, segurança;	✓ Hereditariedade
✓ Assistência médica;	✓ Estilo de vida;
✓ Condições de Trabalho e remuneração;	✓ Hábitos alimentares;
✓ Educação;	✓ Controle do <i>stress</i>
✓ Opções de lazer;	✓ Atividade Física Habitual;
✓ Meio-ambiente;	✓ Relacionamentos;
✓ Etc.	✓ Comportamento preventivo.

Fonte: Nahas (2003).

Os parâmetros socioambientais de qualidade de vida estão diretamente relacionados com a vulnerabilidade e/ou pobreza dos indivíduos, quando estes se encontram nestas condições os parâmetros alocados são deficientes ou inexistentes, o que compromete dessa maneira sua qualidade de vida ou mesmo a elimina.

Também para Nahas (2003), as paisagens urbanas compõem assim, elemento representativo da qualidade de vida urbana. Os elementos como acessibilidade, fluidez, limpeza, iluminação, qualidade das edificações, o tamanho das residências, a presença de áreas verdes e a disponibilidade de serviços básicos são questões que constroem importantes indicativos de satisfação de necessidades básicas do indivíduo, principalmente neste sentido, em que tange a dimensão do ter (material), as quais não deixam de influir em outras dimensões, como a saúde e em sua satisfação pessoal. “A saúde da população é afetada diretamente na proporção que o ambiente urbano é degradado, resultando no reaparecimento de doenças antes erradicadas com grandes sacrifícios de toda a população” (GARCIAS, 2001, p. 276). Além de indicativos de grau de satisfação de necessidades básicas, estes também podem ser referenciais para gestões locais, que têm em sua pretensão a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida.

Segundo a autora, se não houver minimamente um considerável nível de bem-estar material e de conforto urbano não há possibilidade de avanços no debate sobre qualidade de vida, tendo o entendimento da inviabilidade de se discutir a incorporação de necessidades mais elevadas e complexas quando não há, no mínimo, o atendimento as necessidades básicas do sujeito. Assim, questões de ordem social evidenciam ainda mais o não acesso e uma qualidade de vida precária.

Para o autor Antonio Carlos Vitte (2009), o debate sobre a concepção de qualidade de vida, não pode estar desconectado de uma análise acerca das condições materiais, como também não pode desconsiderar a perspectiva cultural e simbólica da população e, desta forma, a significação dos lugares que se engendram e atuam na construção do sentimento de pertencimento da comunidade e especialmente o sentido da natureza na constituição do imaginário e a sociabilidade da comunidade. A qualidade de vida do homem está diretamente ligada com a interferência da obra humana lançada sobre o meio natural urbano, no que tange aos aspectos socioambientais. A discussão sobre a qualidade de vida tem de perpassar também pela qualidade do ambiente em sua análise.

Uma discussão sobre o papel do ambiente na constituição da qualidade de vida não pode estar dissociada de uma análise sobre a natureza e o seu significado na constituição simbólica da modernidade. Principalmente na atual fase, em que a degradação global dos recursos naturais está provocando intensificação da degradação da qualidade de vida. Essa degradação ecológica, marca da globalização, demonstra uma crise da civilização ocidental; mediada pela idéia de natureza, essa crise despreza os significados de riqueza no imaginário social e sua importância para o desenvolvimento cultural da humanidade (VITTE, 2009, p. 118).

Para o autor uma discussão que englobe qualidade de vida, demanda a consideração sobre a necessidade de um novo diálogo, com nova racionalidade e razão na sociedade, onde se possa reintegrar a natureza no cotidiano e na cultura da população, será necessário que se reinvente a cidadania.

Para Roesler (2007), quando se aborda qualidade de vida é impossível dissociá-la de sustentabilidade. Para a autora, a sustentabilidade desafiada ao novo milênio é entendida por Bursztyn em sua dimensão de sustentabilidade ecológica e social. Em sua dimensão ecológica se refere à base física do processo de crescimento e objetiva manter estoques de capital natural, os quais são incorporados à atividade produtiva, de sustentabilidade ambiental cujo objetivo é a manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que alude a capacidade de absorção e reposição dos ecossistemas, frente às agressões ocasionadas pelo

homem. Já em sua dimensão social a sustentabilidade se vincula ao desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população, ocasionando desta forma no caso de países que possuem questões relacionadas a desigualdades e exclusão social, “a adoção de políticas distributivas e à universalização de atendimento à questão da saúde, da educação, da habitação e da segurança social; e de sustentabilidade política que se refere ao processo de construção da cidadania, [...] e por último, em sua dimensão de sustentabilidade econômica ao se referir a uma gestão eficiente dos recursos em geral” (ROESLER, 2007, p. 115).

2.2 APECTOS HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO DE TOLEDO E INÍCIO DE SUA TRAJETÓRIA DE URBANIZAÇÃO

Segundo Silva (1988), terminada a segunda Guerra Mundial da qual fez parte o Brasil, tentava-se novamente naquele momento transformar sua economia antes de guerra em uma economia de paz. O período de 1946 trazia o engajamento da população num movimento direcionado à redemocratização do país, onde a ocupação de terra pela propriedade privada se fazia forte.

No dia 18 de fevereiro de 1946, parte de São Marcos, no Rio Grande do Sul, a primeira caravana de colonizadores de Toledo. A mesma era liderada pelos irmãos Zulmiro e Alfredo Pascoal Ruaro. Segundo Costa (2009), eram naquele fatídico dia, dezesseis homens “dispostos a viajar cerca de 960 km, apenas por picadas abertas na mata, num pequeno caminhão Ford 42, até as margens do Rio Toledo, no Oeste do Paraná, com a missão de fundar a cidade (COSTA, 2009, p.37).

Oscar Silva destaca que:

Em seu regresso ao Rio Grande do Sul, após aquela viagem de reconhecimento da Fazenda Britânia, Alfredo Pascoal Ruaro e Alberto Dalcanale entraram inicialmente em contato com Curt Bercht e Egon Werner Bercht. Desse contato nasceu logo a idéia de fundação de uma empresa que viesse a comprar aquela fazenda, explorá-la e talvez com ela colonizar grande parte do Oeste paranaense (SILVA, 1988, p. 57).

Segundo dados da Câmara Municipal de Toledo (2015), foi em 27 de março do ano de 1946 que os pioneiros chegaram em Toledo e alojaram-se em seus acampamentos. Sua identificação foi dada em seguida entre as opções, Cristo Rei, Toledo e Brasiléia. Há registros de cerca de 1905 e 1906 que atribuem também vínculo ao nome de “pouso toledo”, local de

descanso de tropeiros ao longo de trajeto utilizado para transporte de produtos, onde se destaca a erva-mate, comercializados por estrangeiros que possuíam glebas na região oeste do Paraná, lugar onde está localizado o município. Têm-se como famílias pioneiras no município em questão as de Ruaro e Dalcanale, estas que trouxeram outras famílias do Rio Grande do Sul para desenvolver a colonização¹⁶ de Toledo. O qual tornou-se município sem antes ser distrito¹⁷.

O Brasil teve seu desenvolvimento a partir de uma direção que exigiu a marcha de sua população a partir de terras litorâneas em direção de suas fronteiras agrícolas e político-territoriais. Foi o direcionamento bem como o fluxo de imigração quem deu as bases para a ocupação do território brasileiro.

Para Gregory,

a distribuição espacial da população numa sociedade reflete as formas de organização de sua produção num determinado momento histórico. A partir de 1930, as mudanças na economia rural brasileira dispersaram milhares de trabalhadores agrícolas, exigindo que parte deles se interiorizasse pelo país em busca de terras virgens nas várias fronteiras agrícolas, para consolidar uma agricultura e uma pecuária em expansão. A outra parte da mão-de-obra passou a engrossar os primeiros grandes fluxos rural-urbanos, que, na década de 70, atingiram 16 milhões de pessoas. Até o início da década de 60, a

¹⁶ Gregory traz em sua obra vários conceitos acerca de colonização. Ele abrange desde a colonização do sul do Brasil dividindo o mesmo por seus estados. Relata que o conceito de colonização aplicável à época de colonização do sul do Brasil (e decorrente da imigração da Europa para o sul) é diferente daquela portuguesa do antigo sistema feudal. A colonização com a qual o autor trabalha é aquela ocorrida por ocasião da crise do latifúndio escravocrata tradicional que exigia mecanismos de sobrevivência dentro da nova ordem do imperialismo do século passado e início deste século. A estrutura latifundiária e a economia agroexportadora condicionaram a localização das colônias em áreas marginais. Gregory diz em sua obra que para Jean Roche, colonizar poderia significar introduzir, com novos habitantes, mão-de-obra e empregá-la nos estabelecimentos agrícolas. Assim, os órgãos encarregados do problema fizeram da imigração o ponto de partida para a colonização da qual se tornaram tutores. Foram estabelecidos, nas terras destinadas para esse fim, agricultores, artesãos rurais, homens ligados à terra que exploravam. Ainda conforme Jean Roche, na Alemanha, o termo “Kolonist” designa o homem que desbrava e cultiva a terra e “Kolonie” o lote ou estabelecimento rural. “O termo colonização [...] permitir-nos-á apreciar diversos aspectos de um fenômeno complexo tanto no tempo como no espaço” e Leo Waibel (1979, p. 236) conceitua colonização, distinguindo os objetivos da iniciativa do governo e os objetivos da iniciativa de particulares. Para o governo, a colonização seria a política de povoamento e de desenvolvimento de áreas desabitadas e, para as companhias particulares, ela seria negócio. O sul do Brasil tem sua colonização européia e significa o estabelecimento de europeus — os colonos — em pequenos lotes que foram sendo cultivados. Para o autor, colonizadores são: empreendedores privados ou funcionários da atividade pública, que se dedicam aos negócios da colonização e colonos são os camponeses que adquirem lotes de terra agrícola para cultivá-la. Desta forma, a colonização foi a instalação de pequenas propriedades rurais de tipo europeu em solo brasileiro, a instalação da pequena propriedade de terra sob o domínio do latifúndio em áreas permitidas por este. Este processo culminou na constituição de um espaço, denominado neste trabalho, de espaço colonial (GREGORY, 2002, p. 28).

¹⁷ “Como curiosidade e prova de trapalhada política, é bom registrar que no dia 27 de janeiro de 1951, quando ainda era governador, o Sr. Moisés Lupion, sancionou ele a Lei nº 613, criando o distrito de Toledo, no município de Guaira. Esta lei foi revogada em 06 de abril de 1952, pela Lei nº 641, já que Guaira não era município, e a criação de distrito é de competência da municipalidade, e não do Governo do Estado. Daí a expressão descoberta pelo escritor Oscar Silva: “Toledo foi distrito sem nunca ter sido”. (NIEDERAUER, 2004, p. 348).

diversificação e, em alguns casos, a recuperação da agricultura se fez lentamente, sem trazer maiores alterações na base tecnológica ou na estrutura de mercado, salvo exceções localizadas (GREGORY, 2002, p. 66).

Os colonos provenientes dos Estados do sul do Brasil só começaram a participar do processo de colonização do Paraná a partir de 1920, quando dirigiram-se para o oeste do Paraná. Nas décadas iniciais do século XX não foi expressiva a participação dos colonos oriundos de Santa Catarina, porém na década de 30 sua participação logrou-se maior. “A participação de colonos gaúchos começou a diminuir, novamente, a partir dos anos 1970-1. Toda essa corrente migratória formou uma frente pioneira de colonização no Sudoeste e, depois, no Oeste Paranaense” (Gregory, 2002, p. 39).

O sertão do Terceiro planalto viveu como deserto séculos e séculos, sem que nele existissem a não ser os elementos da fauna agressiva, até que o Peabiru fosse aberto e por eles passassem os primeiros indivíduos do gênero humano. Toda essa gente que passava pelo oeste parecia não se amedrontar com o isolamento, com a mata bravia, com a ferocidade da fauna, com os atoleiros ou mesmo com a insalubridade do ambiente. Pelo contrário, todos sentiam como que o despertar da própria cobiça por algo que de grandioso parecia existir no ar, na floresta, nos rios e na terra do sertão. E foi, sem dúvida, essa cobiça, transmitida de geração em geração desde a mais remota das eras, o que trouxe ao sertão do Oeste, uma leva de desbravadores para, num racional processo de “colonização”, fazer brotar e desenvolver-se Toledo (SILVA, *apud* SANTOS 2010, p. 19).

A colonização do Paraná na metade do Século XX relacionava-se com interesse estrangeiro na erva mate e madeira. A atuação de companhias de colonização organizadas de forma empresarial era forte neste momento. Segundo Gregory (2002), entre os destaques que atuaram na colonização como empresas estão a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e a Colonizadora Madeireira Rio Paraná S.A. — MARIPÁ. Segundo Souza (2010), em 1945 foram adquiridas pela Colonizadora MARIPÁ as terras da Fazenda Britânia, com o objetivo de extrair madeira e erva-mate e comercializar as terras.

Em 1946 deu-se efetivamente o início do processo de “colonização” com pioneiros oriundos do Rio Grande do Sul. À fazenda Britânia foi dado o nome de Toledo (anteriormente ao desmembramento de outras cidades) em função de encontrar-se às margens do Arroio Toledo. Nas palavras do pioneiro Ondy Hélio Niederauer “era 27 de março de 1946, quando Zulmiro Antonio Ruaro chefiando o primeiro grupo de pioneiros mandou armar as lonas em forma de barracas, que constituíram o início da cidade de Toledo” (NIEDERAUER, 2004, p. 72).

A primeira estrada a ser construída na “cidade” de Toledo recebeu o nome de Avenida Maripá. Esta foi iniciada junto ao então Arroio Toledo, onde segundo Niederauer seria a entrada para a nova cidade. No mês de dezembro de 1946 já encontrava-se pronta a estrada que ligava Toledo à Porto Britânia, bem como além da Avenida Maripá, já nasciam algumas quadras da Rua Sete de Setembro, Rua São João e Rua Rui Barbosa.

Com o passar do tempo o aumento de novas frentes de trabalho trouxeram cada vez mais moradores. Assim, foi construído um prédio para pensionato mais e mais tarde transformado em hotel, o primeiro da cidade de Toledo, com o nome de Hotel Maripá. A cidade ainda nascente querendo paulatinamente ganhar ares de urbanidade ainda não contava com nenhum armazém, dessa forma a madeireira Maripá viu-se “obrigada a dividir o seu escritório com um improvisado armazém, mercadorias necessárias ao consumo local, eram vendidas aos empregados e população. [...] Assim vendia-se tudo o mais que se necessitava” (NIEDERAUER, 2004, p. 113).

Foi no ano de 1948 que começaram a chegar alguns profissionais liberais, os quais exerciam suas atividades sem estarem diretamente vinculados à colonizadora. A cidade contava já com o padre Antonio Patuí que iniciou suas atividades na cidade no dia 29 de julho de 1946. Porém, nos anos de 1948 e 1949 as atividades desenvolviam-se com um pouco mais de morosidade. Investidores estavam mais arredios ao projeto que ora lhes parecia bom e em outros momentos causava desconfiança. Segundo Niederauer, os acionistas preocupavam-se pois,

lá onde os trabalhos da Maripá estavam iniciando, no local que chamavam de Toledo, estavam todos isolados dos centros de consumo. Quase 500 quilômetros até Ponta Grossa. 600 quilômetros até Curitiba. Estradas estreitas sem nenhuma conservação sem esperança de melhoria para o futuro, cruzavam matas com banhados, rios sem pontes e pedreiras (NIEDERAUER, 2004, p. 120).

Em 1955, segundo Souza (2010), foi organizado um plano de colonização pela MARIPÁ. Este foi elaborado quase três anos depois da instalação do Município de Toledo, o que caracteriza o momento em que a comercialização de terras já entrara em ritmo decrescente. Souza diz que:

No início da ocupação, a meta principal da MARIPÁ era concretizar a “colonização”, concomitante à extração da madeira. O Plano de Ação inicial já previa, junto ao povoamento, prover o povoado nascente de uma infra-

estrutura mínima que proporcionasse o desenvolvimento da área: casa comercial, escolas, assistência médica, etc (SOUZA, 2010, p. 22).

A MARIPÁ mostrava a cidade em vários jornais do Rio Grande do Sul e com o intuito de mostrar a localidade, não mais destacava apenas a produção da terra, procurava salientar informações que figurassem um espaço urbano e a modificação deste. Dessa maneira, procurava firmar uma nova concepção destes locais que estavam sendo colonizados. “Tenta-se forjar a idéia da existência de um espaço urbano, esquecendo-se um passado e mesmo um presente construído a partir do rural. Em pouco tempo se ressignifica este espaço com novos sentidos” (SOUZA, 2010, p. 23). A ênfase dada ao caráter urbano de Toledo tenta materializar uma representação de cidade. Para que se tenha êxito, coloca no esquecimento áreas rurais da localidade e torna invisível a prática da agricultura, bem como a produção de porcos.

As subdivisões e medições foram sendo realizadas ao longo dos anos e aos lotes rurais deu-se o nome de colônias, tendo áreas de 25 hectares. Neste período foram demarcados 7098 lotes urbanos em diversas vilas. Segundo Niederauer, o plano também englobava povoados ou vilas que,

seriam construídas com intervalos de 10, 15 ou no máximo 20 km entre si, e serviriam de centro de subsistência aos moradores da região ou perímetro. Sua localização seria preferencialmente junto às estradas tronco ou à estradas secundárias, facilitando a comunicação com a sede Toledo. A vila consistiria de diversas quadras de cem por cem metros, contendo 8 a 10 lotes urbanos. As ruas seriam retas preferencialmente com traçado norte-sul e leste-oeste, e, a exemplo de Toledo, seriam largas. No centro da vila seria reservada uma quadra para futura praça (NIEDERAUER, 2004, p. 204).

Ainda segundo o autor, quando em determinada região afastada da vila se formavam grupos de famílias nas quais tivessem uma média de 15 crianças, era solicitado à MARIPÁ a construção de uma escola. Para tanto era necessário que estes moradores apresentassem uma lista com as necessidades dos mesmos para a construção desta (material necessário). A madeira para a construção era doada então pela colonizadora, sendo sua fundação condicionada a um conselho e a construção ficando a cargo dos próprios moradores. A escola assim ficava condicionada também a receber ofícios religiosos de qualquer credo professado pelos moradores.

Em 1951, o Governador do Estado na época, Bento Munhoz da Rocha realizou uma visita à localidade de Toledo e região. Para Souza (2010), este momento é de extrema

importância para os dirigentes da MARIPÁ, pois estes buscavam a emancipação política do município.

Este momento é de importância ímpar para as pessoas ligadas à MARIPÁ. Havia o interesse em desenvolver um projeto mais amplo daquele iniciado com a “ocupação territorial”. Através da sua visita, se buscou legitimar politicamente o projeto de emancipação de Toledo e, assim, a separação administrativa de Foz do Iguaçu. A empresa colonizadora, que tinha, inicialmente rentabilidade econômica tão somente com a comercialização da madeira extraída e da venda de terras, a partir do início da década de 1950 passa a buscar a emancipação político administrativa de Toledo pois vislumbrava, com isso, a continuidade de seus projetos de obtenção e reprodução de capitais. Senão por isso, como entender a visita desta autoridade em âmbito estadual a uma região que há poucos anos não passava de uma “clareira” aberta no meio da floresta? (SOUZA, 2010, p. 25).

A barganha política surtiu efeito. No dia 14 de dezembro de 1951, foi sancionada a Lei nº 790, que criou o Município de Toledo, desmembrando-o dessa forma do Município de Foz do Iguaçu. Segundo Niederauer, Toledo teve sua própria administração no momento da posse do primeiro Prefeito Municipal e de sua Câmara de Vereadores, no dia 14 de dezembro de 1952. A partir desta data é que se conta a idade do Município. Para Silva (1988), “a criação do Município de Toledo foi sobretudo uma demonstração de trabalho e ousadia do povo toledano, resultado lógico de empenho e dignidade em prol do progresso da região”. (SILVA, 1988, p. 110).

A campanha eleitoral para a eleição do primeiro Prefeito de Toledo se deu logo após sua emancipação, onde nada mais se ouviu então da referida cidade pelo Governador do Estado. O Município foi esquecido, deixado de lado pelas autoridades estaduais, para eles o que deveria ser feito por Toledo já tinha sido realizado. Resolveu-se então lançar um único candidato a prefeito e registrar dois partidos. As eleições para prefeito aconteceram no dia 09 de novembro de 1952, e o único candidato para prefeito do Município Dr. Ernesto Dall’Oglio do PTB — Partido Trabalhista Brasileiro, foi eleito. Segundo Niederauer, os membros da Câmara de Vereadores e o primeiro Prefeito Municipal de Toledo foram empossados pelo Juiz de Direito de Foz do Iguaçu, no dia 14 de dezembro de 1952. No dia 14 de dezembro de 1953, a Lei nº 1542 foi sancionada pelo Governador, criando a Comarca de Toledo. “A instalação da comarca de Toledo, ocorreu no dia 09 de junho de 1954, sendo Juiz de Direito o Dr. Cid Cordeiro Simas, e Promotor Público o Dr. Clóvis do Espírito Santo” (NIEDERAUER, 2004, p. 358).

Silva (1988), considera que a evolução econômica do oeste do Paraná e de forma particular do Município de Toledo conta com ciclos econômicos e etapas específicas baseados na policultura para autoconsumo final e intermediário, sendo considerados de fundamental importância para o progresso e melhoria das condições de vida da população.

Tais particularidades e predominâncias, ora mais ora menos acentuadas, se estruturaram dentro de um âmbito histórico de expansionismo político, social e econômico do Paraná, num sistema global de integração. Por outro lado é importante salientar que, apesar da existência desses ciclos, a maioria já extinta, e apesar dos movimentos de crescente tecnificação e especialização, continuou havendo a participação de produtos subsidiários e diversificados, incluindo, além do consumo próprio, a comercialização, embora pouco significativa. No quadro evolutivo em questão sobressaíram-se os seguintes ciclos econômicos: ciclo da erva-mate, da madeira, das terras agrícolas, do café, da suinocultura e o ciclo do trigo e da soja, ainda em evidência (SILVA, 1988, p. 137).

O modelo de agricultura que foi implantado no oeste do Paraná, segundo Gregory, (2002), incorporava a utilização de insumos (um pacote de tecnificação – adubos, corretivos, sementes, mudas, etc) e solicitava do então colono da propriedade a perspectiva de ser moderno, com o passar dos anos foram sendo criadas e inseridas práticas “modernas” de produção às quais os colonos – homens rurais – foram também aplicando às suas propriedades, isto lhes exigia novos conhecimentos, práticas e técnicas. Foi-se moldando um novo grupo de trabalhadores do campo, novas instituições foram criadas e outras adaptadas. São exemplos: cooperativas, sindicatos e escolas.

Assim foi-se criando a modernidade, no sentido da urbanização atrelada à industrialização e às mudanças no cotidiano do homem urbanizado e urbano, o que se constitui num fato recente e intenso da vida humana e da história do Estado e do Município.

No Município de Toledo, em grande parte de seus bairros a pobreza existente é diferenciada em relação às grandes cidades – metrópoles. O Município possui bons indicadores se comparados à outros Municípios do Estado e também do país, porém diversos destes indicadores maquiavam dados e índices que como aludido são diferenciados mas que não excluem a pobreza e desigualdade do município. Bolsões de pobreza e favelas não figuram na realidade deste. Entretanto é necessário considerar suas fraquezas e pontos que de certa forma são rosados quando se aborda o Município como um todo.

Segundo o Plano Municipal de Educação do Município de Toledo (2009), a urbanização de Toledo está fortemente associada ao êxodo rural na Região Oeste do Paraná. Em 1970, o Município concentrava, apenas, 21,76% da sua população no meio urbano. Já em

1980, este contingente populacional aumentou para 52,89%; em 1991 para 76,30%; em 1996 para 84,20% e em 2000 para 87,49%. É óbvio que o rápido crescimento urbano não se deve exclusivamente ao deslocamento da população rural para a cidade. A expansão do setor industrial também atuou como agente de atração de mão de obra regional.

Segundo Silva (1988), na década de 1960 a expansão urbana do Município ocorreu dentro de suas previsões, porém a partir da década de 1970 a mecanização agrícola acelerada criou problemas até o momento inexistentes, como o déficit habitacional, sendo necessário a criação de programas habitacionais para o Município para que se trabalhasse com a questão habitacional que figura em sua especulação imobiliária até os dias atuais.

Atualmente, segundo dados do IPARDES — Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social, o Município possui um IDH — Índice de Desenvolvimento Humano de 0,768 enquanto o do Estado é de 0,749 e sua população está estimada em 119.313 habitantes. O Município possui um número de domicílios de 42.543 e seu atendimento de esgoto (unidades atendidas) é de 37.552, seu abastecimento de água (água canalizada) atende um total de 38.944 unidades.

2.3 O BAIRRO SANTA CLARA IV E A SANGA PINHEIRINHO: DESAFIOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIOAMBIENTAIS

O Bairro Santa Clara IV pertencente ao Município de Toledo, conta com a disponibilização de alguns aparelhos e serviços públicos tais como, a Escola Ivo Welter, a qual atende crianças da educação infantil e ensino fundamental das séries iniciais, conta atualmente com 570 alunos matriculados e tem seu período de funcionamento desde o ano de 2009 onde se iniciaram as atividades. Possui também um CMEI — Centro de Educação Infantil e um CRAS¹⁸ — Centro de Referência de Assistência Social, o qual foi implantado no ano de 2014 sendo o quinto a ser implantado no município. A área de abrangência do CRAS é de cinco bairros e cinco distritos: Jardim Heloísa, Santa Clara IV, Santa Clara V, Pinheirinho, Conjunto Barcelona, e distritos de São Luiz do Oeste, Ouro Preto, Boa Vista, Vista Alegre, Bom Princípio sendo o bairro com maior atendimento o Bairro Santa Clara.

O CRAS tem como objetivo a prevenção de riscos sociais, por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e

¹⁸ As informações foram disponibilizadas pela Coordenação do Serviço Social do Centro de Referência de Assistência Social do Bairro Santa Clara IV do Município de Toledo e Coordenação da Escola Ivo Welter.

comunitários, tendo como eixo central a execução do PAIF – Programa de Atenção Integral a Família, através do atendimento a indivíduos e grupos, ofertando serviços e ações continuadas. Tem como prioridade o atendimento a famílias com maior grau de vulnerabilidade, beneficiárias do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada e seu público alvo são famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade, e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social, que apresentam condições temporárias de desemprego residentes no território de abrangência do CRAS. O Centro está localizado em prédio anexo a Praça CEU – Centro de Artes e Esportes Unificados, o qual tem como característica, assim como na Política Nacional de Assistência Social estar localizado em território vulnerável e com necessidade de ampliação de direitos sociais.

O CRAS desta localidade realizou, em média, 656 atendimentos mensais em 2015. O total de atendimentos entre janeiro e outubro deste ano foram 6.566, sendo que o número de famílias com Cadastro Único no território soma um total de 664 e o Bairro Santa Clara IV apresenta o total de 256 pessoas inscritas no Cadastro Único representando 38,5% do total de todo o território abrangido pelo CRAS.

Segundo dados disponibilizados pelo Cadastro Único do Município de Toledo a partir da Secretaria Municipal de Assistência Social, as 256 pessoas inscritas, representam um total de 80 famílias neste bairro. O Programa Bolsa Família atende hoje no território do CRAS V 253 famílias, somando um total de 896 pessoas e há ainda mais 5 famílias no Bairro Santa Clara IV que possuem perfil para o Programa (renda abaixo de R\$154,00 *per capita*) porém estes ainda estão na fila de espera para receber o benefício do Bolsa Família. Atualmente no Município de Toledo existem 11.515 famílias no Cadastro Único, destas, 4.392 possuem perfil de Bolsa Família, mas apenas 1.724 recebem o benefício. Estas recebem um total de 237.782,00 reais, representando uma média de 137,92 reais por família.

O bairro possui também um posto de saúde e embora não estejam localizados no Bairro Santa Clara IV, o Município de Toledo conta com dois Centros da Juventude¹⁹, os quais disponibilizam cursos como: inglês, informática, *hip hop*, grafite, manobras de *skate*, manobras de *bike*, violão, guitarra, teclado, contra baixo, bateria, teoria musical, audição, canto, teatro, *muai thay*, *kick boxing*, tênis de mesa, *handebol*, vôlei, basquete, futsal, *karatê*, judô, natação, hidroginástica, espanhol e capoeira sendo um destes localizado junto ao Jardim

¹⁹ As informações foram disponibilizadas pela Coordenação do Serviço Social do Centro de Referência de Assistência Social do Bairro Santa Clara IV do Município de Toledo.

Europa, bairro das imediações ao Santa Clara IV contemplando também a população deste bairro.

A Bacia Hidrográfica da Sanga Pinheirinho encontra-se localizada na Bacia Hidrográfica do Rio Paraná 3. Esta tem sua nascente no Bairro Pinheirinho e sua foz no Rio Toledo localizado no Parque Frei Eusébio no Jardim Europa. O Parque Frei Eusébio faz divisa com os Bairros Jardim Europa e Santa Clara IV, sendo também utilizado pela população do Bairro Santa Clara IV. Segundo informações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente o parque tem a finalidade de lazer, e a estrutura existente no local conta com bancos, uma escada com mirante e alguns equipamentos para prática de exercícios físicos. O parque foi denominado em 2008 com o Decreto nº 658, de 3 de abril de 2008. O mesmo é equipamento público sendo de uso comum à comunidade em geral. O financiamento do mesmo foi realizado conforme informado, pela Itaipu Binacional através de banco privado.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Meio Ambiente a Sanga Pinheirinho irá receber (conta com suas obras já iniciadas) o Parque linear da Sanga Pinheirinho que se traduz num projeto que contempla caminhos com ciclovia e pista para caminhada, com pequenas praças. Com estrutura de parque linear (que lineia o Rio) o projeto contempla estruturas também na rotatória da Rua Mate Laranjeiras, que fará parte do projeto. O Parque linear da Sanga Pinheirinho está sendo financiado pela Agência Francesa de Desenvolvimento, através do Programa de Desenvolvimento Ambiental Sustentável de Toledo. Segundo notícia veiculada através do Jornal do Oeste, a construção do parque tem o objetivo de minimizar os impactos ambientais, valorizar os recursos naturais e promover a conservação do ambiente. O projeto terá um custo de aproximadamente R\$650 mil reais. O jornal apresenta ainda relato do Secretário de Meio Ambiente o qual informa que nos últimos anos houve um aumento da Área de Preservação Permanente às margens da Sanga Pinheirinho, relata ainda que “o objetivo do parque é preservar os recursos hídricos do município e sua biodiversidade local e ainda que as pessoas tenham um espaço de lazer e cuidem do meio ambiente”.²⁰(JORNAL DO OESTE, 2015).

Segundo Souza (2010), no que se refere ao uso e ocupação do solo da Bacia pode-se destacar a organização da colonização do Município de Toledo, que iniciou nas imediações da Bacia do Rio Pinheirinho. O surgimento do Município de Toledo, como já assinalado, ocorreu

²⁰ PINHEIRINHO, Sanga. **Jornal do Oeste.** Disponível em: <<http://www.jornaldoeste.com.br/cidade/2015/07/parque-linear-sanga-pinheirinho-deve-ser-entregue-em-ate-180-dias/1428720/>>. Acesso em: 05 ago.2015.

em meados de 1940 e em 1946, com a exploração de madeira e erva-mate através da Colonizadora e Madeireira Maripá S.A.

O Rio Toledo é estimado como o mais importante rio e é puramente toledense. Possui uma extensão de 27 Km, sendo que metade de seu leito percorre pela zona rural e o restante na zona urbana. Souza (2010), destaca suas principais coordenadas, sendo sua nascente entre São Luiz do Oeste e Linha Gramado, e sua foz no Rio São Francisco. Possui como afluente: Sanga Perdida, Sanga Golodrina, Sanga Guarani, Sanga Manaus e Sanga Pinheirinho. Cerca de 70% do consumo de água no Município provém da Bacia do Rio Toledo, este abastecimento de água é tratada pela SANEPAR — Serviço de Saneamento do Paraná. Afluente à margem esquerda do Rio Toledo, a Sanga Pinheirinho tem sua nascente no Bairro Pinheirinho, nas imediações do Jardim Maracanã e tem seu percurso entre o Jardim Pinheirinho, Europa, Santa Clara IV, América, Vila Pioneiro e Operária, tendo sua foz no Rio Toledo, próximo ao Jardim Concórdia. Seu maior percurso se dá ao sul entre a Avenida Egydio Geronimo Munareto, próximo a nascente. Ao norte, Avenida Maripá, próximo ao Rio Toledo. Ao leste encontra-se a BR-467 e ao oeste está a Vila Pioneiro.

Como já aludido, com desenvolvimento e crescimento econômico, problemas ambientais são inevitáveis. As cidades desenvolvem-se de maneira extremamente rápida e com isso alguns hábitos de degradação à natureza surgem em áreas a princípio “protegidas” como as Áreas de Preservação Permanente, localizadas nas margens dos rios e que exercem várias funções ecológicas, atuando na hidrologia das bacias hidrográficas urbanas. É o caso da sanga em questão. Os problemas ambientais enfrentados nas APP's são preocupantes pelo alto grau de deterioração das mesmas.

As Áreas de Preservação Permanente são áreas de importância ímpar ao ambiente urbano, estas imprimem na urbanidade e num ambiente já deteriorado a melhoria destas condições ambientais enfrentadas nas cidades. A Área de Preservação Permanente compreende;

Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (BRASIL, 2012, s/p).

Em visita *in loco* à Sanga Pinheirinho nos anos de 2014 e 2015, foram diagnosticados alguns fatores de degradação da mesma, tais como locais onde a Sanga era utilizada para banho e lixos e entulhos (sofás, madeiras, lixo doméstico, roupas) ao longo de seu trajeto bem

como em sua nascente. Dessa forma, fica claro que poucas informações e trabalhos parcos com a população ao redor da sanga influenciam e contribuem de forma considerável para a degradação da mesma.

Para Silva (2010), uma manifestação importante da “questão ambiental” é a poluição e rarefação da água destinada ao uso humano. A água vem se tornando insuficiente ao mesmo tempo em que se transforma em veículo de transmissão de diversas doenças. Segundo a autora, cerca de dois milhões de toneladas de lixo são jogados todos os dias em rios e lagos em todo o planeta. A autora coloca ainda que na América Latina e Caribe as águas que são despejadas em rios e lagos chegam em 86% dos casos sem tratamento adequado. A preocupação maior reside também além do fator ambiental no ponto crucial da saúde da população, visto que junto a estes resíduos depositados nas águas incluem-se bactérias e vírus causadores de doenças como diarreia, febre, cólera entre outras, com o consumo direto da mesma. O Brasil possui 12% dos recursos hídricos mundiais, porém de acordo com dados da Agencia Nacional de Esgoto, apenas 54% dos domicílios possuem coleta de esgoto. Silva aponta que:

O Brasil ampliou o acesso à estrutura básica, de uma maneira geral, mas ao mesmo tempo, tem deixado crescer a fila de espera dos mais pobres. Há hoje, no Brasil, 34 milhões de pessoas sem acesso adequado ao serviço de abastecimento de água. Destes, 24 milhões (cerca de 70%) tem renda familiar de até 3 salários mínimos. Em 1999, a fila de espera tinha 34,6 milhões de pessoas, dos quais 21,8 milhões (63%) pertenciam a esta faixa de renda mais baixa (SILVA, 2010, p. 117).

De acordo com dados do Município de Toledo (2009), este possui sistema público de coleta e tratamento de esgotos sanitários. A rede coletora de esgoto do Município é composta por 300.000 metros de tubulações que atendem os Bairros Centro, Vila Industrial, Jardim La Salle, Vila Pioneira, Jardim Gisela, Jardim Porto Alegre, Jardim Europa/América, Jardim Coopagro e Jardim Tocantins. O Município de Toledo possui um aterro sanitário, licenciado junto ao IAP — Instituto Ambiental do Paraná, para receber resíduos sólidos domiciliares. Os materiais recicláveis são recolhidos pela Associação de Catadores, com o apoio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, por meio do empréstimo de um caminhão para o recolhimento, porém o recolhimento de recicláveis não é realizado em todos os bairros do município, ficando disposto apenas a alguns bairros principalmente da área central sem estender o atendimento às demais localidades da referida cidade, desta maneira o incentivo ao descarte correto de materiais recicláveis fica comprometido em boa parte das localidades.

Os serviços existentes no bairro (já aludidos no texto) que foram consultados informaram não ter ou não terem realizado nenhum tipo de mobilização, campanha ou atividade em geral que envolvesse o meio ambiente daquela localidade específica. O desafio que se coloca aos serviços dispostos no bairro bem como à população por meio de sua participação é a de construir serviços socioambientais que possam contribuir com o meio ambiente e com a comunidade, se utilizando de espaços já existentes para a formulação de atividades que sejam transformadoras, colocando os usuários como agentes, com consciência crítica e exercentes de sua cidadania.

É necessário destacar a importância da localidade por sua proximidade com uma Bacia Hidrográfica, sobretudo uma Área de Preservação Permanente, que contribui de forma ímpar ao meio ambiente, dando melhoria as suas condições degradadas o que se torna ainda mais preciso nos dias atuais quando se tem, cada vez maior a parca disposição de água destinada ao uso do homem e quando em sua falta imprime diversas dificuldades à vivência do cotidiano.

Todas estas questões implicam para que se adote formas de posicionamento e enfrentamento referentes a algumas questões, especialmente a questão ambiental atrelada às questões de ordem social. Coloca-se ao profissional de serviço social (bem como à educação) o desafio de trabalho socioambiental, desafio não somente aos profissionais mas também à comunidade em geral e ao poder público.

2.3.1 Malha hidrográfica do Município de Toledo²¹

Segundo dados do Plano de Educação do Município de Toledo (2009), todos os rios e córregos que compõem a hidrografia do município correm no sentido leste-oeste. As principais Bacias Hidrográficas são as do Rio São Francisco e Marreco ao centro, Rio Guaçu e Dezoito de Abril ao norte, Rio Santa Quitéria ao sul. “O Rio Toledo é considerado o mais importante [...] pois ao cortar o perímetro urbano da sede do Município, é utilizado para o abastecimento de água tratada” (TOLEDO, 2009, p. 22). Foi desenvolvido no município um projeto de recuperação ambiental do rio, “Projeto do Parque Linear”, que visa à integração das margens na malha urbana, com o objetivo de levar o cidadão, segundo o projeto, a se relacionar com o meio ambiente ao usufruir da estrutura física instalada ao longo das margens do rio. A Malha Hidrográfica do município compõe-se da seguinte forma:

²¹ TOLEDO. Prefeitura Municipal. Disponível em: <<http://www.toledo.pr.gov.br/portal/meio-ambiente/malha-hidrografica>>. Acesso em: 22 out. 2014. >. Acesso em: 22 out. 2014.

Quadro 2 - Malha Hidrográfica do Município de Toledo

	Extensão:	Nascente	Foz:
Rio Toledo ²²	26,5 Km.	Entre São Luiz do Oeste e Linha Gramado.	Rio São Francisco.
Rio São Francisco ²³	72,1 Km.	Bairro Santos Dumont, Cascavel.	Rio Paraná.
Arroio Guaçu ²⁴	20 Km.	Entre São Luiz do Oeste e Ouro Preto.	Rio Paraná.
Arroio Marreco ²⁵	38,3 Km.	Loteamento Pasquali II (Jardim Gisella).	Arroio Guaçu.
Rio Dezoito de Abril ²⁶	28 Km.	Vila Flórida.	Rio Paraná.
Rio Santa Quitéria ²⁷	34,7 Km.	Divisa entre Toledo; Cascavel; São Pedro do Iguaçu; Santa Tereza do Oeste.	Rio São Francisco Falso.

²² Afluentes: Sanga Perdida, Sanga Golondrina, Sanga Guarani, Sanga Manaus, Sanga Pinheirinho, Sanga Capellari, Sanga Lajes.

²³ Afluentes: Arroio Grande, Arroio Ligeiro, Arroio Tamoio, Sanga Canoinha, Sanga Canela, Sanga Canelinha, Sanga Barra Escura, Sanga Arapaçu, Arroio Lopeí, Sanga Dorano, Sanga Pernilongo, Sanga Curta, Sanga Gerivá, Sanga Mandarina, Sanga Tapuí, Sanga Hervalzinho, Sanga das Pacas, Arroio Toledo, Sanga Ipiranga, Sanga Perdida, Sanga Golondrina, Sanga Guarani, Sanga Laranjal, Sanga Laje, Sanga Manaus, Sanga Pinhalzinho, Sanga Pardo, Sanga Cedro, Sanga São João, Sanga Garaipó, Sanga Sete Cachorros, Sanga Cachorro Perdido, Sanga Xaxim, Sanga Perdida, Sanga Coati, Sanga Enganador, Sanga Angico, Sanga Ipê, Sanga Lola, Sanga Macuco, Sanga do Pato, Sanga Perdida.

²⁴ Afluentes: Sanga Pipocú, Sanga Esquecida, Sanga Cedro Marcado, Sanga Acaraí, Sanga Cristal, Sanga Campina, Sanga Pirapó, Sanga Barreiro, Sanga Arraruta, Sanga Arapongas, Sanga Branca, Sanga Sarandi, Sanga Tarumã, Sanga Boqueirão, Sanga Marau, Lajeado Barro Preto, Sanga Pitanga, Sanga Guajuíra, Sanga Floriano, Sanga Pinhalzinho, Sanga Cavalo Morto, Lajeado Soco Boê, Sanga Juriti, Sanga Timborim, Sanga Seca, Sanga Cotovelo, Sanga Taquaraçu, Sanga Dezenove de Junho, Sanga Nambú, Sanga Quinze de Novembro, Sanga Funda, Sanga Antas, Sanga Tigre, Lajeado Gavião, Lajeado Ubiretama, Sanga Serelepe, Arroio Lajeado Grande, Sanga Caçador, Sanga Guanixinga, Sanga Tatu, Sanga Ranchinho, Sanga Ortigas, Sanga Bueiro Quebrado, Sanga Lambari, Sanga Palmeiral, Sanga Três Cedrinhos.

²⁵ Afluentes: Sanga Panambi, Sanga Campina Grande, Sanga Curta, Sanga Jacutinga, Sanga Sabiá, Sanga Mirin, Sanga Silvino, Sanga Surungá, Sanga Boi, Sanga Tarumã, Sanga Pavão, Sanga Palmito, Sanga Santo Antonio, Sanga Cascavel, Sanga Macaco, Sanga Esperança, Sanga Velas, Sanga Laranjeira, Sanga Três Pedras, Lajeado Azul, Sanga Cristal, Sanga Dois Irmãos, Lajeado 41, Sanga Clara, Sanga Bambú, Sanga Taquara, Lajeado Barra Bonita, Sanga Urú, Sanga Jacuí.

²⁶ Afluentes: Sanga Tupijava, Sanga Garota, Sanga Mochila, Sanga Pea Peru, Sanga Irvijá, Sanga Rui Barbo, Sanga Pain, Arroio Jaguarandi, Sanga Iruçu.

²⁷ Afluentes: Arroio Centralito, Arroio Angola, Arroio Gamela, Arroio Jangada, Arroio Piraquara, Arroio Engano, Arroio Jará, Arroio Correntoso, Arroio Água Bela, Arroio Jaú, Sanga Ana Maria, Sanga Saracura, Arroio do Ouro.

A água tem importância extrema para diversos aspectos da vida cotidiana, saúde, desenvolvimento, qualidade de vida, dentre outras questões. Sua utilização e distribuição são pontos cruciais para a manutenção de recursos hídricos sadios e os agentes para essa manutenção figuram na sociedade, estado e organizações. É necessário considerar a importância do número de pessoas residentes na área da Sanga Pinheirinho e o acesso à APP, visto que desse modo a interferência em seu processo de preservação fica mais aparente, sem medidas de proteção e políticas articuladas esta pode tornar-se mais veloz. Para Fabris (2013, *et al*), ações para a construção de um ambiente mais saudável colaborariam na redução de doenças. Estratégias de combate aos produtos dos processos de desenvolvimento e urbanização são também necessárias para o atendimento às populações vulnerabilizadas que estão expostas aos vetores levando ao adoecimento por intermédio de doenças de veiculação hídrica.

3 A REPRESENTAÇÃO DOS MORADORES ÀS IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NA SANGA PINHEIRINHO

Neste capítulo se buscou evidenciar quais as representações e percepção dos moradores do entorno da Sanga Pinheirinho acerca de alguns assuntos que envolvem o meio ambiente. Quais suas opiniões e representações sobre determinadas categorias e como estes conceituam, qualificam e adjetivam essas categorias vivenciadas no dia-a-dia. Optou-se por elucidar estas categorias (que no meio acadêmico são exaustivamente utilizadas, discutidas e conceituadas) da maneira como é apreendido pelos moradores, para que assim, estas possam contribuir para a construção de políticas das quais os gestores tem o dever de levar em conta o que pensa, como compreende e como age o cidadão morador de cada localidade. Este cidadão que ali vivencia suas experiências do cotidiano e sabe quais suas reais necessidades, vontades e suas formas de construção de saberes.

O estudo foi realizado em uma Área de Preservação Permanente — Sanga Pinheirinho, situada no Bairro Santa Clara IV, como já aludido anteriormente, o bairro se localiza ao leste do Município de Toledo. Foram selecionados como universo todos os habitantes residentes ao entorno (primário) da Sanga e como amostra um morador a cada três quadras de seu entorno, totalizando dez moradores. Os participantes da pesquisa são em sua totalidade moradores do bairro em questão e foram escolhidos aleatoriamente na quadra sorteada sendo realizada a entrevista com o morador presente em sua residência no momento da visita. A pesquisa em questão tem como característica uma análise qualitativa, sendo dessa maneira necessário um número reduzido para amostra para a realização de suas condições objetivas.

Os dados obtidos foram possíveis a partir das entrevistas realizadas com o apoio de um roteiro de questões (questionário em anexo) realizadas de forma ordenada a todos os moradores entrevistados, estas foram realizadas em horário matutino e vespertino no período do mês de julho a agosto de 2015. As questões norteadoras estão relacionadas ao tempo de residência no bairro, conhecimento sobre a Sanga Pinheirinho, as percepções dos sujeitos acerca de meio ambiente, qualidade de vida, visitação à Sanga, opções de lazer e Parque Linear. As entrevistas realizadas foram gravadas com a devida autorização de cada morador sendo entregue aos mesmos uma cópia do TCLE — Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (cópia em anexo) com as informações referentes à pesquisa bem como o contato da pesquisadora e outra cópia ficou em posse da mesma.

Inicialmente é relevante abordar alguns aspectos que dizem respeito à representação social²⁸. Utilizou-se para a “compreensão” e “entendimento” dos moradores, sobre pontos trabalhados neste texto o conceito de representação. Reigota (2010), aponta que os conceitos científicos são termos que são compreendidos e utilizados de forma universal como tais. Dessa forma, *habitat*, fotossíntese, ecossistema como exemplos, são considerados conceitos científicos pelo fato de sua definição e compreensão serem adotados da mesma maneira pela comunidade científica internacional, quando é construído um consenso em relação a um determinado conhecimento se tem um conceito.

Para Reigota,

As representações sociais estão basicamente relacionadas com as pessoas que atuam fora da comunidade científica, embora possam também aí estar presentes.

Nas representações sociais podemos encontrar os conceitos científicos da forma que foram aprendidos e internalizados pelas pessoas. Segundo Moscovici (1976), uma representação social é o senso comum que se tem sobre um determinado tema, em que se incluem também os preconceitos, ideologias e características específicas das atividades cotidianas (sociais e profissionais) das pessoas (REIGOTA, 2010, p. 12).

Dessa maneira, procurou-se resgatar dos moradores entrevistados quais as suas representações acerca das temáticas abordadas. É evidente como algumas questões são concebidas dentro da comunidade acadêmica e, de certa forma, acabam sendo tratadas e trabalhadas de forma irreduzível com um olhar único, todavia a importância da aproximação à comunidade local se coloca mesmo que timidamente para a construção de processos políticos e culturais. A construção de saberes e de caminhos possíveis pode ser lograda dessa maneira.

3.1 AS REPRESENTAÇÕES E DIÁLOGOS DOS MORADORES AO ENTORNO DA SANGA PINHEIRINHO

As questões realizadas nas entrevistas com os moradores ao entorno da Sanga Pinheiro resultaram num total de 13 questões sendo consideradas identificação e idade para a contabilização destas. Assim, num total de 10 entrevistas realizadas, 30% dos moradores

²⁸ Utilizou-se o termo representação por melhor caracterizar o que se evidencia com as entrevistas realizadas com os moradores, falas do senso comum, as quais não estão inseridas dentro da comunidade científica. O termo Representação Social é temática ampla, porém de forma sintética concretiza bem o que se quis apontar com a disposição das falas dos moradores. Para aprofundamento do tema confronte: MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro, Vozes, 2003. 404 páginas (trad. Pedrinho A. Guareschi, a partir do original em língua inglesa Social representations: explorations in social psychology [Gerard Duveen (ed.), Nova York, Polity Press/Blackwell Publishers, 2000])

tinham entre 41 e 50 anos, logo após, moradores com idade entre 11 e 20 anos representaram 20% do total juntamente com aqueles que se enquadram dentro da faixa etária de 31 a 40 anos que também contabilizaram um total de 20%. Os moradores com idade entre 21 e 30 anos representaram 10% dos entrevistados da mesma maneira os que se enquadravam entre 51 a 60 anos e 61 a 70 representando 10% dos entrevistados cada.

Quadro 3 - Perfil dos moradores por faixa etária

Idade dos moradores	Número de moradores	Percentual
0 – 10	0	00
11 – 20	2	20%
21 – 30	1	10%
31 – 40	2	20%
41 – 50	3	30%
51 – 60	1	10%
61 – 70	1	10%
Total	10	100%

Fonte: O autor (2015)

A partir do número verificado pelas idades de cada participante, visualiza-se que todos os moradores são de idade adulta, podendo responder por si mesmos e emitir opiniões. Do total dos entrevistados 3 eram do sexo masculino e 7 do sexo feminino.

Quadro 4 - Tempo de moradia no bairro

Tempo de moradia	Número de moradores	Percentual
0 – 5 anos	3	30%
5 – 10 anos	1	10%
10 – 15 anos	2	20%
15 – 20 anos	1	10%
20 – 30 anos	3	30%
30 – 35 anos	0	00
Total	10	100%

Fonte: O autor (2015).

Ao serem questionados se os mesmos conheciam a Sanga Pinheirinho, a maioria das respostas foram positivas à indagação, porém houveram respostas contrárias.

Quadro 5 – Conhecem a Sanga Pinheirinho

Sim	Percentual	Não	Percentual
8 moradores	80%	2 moradores	20%
Total	100%		

Fonte: O autor (2015)

Nesta questão pode-se identificar que alguns moradores mesmo residindo ao entorno da Sanga Pinheirinho ainda não sabem de sua existência ou conhecem pouco, o que de certa forma contribui para que seja esquecida pela comunidade e poder público e, por diversas vezes, sem o devido cuidado com o seu leito. O conhecimento dos fatores naturais da região auxilia na prevenção e cuidado para com os espaços. É necessário conhecer e ter a ciência do que se passa em cada localidade para que, se necessário, sejam tomadas medidas cabíveis para proteção do próprio meio e até mesmo da saúde de cada um.

Na questão posterior as respostas foram variadas. A questão era: Você ou alguém da família já visitou a Sanga Pinheirinho? Se sim, qual a finalidade da visita? Neste ponto 70% dos entrevistados já haviam visitado contra 30% que nunca chegaram a visitar.

Quadro 6 - Visitaram a Sanga Pinheirinho

Resposta	N. moradores	Percentual
Sim	7	70%
Não	3	30%
Total	100%	

Fonte: O autor (2015)

Em relação à finalidade da visita à Sanga, os entrevistados 2, 4 e 6 informaram que a finalidade da visita foi para conhecer e em alguns casos lazer. Os entrevistados apresentaram as seguintes respostas:

*“Sim, nós já fomos já [...] fomos só para passear, andar a toa”
(MORADOR 02 – MASC. 26 ANOS).*

“Já visitei”, minha mãe, meu pai. Para lazer mesmo, para conhecer” (MORADOR 04 – FEM. 14 ANOS).

“O meu piá sempre ele ia ali, agora parou, mas ele ia, ah ele juntava com a pi lazada lá e ia tomar banho lá naquela água” (MORADOR 06 – FEM. 48 ANOS).

Outros moradores também tiveram falas neste sentido, para acompanhar e conhecer a Sanga conforme se pode confrontar:

“Já, já... é que as crianças iam brincar ali né, volta e meia daí eu ia junto só pra acompanhar né, seria isso” (MORADOR 07 – FEM. 35 ANOS).

“a pra conhecimento né, a natureza” (MORADOR 09 – FEM. 63 ANOS).

Dessa maneira pode-se verificar que os moradores que visitaram a Sanga o fizeram com o intuito de “lazer”, na procura de algum diferencial para o cotidiano. Há a indicação de finalidade para banho, brincar, que comprova a visitação por parte dos moradores para o lazer. Neste caso é indicativo que os moradores procuram algo para fazer para sua distração e passa tempo, apontando a falta ou poucas opções para a realização de atividades de lazer.

Os entrevistados 01 e 10 tiveram respostas diferenciadas em relação aos outros entrevistados, segundo os mesmos, a visita à Sanga teve caráter preservacionista e de cuidado, conforme:

“eu já andei toda ela por dentro aí pra ver como é que tá a sanga né [...] a finalidade foi meio ambiente né, pra tirar a sujeira pra ver como é que tava na época né, pra não... pra alertar o povo que ali não é lugar de lixo né ali é água”. (MORADOR 01 – MASC. 51 ANOS).

“Já visitei, já detectei problemas, já comuniquei o departamento de meio ambiente da prefeitura, já chamei o Jornal Do Oeste pra fazer matéria reportagem que essa Sanga Pinheirinho é um problema sério, tanto de preservação quanto de outros problemas também que precisam ser resolvidos né, porque se você olhar ali a Sanga, e do próprio bairro você vai encontrar problemas que precisam ser resolvidos, a gente já conversou com várias autoridades por este problema aí ficaram de resolver algumas questões outros disseram

que iam trazer mudas de plantas, chegaram a falar numa cerca nessa área aqui, pra ter uma forma de melhor preservar né, mas até o presente momento ficou só na conversa” [...] essa área da prefeitura aqui você pode ver que ela se estende até na beira da Avenida Maripá, então o que acontece principalmente naquela área onde a grama é um pouco mais alta, às vezes param veículos a noite jogam lixo e esses resíduos caem lá dentro da sanga, então tem que ser feito um trabalho primeiro com as pessoas que moram também nessa rua, na beira da sanga e denunciar aqueles que vêm jogar às vezes até resto de animais mortos, jogam ali e fatalmente acabam caindo dentro da Sanga, esses pé de mamona não ajuda em nada essa preservação, [...] na verdade essa rua aqui também, claro que não foi a Sanga que causou esse problema, mas teve uma sequência de Dengue que pegou todo mundo aqui à beira da Sanga, então do outro lado da Sanga tem uma pequena nascente de água que na época do Schiavinato ele fez tipo um tanque pra ter essa água preservada, colocou até peixe lá, enfim, com o passar do tempo não foi feito preservação, e aí encheu de lixo, encheu de grama, vegetação e a água parou e se transformou num criame de mosquito, então além da Sanga tem essa Nascente que tem que ser resolvido e a gente espera que tanto o departamento de meio ambiente, prefeitura, alguém, tome alguma atitude, começando pela conscientização daqueles que moram bem próximo da Sanga, que acho que todo mundo tem sua parte de responsabilidade. [...] oh lazer especificamente o que que tem de lazer aqui nesse parque, tem aquelas trilhazinhas que o pessoal efetua caminhada mas aí você tem sempre um risco de você estar caminhando e ser confundido com um traficante ou usuário de droga, ser abordado pelo polícia e passar por constrangimento, é pra isso que tá sendo usado aquilo ali né, tráfico, então tem todo esse problema ali de ordem social também, a polícia faz o trabalho dela mas não consegue também resolver tudo, então é bem complicado”(MORADOR 10 – MASC. 40 ANOS).

As falas apresentadas pelos sujeitos condizem para a interpretação de que com a visita realizada verificou-se a existência de materiais residuais, lixos e entulhos que necessitam da atuação da comunidade bem como do poder público. A questão do lixo na Sanga é identificada nas falas dos dois entrevistados (01 e 10), pode-se identificar também em relação as falas que para os entrevistados em suas percepções, a Sanga é o lugar da natureza, onde se encontram os recursos como a água e a necessidade da preservação e conscientização não apenas do poder público “conforme aludido” bem como dos moradores enquanto cidadãos. É necessário destacar também, conforme ilustrado na fala do entrevistado 10, que além de problemas ambientais que o morador visualiza na Sanga há também questões de ordem social. Segundo o morador, a existência do tráfico de drogas naquela região, especificamente próximo à Sanga, impede que os moradores utilizem o espaço, especialmente do Parque Frei

Euzébio. Estas questões remetem ao fato repetidamente visualizado nas cidades da não manutenção de empreendimentos públicos, ao passo que uma vez finalizados são inaugurados e deixados à mercê de depredações e mau uso por parte de alguns setores da sociedade.

A questão subsequente questionava se, a utilização da Sanga para banho ou outro tipo de lazer pode trazer algum dano à saúde de quem frequenta. Nesta questão, 6 moradores responderam que sim, 3 que não, porém destacaram em suas falas que depende da condição da Sanga para banho, de sua contaminação ou não e 1 morador não soube responder.

Quadro 7 - Opinião dos moradores em relação à existência de dano à saúde de quem frequenta a Sanga Pinheirinho para banho

Respostas	Nº de moradores	Percentual
Sim	6	60%
Não	3	30%
Não souberam	1	10%

Fonte: O autor (2015)

Pode-se confirmar as respostas afirmativas quando os moradores pontuam que:

“Pra banho eu sou contra, porque eu sou contra? Porque uma que isso aqui é uma nascente que se bebe água né, e segundo, lazer tem tantos lugares aqui em Toledo né então pra banho aqui não é viável” (MORADOR 01 – MASC. 51 ANOS).

“Sim, acho que sim, acho que suja [...] pode trazer micose ou alguma coisa assim, jogam bastante lixo ali né” (MORADOR 02 – MASC. 26 ANOS).

“Pode sim, porque aquela água lá diz que é poluída né” (MORADOR 06 – FEM.48 ANOS).

“Sim, a turma joga esgoto ali né, daí é uma coisa que é suja, a pi lazada sempre brinca ali mas faz mal né, pra beber mesmo não pode, com certeza aqueles chiqueirão esgotam nele né” (MORADOR 09 – FEM. 63 ANOS).

“É nesse trecho, bem próximo aqui da Maripá, a Sanga ela forma a espécie de um tanque um pouquinho maior, então no verão é muito comum você ver adolescentes se lançando de uma altura de 3, 5 metros de altura lá, quer dizer o problema é além de poder haver uma contaminação da água e ter algum problema ali porque a água não deve estar 100% pura, deve ter algum problema, tem o problema de

acidente também que pode ocorrer com um desses adolescentes então no verão é muito comum ver adolescente utilizando, às vezes pessoas adultas passando a redinha para pegar um peixe, então isso é muito comum você ver na época do verão. [...] Eu acredito que sim, porque veja bem, por mais que passe o esgoto aqui, mas ela vem lá de cima, é muito comum você ver animais mortos dentro, então eu acredito que possa haver sim problemas né pra saúde” (MORADOR 10 – MASC. 40 ANOS).

Como pode-se observar, metade dos moradores disseram achar que o uso da Sanga pode trazer algum dano à saúde de quem a frequenta, sendo observado em suas falas a preocupação com a sujeira encontrada na mesma e que, desta maneira, possa ocasionar doenças de veiculação hídrica devido à contaminação da água. Segundo Fabris (2013), para a OMS – Organização Mundial de Saúde – cerca de 80% das doenças que têm seus índices expandidos nos países em desenvolvimento são provenientes da água de má qualidade ou não tratada e ainda, doenças transmitidas pela água são responsáveis por 25 milhões de mortes a cada ano em países mais pobres. A fim de ilustrar a questão, pontua-se o que dizem as autoras quando colocam que há a necessidade de se considerar que são várias as maneiras do homem adoecer por meio do uso da água: “a) ingestão direta, b) preparação de alimentos, c) higiene pessoal, d) agricultura, e) higiene do ambiente, f) processos industriais, g) atividades de lazer” (FABRIS; CESCO NETO; ROESLER, 2013, p. 287). Para as mesmas, a proteção ao meio ambiente está entre as medidas para o controle à transmissão de doenças por veiculação hídrica sendo que mais de 40 doenças podem ser transmitidas em função de vetores que se encontram em meio aquático, dessa maneira, como aludido pelas autoras, as atividades de lazer podem também, em alguns casos, colaborar para a transmissão de doenças.

Os moradores entrevistados também pontuaram, em menor número, não achar que o uso da Sanga possa trazer algum dano à saúde dos frequentadores, conforme pode-se confrontar:

“eu acho que sendo um lugar limpo não tem problema eles tomar banho, agora se é um lugar contaminado, que tenha poluição, sujeira, daí já fica mais difícil né, também não sei como que é a situação se tem alguma coisa né” (MORADOR 03 – FEM. 45 ANOS).

“Olha pelo pouquinho que eu conheço ela água é bem limpinha, mas principalmente os adolescentes usam pra banho, [...] olha eu acho que não” (MORADOR 05 – FEM. 46 ANOS).

“Eu acho que não, desde que esteja fazendo uso adequado né, esteja limpo [...]” (MORADOR 08 – FEM. 20 ANOS).

Em relação às respostas contrárias dos moradores, pode-se analisar que todos aludem à condição de que a mesma esteja limpa e sem poluição para que seu uso não traga danos à saúde. É necessário destacar também, que as respostas dadas pelos moradores acenam ao “conhecimento” que possuem da Sanga, neste sentido podemos verificar algumas discordâncias em relação à condição da mesma quando alguns moradores dizem que “ [...] *com certeza aqueles chiqueirão esgotam nele né*” (MORADOR 09 – FEM. 63 ANOS) e também quando colocam que “[...] *é bem limpinha[...]*” (MORADOR 05 – FEM. 46 ANOS). Deste modo, pode-se destacar como o conhecimento do meio local em que se vive é de suma importância para a construção de uma vida mais saudável, posto que, conhecendo seu ambiente podem-se requisitar direitos e melhorias nos diversos âmbitos da vida cotidiana, auxiliando ao poder público com as vivências e experiências do dia-a-dia.

A questão seguinte remete à qualidade de vida, foi dirigida aos moradores da seguinte maneira: O que é ter qualidade de vida para você? Dentre as questões mais abordadas pelos moradores para sua definição estão: saúde, esportes e lazer, comer bem, ter uma casa boa e a alusão à não jogar lixo, ou à própria natureza. Os mesmos pontuam que:

“Qualidade de vida começa com eu pra mim é a natureza pra mim é o essencial, porque ali se nós cuidar nós tem a água pura que é qualidade de vida e aí não traz doença, se você começar a fazer um depósito de lixo ao redor da água que nós bebe que eu falo sempre pro povo que jogar animal, móveis, isso aí só traz desgraça para saúde e daí não traz uma qualidade de vida boa, uma qualidade de vida boa é ter lazer, esportes como tem e daí agora isso aqui, mas desde que nós cuide a natureza também né” (MORADOR 01 – MASC. 51 ANOS).

“ah sei lá, de repente poder ir com mais segurança ali né, com um lugar mais limpo assim, mais não digo assim tanto da sujeira jogada assim né, mais por causa do mato mesmo né, muito fechado muito bicho” (MORADOR 07 – FEM. 35 ANOS).

Saúde, educação, lazer” (MORADOR 08 – FEM. 20 ANOS).

Percebe-se que a qualidade de vida está relacionada à natureza, aos bens naturais, bem como, até mesmo a sua proteção, remetendo assim o cuidado com a natureza para se ter qualidade de vida. Há ainda a menção ao esporte e lazer, corroborando com o que já foi aludido neste trabalho no capítulo anterior. Há também falas que pontuam que:

“Ah, ter uma vida boa, você comer bem, se divertir né, ter uma saúde boa, a qualidade de uma água boa também” (MORADOR 02 – MASC. 26 ANOS).

“qualidade de vida? É ter uma casa boa, se alimentar bem, ter um posto que funcione bem que venha medicamento pras pessoas, estrutura, espaços de lazer” (MORADOR 03 – FEM. 45 ANOS).

“Ah, a saúde né, não sei mais porque a gente quase não tem ninguém pra perguntar né” (MORADOR 09 – FEM. 63 ANOS).

As questões relacionadas à saúde estão presentes na maioria das falas dos moradores. Como aludido no capítulo dois, deste trabalho, o conceito de qualidade de vida segundo Oliveira (2010), é muito amplo e por sua vez abrange e integra variados significados, conhecimentos e experiência pessoais e de coletividade. Uma definição abrangente para qualidade de vida pode ser tomada como o grau desenvolvido de bem estar individual e grupal, o qual é determinado pelas necessidades básicas da população.

As questões apontadas pelos moradores contemplam a definição apontada por Vitte (2009), o qual assinala a relação entre qualidade de vida e satisfação das necessidades, neste sentido, a qualidade de vida não engloba somente condições materiais necessárias à sobrevivência como saúde, educação, moradia e trabalho, mas, engloba também as necessidades subjetivas dos indivíduos e dos grupos sociais.

Verifica-se em grande parte dos entrevistados que as questões relacionadas às necessidades básicas do homem são as que se sobressaem. Porém, algumas questões de ordem subjetiva aparecem nas falas dos moradores 10 e 05, quando abordam questões relacionadas também ao aparelho político-público bem como de sua gestão. A fala do morador 04 está em consonância com as questões materiais abordadas acima.

“uma boa moradia, saneamento básico, acho que isso” (MORADOR 04 – FEM. 14 ANOS).

“Qualidade de vida acho que é ter uma casa boa né, pra morar, um trabalho bom, um ambiente que você possa sair do seu trabalho cansado chegar em casa descansar, ter um bom atendimento de saúde, é você poder contar principalmente com a prefeitura com esses tipos de coisas e ser bem atendido é uma qualidade de vida, pelo menos pra mim” (MORADOR 05 – FEM. 46 ANOS).

“Qualidade de vida, ela não fica apenas na questão do que você come, do que você bebe ou do que você veste ou o carro que você anda, eu acho que já é um problema também assim de ordem até política né, porque o brasileiro não tem conseguido atingir uma qualidade de vida, quando você precisa de um atendimento na UPA, e

a pessoa com dor fica seis horas lá esperando um atendimento, é impossível uma pessoa ter qualidade de vida, porque a qualidade de vida passa por uma boa saúde, um bom emprego, por uma forma legal de se viver, viver com dignidade e infelizmente são muitos os fatores que impedem da pessoa ter uma boa qualidade de vida, porque passa também pelos gestores políticos, nós temos hoje no Brasil maus gestores políticos então atinge Toledo também” (MORADOR 10 – MASC. 40 ANOS).

Na sequência, é também lançada uma questão de ordem complexa, quando foram questionados acerca do que é meio ambiente. Os entrevistados 01, 05, 07 e 09 atentam para uma condição, veem o meio ambiente como uma condição de limpeza, o ato do cuidar, o preservar.

“Nós cuidarmos não só aqui mas cuidar todo o bairro né, a natureza, pra não jogar lixo no mato lá em cima, ali no bosque, enfim nas praças, isso aí pra mim tudo faz parte do meio ambiente [...] reflorestar bastante, que o nosso bairro lá em cima era pra ser um dos mais reflorestados porque? Na época construíram as casas, cada casa eu peguei duas mudas de árvore e plantamos, só que daí fizeram a calçada arrancaram na época e não deu, mas a gente se preocupa com a natureza desde o reflorestamento” (MORADOR 01 – MASC. 51 ANOS)

“Bom, meio ambiente, olha sou meia fraca pra esse tipo de coisa, mas acho que meio ambiente é a gente cuidar das árvores, cuidar das fontes, das nascentes, não jogar lixo, proteger, pra gente ter um ar gostoso, um ar limpo, eu acho que é isso” (MORADOR 05 – FEM. 46 ANOS).

“Bom, meio ambiente acho que é quando tá mais limpo né, não sei pra mim né seria isso, e não é cheio se sujeira, esgoto a céu aberto né” (MORADOR 07 – FEM. 35 ANOS).

“É coisa limpa né, não queimar as coisas, não jogar o lixo na rua essas coisas. Não sei te responder” (MORADOR 09 – FEM. 63 ANOS).

Segundo Reigota (2010), as definições de meio ambiente, apontadas pelo dicionário, indicam que não há consenso sobre meio ambiente na comunidade científica de forma geral, o autor supõe que o mesmo (consenso) ocorra fora dela. “Por seu caráter difuso e variado considero então a noção de meio ambiente uma representação social” (REIGOTA, 2010, p. 14). Assim, o autor indica que, é necessária a identificação das representações das pessoas para a construção da educação ambiental e pontua-se ainda, da política, para uma inicial

transformação social. A fala dos moradores postada acima remete ao que já foi pontuado neste trabalho relativo ao meio ambiente quando encontra-se em Roesler, uma definição que diz que o ambiente “não é o meio que circunda as espécies e as populações biológicas; ele é uma categoria sociológica relativa a uma racionalidade social, configurada por comportamentos, valores e saberes” (ROESLER, 2007, p. 110).

Outro grupo apresenta suas percepções de meio ambiente como sendo um todo, tudo o que nos cerca, atentando também para o ponto em comum da preservação.

“acho que é a natureza né, a gente cuidar mais, que cada ano que passa tá ficando pior né, se a gente não cuidar o que vai ser daqui uns anos? [...] tudo o que tem na natureza” (MORADOR 02 – MASC. 26 ANOS).

“envolve tudo, a natureza, os animais, a ecologia tudo faz parte do meio ambiente” (MORADOR 03 – FEM. 45 ANOS).

“é o que a gente vive é o nosso redor” (MORADOR 04 – FEM. 14 ANOS).

“meio ambiente acho que é igual essa vila, igual a gente mora, aqui que tem uma qualidade melhor né, acho que é só isso” (MORADOR 06 – FEM. 48 ANOS).

“meio ambiente é tudo o que nos cerca, a natureza, o ar” (MORADOR 08 – FEM. 20 ANOS).

“é isso que nós temos falado né, no meu entendimento, esse ambiente, esse universo onde nós vivemos porque passa pela, a nossa qualidade de vida passa por aí também, você ter preservação daquilo que nós precisamos preservar, porque na verdade o mundo, o planeta é o pátio das casas, então nós precisamos cuidar desse pátio, pra ter uma boa qualidade de vida também, água contaminada não vai te trazer qualidade de vida, desmatamento não vai te trazer qualidade de vida, lixo amontoados criando dengue, criando outros tipos de doenças não vai te trazer qualidade de vida, então eu penso neste sentido meio ambiente é tudo aquilo que nós vivemos nesse mundo e tudo o que nós puder preservar em termos de natureza, em termos de tudo, da nossa vida pessoal até um pequeno pé de árvore ali fora vai nos ajudar a ter uma qualidade de vida.” (MORADOR 10 – MASC. 40 ANOS).

Considera-se as respostas com o que aponta Reigota (2010), que o meio ambiente é também “percebido”, posto que cada pessoa o delimita em decorrência de suas representações, conhecimentos característicos e experiências habituais nesse mesmo tempo e espaço. As relações dinâmicas e interativas indicam a mutação das relações entre os grupos

sociais e o meio natural, bem como construído, o qual indica um processo de criação permanente que vai estabelecer e dar as características culturais em tempo e espaço. As questões postas pelos moradores encontram também pontos em comum com o que aponta a PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente, que entende por meio ambiente: “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981). Atentando ainda os mesmos, porém em menor grau, para o cuidado com a natureza.

A pergunta posterior questiona em relação à opinião dos moradores, se para estes o meio ambiente interfere na qualidade de vida das pessoas. Os moradores apontam de forma afirmativa em 100% das respostas.

“Pode, acho que pode já está interferindo né o ar seco, o pó traz doenças respiratórias essas coisas” (MORADOR 02 – MASC. 26 ANOS).

“Eu acho que interfere né, por causa de lugares poluídos né, mau cheiro, poluição das indústrias, fumaça essas coisas, vai prejudicar né, em volta, em todo mundo que tá perto” (MORADOR 03 – FEM. 45 ANOS).

“No sentido de ajudar sim. Muito, ele ajuda o meio ambiente é tudo pra nós né, se nós não tivesse uma área, um verde, um lugar onde você possa respirar, ter um ar puro, se não tiver isso daí sim é um problema pra nós, daí sim” (MORADOR 05 – FEM. 46 ANOS).

“Sim, acho que interfere, por causa do ar né, tudo” (MORADOR 08 – FEM. 20 ANOS).

Os moradores das falas acima aludem para a questão do ar seco, fumaças, pó, os quais podem facilmente ser observadas no dia-a-dia. Quase metade dos moradores relacionaram, em questão anterior, aspectos ambientais e naturais com qualidade de vida, o que corrobora com o que apontam para a presente questão.

“O meio ambiente interfere muito, porque se você tem um local com um meio ambiente arejado, água pura, cristalina que o povo gosta de ver, que todo mundo gosta de ver e essa qualidade de vida ela se transforma em saúde, porque eu mesmo tenho o prazer de entrar no mato e ver uma água cristalina, agora um lodo, um barro você não quer nem chegar perto, então eu na minha concepção eu falo pra você que o meio ambiente ele traz muita qualidade de vida pra um bairro,

onde não tem um controle não tem” (MORADOR 01 – MASC. 51 ANOS).

“Pode, porque pode estar poluído, pode ter alguma coisa que o pessoal que toma banho pode pegar alguma doença” (MORADOR 04 – FEM. 14 ANOS).

“Eu acho que sim, ali na Sanga Pinheirinho a turma usa ali pra mexer com droga também né, agora que deu uma melhorada né, mas antigamente ali era feio” (MORADOR 06 – FEM. 48 ANOS).

“eu acho que sim, ah porque é um lugar natural né, tem o riozinho, tem a vegetação aí ó, e sei lá, fala mais uma vez, se fosse um lugar mais limpo” (MORADOR 07 – FEM. 35 ANOS).

“eu acho que sim né, porque se vai na beirada do rio o rio já não é limpo né” (MORADOR 09 – FEM. 63 ANOS).

“eu acredito que sim né, nós temos vivido aí situações bem complicadas da reação da natureza, contra o homem, contra o ser humano e de certa forma acaba atingindo, nós tamo vendo aí Toledo mesmo passando por uma situação terrível de dengue, da onde que se originou isso? Da falta de cuidado do homem, então atinge a qualidade de vida, porque uma pessoa doente, com dengue naquele momento ele tá sem qualidade de vida, da onde que saiu essa dengue? Saiu das águas acumuladas em garrafas, em tampas, em latas, no sofá que é abandonado nas áreas públicas ou no próprio terreno” (MORADOR 10 – MASC. 40 ANOS).

O que verifica-se a partir das falas dos moradores, é a aparente ligação com a saúde, aspectos ligados a doenças, a exemplo do “ar” citado em algumas falas, que como pode-se interpretar há a preocupação com as doenças respiratórias, o ar seco ou poluído. Também a presença de doenças advindas da falta de cuidado com o meio ambiente, tornando danosa a qualidade de vida da população ou comunidade.

Há ainda a questão da drogadição que reiteradamente foi comentada pelos moradores, caracterizando literalmente um problema de ordem socioambiental. As questões relativas ao uso de drogas numa área de preservação, de forma clara necessita ser considerada e tratada pelos poderes públicos de forma integrada e interdisciplinar, para que seja trabalhada aliada às questões ambientais. Aqui a educação ambiental crítica tem papel fundamental na formação de cidadão e no auxílio ao combate dos problemas socioambientais.

Referente à, se a “visitação” existente à Sanga pode trazer algum dano ao meio ambiente ou poluição da mesma, os moradores em 50% das falas apontam que sim, contra 40% das falas contrárias, sendo que 1 morador não soube responder, caracterizando 10%.

Quadro 8 - Opinião dos moradores em relação a se a “visitação” existente à Sanga pode trazer algum dano ao meio ambiente ou poluição da mesma

Respostas	Nº de moradores	Percentual
Sim	5	50%
Não	4	40%
Não souberam	1	10%

Fonte: O autor (2015)

Em relação se a “visitação” existente à Sanga pode trazer algum dano ao meio ambiente ou poluição da mesma os moradores apontam que:

“Eu acho que visitar em si não, mas o lixo que eles estão jogando lá causa né, porque nós já passou lá tem sofá velho, TV, um monte de coisas jogadas, a visita em si não causa nada, você vai lá, você vai olhar, tomar um banho, mas a poluição em si que causa, se não tiver consciência e não cuidar vai acaba né” (MORADOR 02 – MASC. 26 ANOS).

“Não, porque só usam pra banho mesmo” (MORADOR 05 – FEM. 46 ANOS).

“Acho que não” (MORADOR 07 – FEM. 35 ANOS).

“Acho que não né” (MORADOR 09 – FEM. 63 ANOS).

Os moradores acenam para a questão própria do banho, indicando que se seu uso for apenas para essa finalidade não há nenhum contraindicativo, há porém, na fala do morador 02 referência ao lixo que é depositado por moradores na Sanga Pinheirinho, aludindo também para a consciência de quem utiliza a Sanga. Outros moradores sinalizam que não veem problemas na visita à Sanga, não crendo que se possa ter qualquer dano ao meio ambiente com a prática.

As falas dos demais moradores apontam que:

“Pode trazer se deixar um desleixo do poder público, não ter vamos supor uma fiscalização, pra não haver desmatamento, pra não jogar

lixo na barranca do rio, porque conforme agora você viu vai ter a pista de caminhada aqui a revitalização então a gente tem que ter um acompanhamento do poder público em termos da fiscalização pra não jogar lixo, vim assar carne querer queimar as madeiras, então isso aí tem que ter uma fiscalização do poder público [...] para não gerar dano ao meio ambiente” (MORADOR 01 – MASC. 51 ANOS).

“A partir do momento que o pessoal tá freqüentando ali eles estão de algum jeito mexendo com a natureza né, mesmo que pouco mas tá prejudicando né, eu acho que é isso” (MORADOR 03 – FEM. 45 ANOS).

Pode, sim. Eles tinham que fazer uma limpeza ali né, limpar aquele mato, eles sempre andam prometendo né” (MORADOR 06 – FEM. 48 ANOS).

“Pode, porque assim, se os moradores usarem de forma inadequada pra lazer, igual fazer um piquenique pra família descarta os alimentos, as embalagens tudo pode acarretar danos pro meio ambiente” (MORADOR 08 – FEM. 20 ANOS).

“É se for feito um estudo bem criterioso da Sanga você vai detectar pontos da Sanga que ela está bastante, vamos dizer assim com lixos, plásticos, vidro, pedaço de sofá, pedaço de colchão, você vai ver muito esse tipo de coisa, eu não acredito que a Sanga crie, por exemplo, o mosquito da dengue porque a água sempre é corrente né, problema de saúde de uma forma direta eu não acredito que ela vai causar, a menos que alguém fique muito tempo dentro da água e de repente por algum elemento químico que roda de algum lugar ou quem sabe uma bactéria de um resto de um animal morto então possa acontecer isso[...] depende muito da situação né, piçada geralmente não tem muita noção, nem muito comprometimento, depende do que vão jogar lá dentro, como que vão utilizar. Geralmente nesse trecho aqui a única parte que é utilizada ali pelos adolescentes que eu te falei na época de verão, é esse poço, tanque que a Sanga forma no bueiro da Sanga Pinheirinho da Maripá, então é ali que eles utilizam mais. Agora, tem aqueles adolescentes que vêm no parque com litros de bebida e acabam tomando e jogando dentro da Sanga, tudo uma questão de conscientização, visita normal é muito raro alguém parar ali olhar a Sanga, fazer uma visita né, [...] é mais os adolescentes, os jovens, os usuários que as vezes ficam transitando na beira da Sanga e acabam despachando produtos que não é muito legal para a preservação” (MORADOR 10 – MASC. 40 ANOS).

Nas falas acima há indicação da forma de utilização da Sanga ou da forma de visita, conforme aludido, para os moradores é necessário conscientização para que a visita

não cause danos, pois segundo os mesmos, há descarte de dejetos no leito da Sanga juntamente com móveis velhos e lixos em geral, o que para eles demonstra desleixo do poder público conjuntamente ao descarte inadequado de resíduos por parte da população e a falta de consciência de cada um. Neste sentido Reigota (2010), aponta que:

é por intermédio das interações intersubjetivas e comunicativas entre pessoas com diferentes concepções de mundo e relações cotidianas com o meio natural e construído; características de vida social e afetiva; acesso a diferentes produtos culturais; formas de manifestar as suas idéias; conhecimento e cultura; dimensões de tempo e expectativa de vida; níveis de consumo de participação política que poderemos estabelecer diretrizes mínimas para a solução dos problemas ambientais que preocupam a todos (REIGOTA, 2010, p. 29).

Reiterando o que já foi aludido pelos moradores, aponta-se que são necessárias ações não somente do poder público, mas também da comunidade para que possa resultar em ações intersetoriais para a prática da interdisciplinaridade .

Quando questionados da existência no bairro ou nas proximidades sobre opções de lazer e divertimento que as famílias/moradores possam frequentar de forma acessível, 50% dos moradores disseram não haver nada neste sentido para os mesmos no bairro, 30% responderam que existem sim e 20% não souberam responder ou não souberam dizer se há opções de lazer e divertimento.

Quadro 9 – Existência de opções de lazer e divertimento que as famílias/moradores possam frequentar de forma acessível

Respostas	Nº de moradores	Percentual
Sim	3	30%
Não	5	50%
Não souberam	2	20%

Fonte: O autor (2015)

Algumas falas ilustram as opiniões dos moradores:

“Tem praças no caso né, tem a praça do CEU lá em cima né, que tem o teatro, tem a quadra de esportes, tem a biblioteca, tem o próprio CRAS, aí tem o centro da juventude que também né, só não tem aí depois tem o parquinho do povo ali embaixo que é o piscinão que é de todo mundo, mas de lazer assim hoje não é que tá faltando academia

e faltando esse passeio que vai ter agora, mas vai melhorar um pouco isso aí” (MORADOR 01 – MASC. 51 ANOS).

“Eu acho que aqui pra baixo pelo menos não, só uma quadra lá pra cima, mas não é mais Santa Clara” (MORADOR 02 – MASC. 26 ANOS).

“Tem ali embaixo, era pra ser um parque só que pessoas aí tava muito poluído, quem frequenta ali geralmente são os piá à noite, mas não é muito de lazer por conta disso, porque ficou muito poluído e quem vai ali são pessoas que” (MORADOR 04 – FEM. 14 ANOS).

“Olha a única forma de lazer aqui, foi exatamente esse Parque Frei Euzébio, então eles fizeram, algumas pistas ali pra caminhada e debaixo do bosque fizeram algumas churrasqueiras pro pessoal se reunir no final de semana fazer uma carne, mas infelizmente a população não ocupa esses espaços. Dabaixo do bosque não tem como a família se reunir porque falta banheiro, então na época foi pedido até banheiro químico para ser trazido ali, não foi viável e banheiro também ser construído, na época o prefeito disse que não era possível porque iria complicar ainda mais, então os moradores acabaram por não usar, então ficou um espaço com pouca utilização, é utilizado, pro tráfico, isso você pode ter certeza que é utilizado pro tráfico, que é um problema social. A polícia faz o trabalho, mas não consegue resolver tudo também, então é bem complicado” (MORADOR 10 – MASC. 40 ANOS).

As opções levantadas pelos moradores aludem basicamente para o Parque Frei Euzébio, o qual, em suas colocações encontra-se poluído e sua utilização realizada para tráfico de drogas, sendo mais frequentado à noite por usuários do tráfico. Neste sentido, a utilização pela população acaba sendo prejudicada, inicialmente, pela falta de alguns equipamentos básicos e ainda pela insegurança gerada com a maneira pela qual está sendo utilizado. Os moradores relatam ainda serviços públicos assistenciais como forma de citar alguma opção de lazer em geral destinada a toda a população. As falas conduzem à interpretação de que os moradores não identificam nos serviços citados pelo morador 01 (serviços públicos) opções de lazer visto que em suas respostas dadas à questão, disseram não existir nenhuma opção.

Quanto à questão formulada aos moradores, relativa à ciência sobre o Projeto do Parque Linear na Sanga Pinheirinho a ser implantado, metade dos moradores disseram saber, porém em grande parte apenas por comentários e metade da população entrevistada informou não ter conhecimento sobre o mesmo. Assim assinalaram:

“É, eu tenho acompanhado os projetos né, então a gente vê que vai ter as passarelas, uma ou duas aqui, daí vai ter mais uma entrada pro povo passar ali embaixo na Maripá, mas o essencial é a pista de caminhada, vai ter bancos, iluminação, o povo não tinha onde tomar um tererê no sábado ou no domingo agora vai ter esse acompanhamento né [...] eu acompanho (por intermédio da associação de moradores) até falei para o prefeito que vou acompanhar do início ao fim porque a gente quer o melhor pra comunidade e não pra mim, isso aí não é pra mim, mas é pros meus netos amanhã, meus amigos, meus vizinhos que a gente tem que cuidar ter um lazer” (MORADOR 01 – MASC. 51 ANOS).

“Ainda não, não ouvi nada a respeito” (MORADOR 02 – MASC. 26 ANOS).

“Só ouvi falar só, só vi no jornal, mas conhecer bem, bem mesmo não, não sei como é que vai funcionar, vão fazer alguma coisa mas o que não sei” (MORADOR 03 – FEM. 45 ANOS).

“Na verdade o que eu tô sabendo assim é por alto o que eles falam né, que vai ser a calçada que vai sair uma pista de caminhada, um parquinho, academia dos idosos né, que a gente pediu, nós aqui pedimos através do presidente do bairro, fomo atrás, a gente pediu diferente do que tá, mas como o Meio Ambiente não liberou limpar pelo meio por baixo das árvores a gente falou não meche nas árvores, então faz pelo meio tudo direitinho, eles resolveram trazer aqui pra não deixar sem nada, mas isso é muito, muito bom, vai ficar muito bom [...] pelo presidente do bairro e pelos trabalhadores pelo pessoal do projeto que eles comentaram como é que ia ser” (MORADOR 05 – FEM. 46 ANOS).

“Sim eles andam falando, mas não sei quando vai sair mesmo né, ouvi comentários, se sair vai ser uma boa coisa né? (MORADOR 06 – FEM. 48 ANOS).

“Boatos já cheguei ouvir que iam ajeitar aqui embaixo também, mas não ouvi mais nada” (MORADOR 07 – FEM. 35 ANOS).

“Não, eu vi a placa ali em cima, mas não tive outro conhecimento” (MORADOR 08 – FEM. 20 ANOS).

“Olha é como eu te falei a única coisa que nós sabemos aqui é que existe um projeto pra colocar uma cerca nessa região aqui do entorno da Sanga, mas eu fiquei sabendo por um amigo meu que é conselheiro do meio ambiente que o projeto só beneficiaria a parte de lá, essa cerca não viria pra cá, ouvi dizer também que alguns empresários estariam dispostos a fazer um plantio de árvores em volta da Sanga e cada empresário se responsabilizaria pela manutenção daquela árvore que ele plantaria, sendo que no final de cada ano seria feito

um estudo e a árvore que tivesse melhor cuidada, a empresa ganharia um prêmio simbólico lá pra incentivar esse tipo de preservação, eu acho muito importante esse tipo de coisa mas eu creio e acredito que os responsáveis pela preservação maior são os moradores do bairro, porque o interesse maior de preservar isso é de quem vive aqui. São as coisas que chegam até a gente, ouve conversa que a Itaipu também estaria desenvolvendo um projeto que inclusive esse dinheiro da cerca seria da Itaipu, mas a gente só sabe isso, mais do que isso a gente não tem conhecimento” (MORADOR 10 – MASC. 40 ANOS).

A propósito do empreendimento Parque Linear da Sanga (já abordado no capítulo anterior) que será implantado no bairro, os moradores residentes às margens da mesma relatam saber de algumas informações “por alto”. O que sabe grande parte dos moradores é por intermédio de boatos e comentários. Neste sentido, indaga-se de que forma é realizado no bairro um empreendimento com magnitude destacada e os moradores mais próximos da Sanga são deixados à margem do processo, sem conhecimento acerca de tal empreendimento que diz respeito à vida comunitária e ao ambiente daquela localidade. Assim passa-se à questão posterior.

Neste ponto os moradores foram questionados se possuem participação ou têm conhecimento de alguma convocação da comunidade para participar das discussões de implantação do parque. Os mesmos pontuam que:

Quadro 10 - Você Participou de alguma convocação à comunidade para discussões de implantação do Parque Linear da Sanga Pinheirinho

Respostas	Nº de moradores	Percentual
Sim	2	20%
Não	8	80%

Fonte: O autor (2015)

Como pode-se observar 80% da população informou não ter conhecimento algum sobre a realização de chamamento público ou convocação para um debate e à apresentação à comunidade de informações sobre a construção do Parque Linear. Existe a indicação dos moradores que se algo neste sentido está sendo realizado não é de conhecimento dos mesmos, bem como a questão suscitada pelo morador 05 como pode-se confrontar a seguir:

“Foi convocado duas reuniões pelo poder público, mostrado os projetos, os que foram na reunião gostaram, aprovaram, então a

comunidade em si está sendo comunicada sim” (MORADOR 01 – MASC. 51 ANOS)

“Também não tivemos nenhuma convocação” (MORADOR 02 – MASC. 26 ANOS).

“Também não” (MORADOR 03 – FEM. 45 ANOS).

“Acho que não” (MORADOR 04 – FEM. 14 ANOS).

“Na verdade foi chamado o povo né, o pessoal do bairro, foi convocado, foi chamado pra uma reunião, mas como eles fazem sempre no dia de semana e a noite, a maioria do pessoal não vai né porque chega muito cansado do trabalho, acaba que meio esquecendo, então eu dei até a idéia de fazer então no sábado a noite, de tardezinha, falei vamos fazer essa reunião no bairro nesses horários que é o horário que o pessoal tá mais descansado já, que daí é o horário que pode ser discutido bastante coisa sobre o parque, por que do jeito que nem eles fazem durante a semana dificilmente o povo vai, pra eu por exemplo eu e meu marido a gente nem pode ir, na verdade a gente não lembrou, era numa terça-feira, mas a gente acabou não lembrando por conta disso” (MORADOR 05 – FEM. 46 ANOS).

“Não, eu não estou sabendo não” (MORADOR 06 – FEM. 48 ANOS).

“Também não tive conhecimento, se tá sendo feito não tive conhecimento ainda” (MORADOR 07 – FEM. 35 ANOS).

“Não” (MORADOR 08 – FEM. 20 ANOS).

“Não” (MORADOR 09 – FEM. 63 ANOS).

“Não, até onde eu sei não houve nenhum debate, como eu lhe falei, chamei o Jornal Do Oeste fizemos uma matéria sobre a região aqui, em outros momentos emissoras de rádio também eu chamei, o departamento de meio ambiente da prefeitura vem e faz a manutenção do corte de grama, fora isso a gente não viu e nem ouviu nenhum outro movimento aqui, ademenos que houve e não ficamos sabendo” (MORADOR 10 – MASC. 40 ANOS).

O morador 05 aponta em relação à condição dos moradores trabalhadores onde sua participação fica comprometida pela opção do poder público em realizar reuniões em horários e dias em que a população em geral trabalha, ou em horários em que os mesmos estejam impossibilitados para a participação. Neste sentido, é preciso pontuar o que coloca Grimberg (1993), que ao se definirem agendas e planos governamentais que envolvam a vida do planeta, e neste caso, questões relacionadas à vida comunitária, é de fundamental importância

que se pense o desenvolvimento em aspecto global e neste sentido também local. É de forma extremamente importante que as “comunidades urbanas se assumam como parte determinante deste processo e participem ativamente nas definições das diretrizes de desenvolvimento local-global” (GRIMBERG, 1993, p. 175).

E por último, questionou-se aos moradores: Em sua opinião o parque trará algum tipo de benefício ao meio ambiente? E à população? Quais?

Quadro 11 - Opinião dos moradores em relação aos benefícios do Parque Linear da Sanga Pinheirinho à população e ao meio ambiente

Respostas	Nº de moradores	Percentual
Sim	8	80%
Não	0	00%
Não souberam	2	20%

Fonte: O autor (2015)

Os mesmos pontuaram o seguinte:

“Acho que sim, porque eles arrumando né, pelo menos o pessoal cuida mais né, não vão jogar lixo mais, com certeza ajuda” (MORADOR 02 – MASC. 26 ANOS).

Ah, daí vai ser bom, não tem aonde ir aí sai caminhar pela rua passatempo, [...] agora eu não sei dizer” (MORADOR 03 – FEM. 45 ANOS).

*“Vai porque não mexe em nada né na natureza, eles tiraram alguma árvore ou outra, mas dano nenhum, **para população** eu acho que vai, ah vai ser bom né, caminhada, que nem eu faço caminhada aí vou lá pra BR, lá na Maripá lá em cima, então eu tenho que sair muito longe de casa e aqui o pessoal pode fazer aqui né, que a maioria do pessoal, o povo daqui é mais de idade é mais idoso, então a gente precisava de uma coisa mais próximo, pra gente, porque mesmo que eu tenha 46 anos, mas eu também não tô com essa forma toda de ir lá em cima né, e é muita subida o bairro, Toledo é muita subida, então tipo assim tudo o que vier de bom pra nós vai melhorar bastante, vai ajudar bastante” (MORADOR 05 – FEM. 46 ANOS, grifo nosso).*

“Vai, não porque daí ficaria limpinho né, eu acho que sim, porque esses lugares é cheio de mato, é o esconderijo das coisas, até rouba as coisas pra esconder ali né, aí nesse mato aí tem casinhas, esses

tempos tinha lugar ali que eles faziam casinha pra turma usar droga né, se limpar tira tudo isso né” (MORADOR 06 – FEM. 48 ANOS).

*“Vai, vai tirar as crianças da rua, porque aqui as crianças tudo brinca na rua e vão ter um lugar mais seguro pra eles brincar, [...] **para meio ambiente** ah daí não sei” (MORADOR 08 – FEM. 20 ANOS, grifo nosso).*

*“Acho que sim, nem tanto pra gente, mas pros filhos da gente né, porque tem um lugar de se divertir, pra usar, **para meio ambiente** acho que não” (MORADOR 09 – FEM. 63 ANOS, grifo nosso).*

“É eu acredito que primeiro a população tem que ser colocada a par disso né, primeiramente tem que convocar a população pra ser discutido com os moradores, e as pessoas tenham o conhecimento do que realmente venha a ser isso, e aí acredito eu que seja proveitoso, que a população possa, usufruir de tudo isso, mas a princípio tem que levar ao conhecimento do povo e pedir a participação do povo também na questão de preservar, de participar né, aí eu acredito que possa andar” (MORADOR 10 – MASC. 40 ANOS).

A identificação de benefícios pelos moradores foi somente para a população, onde apenas um morador mencionou a natureza, quando diz que “não meche em nada na natureza” (morador 05). As demais respostas indicam benefícios identificados pelos mesmos, como melhorias para a realização de exercícios físicos, maior segurança, mais espaço para lazer e diversão. Novamente se abordou também a questão das drogas e apontou-se para a conservação e preservação do novo espaço.

Neste sentido, pode-se concluir que os moradores, em sua maioria, não obtendo informações maiores acerca do empreendimento público a ser construído naquele local, não identificam também melhorias ao meio ambiente e, dessa maneira, não visualizam maiores contribuições à comunidade, nem sentem-se como parte do meio, o pertencimento à vida comunitária para assim participarem ativamente com direitos e deveres.

Apesar de apresentarem números bem próximos, os moradores indicam, em sua maioria, que o uso da Sanga Pinheirinho pode causar algum dano ou degradação à mesma, bem como, sinalizam afirmativamente que sua qualidade de vida e saúde podem ser interferidas com a má utilização desta. Em suma, para os moradores entrevistados, a utilização e visitação da Sanga Pinheirinho têm interferência em sua qualidade de vida, no meio ambiente e para a saúde dos que utilizam e frequentam o espaço da mesma.

3.2 A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NA BUSCA DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

O capitalismo, em sua forma contemporânea, tem mostrado de forma evidente suas mais diversas contradições bem como sua forma bárbara, mas também muitas vezes sutil, com que impõe a destruição ambiental e social para a continuidade de seu ciclo. Não obstante, o capital faz surgir sobre a humanidade em seus pontos mais vulneráveis (para a maior parte da população), a violação de direitos, o desemprego, a fome, a miséria, além da destruição ambiental em larga escala. Combinado a isso, o capital se determina em colocar “panos quentes” em suas mais diversas manifestações, quando administra suas contradições através da alimentação de programas compensatórios vislumbrados pelo discurso da solidariedade, respeito aos direitos humanos e defesa ao meio ambiente.

Dessa maneira, segundo Silva (2010), a pobreza é entendida ora como causalidade, ora como agravante às condições ambientais postas, maneira pela qual se perde o sentido de totalidade da questão ambiental com suas dimensões de natureza social e histórica. Neste sentido, o capital no momento em que traz o debate ambiental à centralidade da problemática ambiental mundial, logra esconder sua não superação da pobreza e a secundarização no cenário atual.

No plano teórico, esta concepção confere centralidade à dimensão ecológica da “questão ambiental”. Neste sentido, a defesa da natureza comparece divorciada do enfrentamento da questão social *ou como hierarquicamente superior a esta*, negando-se, moto-contínuo, a estreita vinculação entre ambas. Nestes termos, as dimensões social, econômica, ideológica, cultural e política aparecem descoladas, despojadas de sentido crítico, posto que não são apreendidas como partes constitutivas de uma totalidade complexa. Constata-se que a cisão entre sustentabilidade ambiental e sustentabilidade social acaba por aprofundar as contradições entre ambas, visto que as ações de proteção à natureza, desenvolvidas a partir da lógica de reprodução do capital, afetam de forma diferenciada as classes sociais, e são, em grande medida, reveladoras e em muitos casos portadoras de insustentabilidade social (SILVA, 2010, p. 144, grifos do autor).

O que se visualiza também é a questão ambiental vista como afeta apenas ao meio material e não ao social o que, segundo Silva (2010), se manifesta em processo de naturalização da pobreza e de respostas remediadas às suas diversas e preocupantes manifestações.

Neste sentido de entendimento socioambiental e ações interdisciplinares para o serviço social, aponta-se Montañó, quando diz em relação às demandas emergentes ao serviço social que

As funções tradicionais de competência do assistente social são congeladas e reproduzidas quase que ritualmente. São poucos os estudos sobre preservação do *meio ambiente e ecologia*, *microempresas catástrofes naturais* e suas repercussões sociais; Serviço Social de empresas frente à *terceirização*, programas de demissão voluntária ou qualidade total, Estado e políticas sociais no *neoliberalismo*, a atual mundialização ou *globalização* das relações político-econômicas; Serviço Social e a *economia informal*; e tantas outras temáticas, mais gerais o específicas, mais desenvolvidas ou emergentes (MONTAÑO, 2011, p. 195, grifos do autor).

Para ele as tradicionais áreas do serviço social permanecem imodificáveis ao longo da história, bem como não se tem a incorporação de novas demandas e objetos de intervenção. Nesta lógica, Montañó aponta que:

O serviço social precisa se abrir a novos espaços profissionais. 2) para isto deve detectar novas demandas, ou demandas potenciais, não tradicionais e conhecer (pesquisando) sua gênese e seu processo. Apenas assim poderá ele formular propostas profissionais racionais e operativas de intervenção. 3) em muitos casos somente poderá investigar estas novas realidades; o que não deve ser desprezado por se considerar tais pesquisas como “sem aplicabilidade”, “puras” ou até “inespecíficas” ao Serviço Social. Na verdade, é falso pensar que possa existir conhecimento sem aplicabilidade; sempre, nem que seja a médio prazo, o conhecimento pode ser útil (MONTAÑO, 2011, p. 196).

Para Montañó, essa necessidade é imperiosa, visto que, só podem permanecer ao longo da história, aquelas profissões que de uma forma ou de outra conseguem captar demandas emergentes, e dentro deste processo compreender suas raízes e essência para que se possa desenvolver respostas eficientes e eficazes. O necessário investimento na pesquisa de novos fenômenos e realidades para a proposta de respostas novas e interventivas não se concretizará se não forem realizadas mudanças anteriormente a novas circunstâncias, demandas e contextos.

Da mesma maneira Iamamoto ilustra que:

é preciso apreender as *demandas potenciais* gestadas historicamente, contribuindo assim para recriar o perfil do assistente social, indicando e antecipando perspectivas, no nível da elaboração teórica, da pesquisa ou da intervenção profissional, perspectivas capazes de responder às exigências de

um projeto profissional coletivamente construído e historicamente situado (IAMAMOTO, *apud* MONTAÑO, 2011, p. 198, grifos do autor).

Dessa maneira uma demanda emergente ao serviço social, a qual vem acompanhando timidamente as produções do serviço social no Brasil é a temática ambiental. Silva (2010), observa que as comunicações publicadas em anais de eventos na década passada resultaram de intervenções profissionais em seus respectivos campos de trabalho bem como de pesquisas científicas, com o intuito de problematizar os processos que apresentam demandas ambientais.

Para Silva (2010), algo que distingue essa demanda atual é a vinculação também à tendência mundial de incorporação das empresas às práticas socioambientais. Essa chamada responsabilidade social e ambiental é discutida “como resposta à questão social e à degradação ambiental na esteira da crescente omissão do Estado na proteção social e na garantia do usufruto coletivo dos recursos ambientais” (SILVA, 2010, p. 147).

O que constatamos no estudo realizado no período de 2003 a 2008 é que a profissão vem se inserindo no âmbito da gestão ambiental, com destaque para as atividades de educação ambiental, as quais constituem uma mediação do conjunto das ações neste campo. Trata-se da formação de uma cultura ambientalista que, conforme sinalizamos anteriormente, apregoa a preservação da natureza, ainda que, hegemonicamente, não questione as bases da produção destrutiva (SILVA, 2010, p. 148).

Oficinas, reuniões, seminários estão entre as maneiras pelas quais o serviço social vem trabalhando com a questão ambiental. Silva (2010), aponta para o fato da existência dentro da educação ambiental de forma geral, de duas grandes vertentes, onde a primeira visa e coloca a questão ambiental à adaptação da ordem, em sentido mais conservador, incluindo expressões comportamentalistas. Nesta concepção reafirma-se a possibilidade de democratização do capitalismo e outra possibilidade de educação ambiental, tem-se a afirmação de uma probabilidade transformadora vinculada a um projeto de classe com reconhecimento de sujeitos políticos assumindo também uma natureza social e uma perspectiva transformadora.

Dessa maneira, ao serviço social trabalhar com a educação ambiental torna-se um desafio quando a mesma:

Não se restringe a elemento mediador da implementação de ações socioambientais, submetida exclusivamente à busca por políticas públicas e acesso aos bens e serviços disponibilizados no mercado. A educação ambiental referenciada numa perspectiva emancipatória – ainda que transite

no âmbito das ações públicas ou mesmo privadas – realiza-se (ou busca realizar-se) como espaço de luta pela autodeterminação dos sujeitos, pela radical democratização do poder político e da riqueza social e da necessária apropriação (não privada) da natureza (SILVA, 2010, p. 150).

Desafio este a todos que se propõem em seu âmbito profissional a uma interlocução crítica, ao passo que há a necessidade de desvelar nas propostas de educação ambiental, com as quais venha o profissional a atuar, sua natureza teórica e política.

Há um modelo concebido em grande parte que aporta para o campo pedagógico acrítico do serviço social, posto que enfatiza a responsabilização do indivíduo e a culpabilização da sociedade à frente da questão ambiental, conforme aludido em outros momentos neste trabalho com a questão da pobreza sendo visualizada de forma individualizada. Destaca-se ainda que, as mudanças necessitam ser de ordem societária e não reduzidas aos atos de gestão e comportamentais.

A ausência (ou insuficiente) problematização das demandas estreita o leque de possibilidades da profissão, confinando-a a limites previamente estabelecidos. Assim corre-se o risco de se verem questões referentes ao lixo, à água, à energia, ao saneamento básico, entre outras – as quais vêm requisitando cada vez mais o Serviço Social –, serem tomadas em si mesmas, como problemáticas circunscritas aos limites territoriais específicos de uma dada área e deslocadas do universo complexo que implica a “questão ambiental”. As estratégias a serem adotadas, como consequência, remontam às mudanças comportamentais e à incorporação, acrítica, das requisições institucionais pelos usuários (SILVA, 2010, p. 154).

No sentido da culpabilização dos indivíduos por sua pobreza e pela degradação ambiental, aponta-se algumas observações na direção de “como esperar que tais indivíduos desenvolvam comportamentos respeitosos ao meio ambiente quando este, na maioria das vezes, se resume ao espaço doméstico e a natureza é tomada como algo abstrato, idealizado?” (SILVA, 2010, p. 155).

Os desafios postos indicam aos assistentes sociais na atuação no âmbito socioambiental, o rompimento com as práticas autoritárias e de base comportamental, indicando mudanças de atitudes que caminhem na direção crítica onde os sujeitos possam se apropriar de sua condição histórica para que se rompa o espaço entre ser social e natural.

O Serviço Social precisa abarcar a “questão ambiental”, intervir nos processos a ela relacionados, movido pelo espírito investigativo – com atenção espacial à pesquisa e ao estudo sistemático da realidade concreta –, buscando identificar e analisar os movimentos que a vinculam à “questão social” em cada situação específica. Trata-se de afirmar a dimensão da

política, neutralizando as visões idealistas que tentam confinar “a questão ambiental” à sua dimensão ecológica. Neste caminho, o sistemático aprimoramento intelectual representa uma real possibilidade de ultrapassagem tanto do “teoricismo” estéril quanto do pragmatismo e dos militanismos de toda ordem que se insinuam no cotidiano da profissão (SILVA, 2010, p. 158).

Na consideração das correlações aqui existentes entre o ambiental e o social de onde surge uma análise socioambiental, é de suma importância destacar a necessidade de ações conjuntas e ações de caráter intersetorial, a qual segundo Bidarra (2009), costuma ser identificada como uma articulação de saberes e experiências no que tange ao planejamento, articulação e avaliação das políticas, para que dessa articulação surjam melhores patamares de desenvolvimento social. A intersetorialidade é algo que tem de ser construído dentro de cada organização, visto que ela não ocorre de forma tão fácil. Para Bidarra,

pactuar a intersetorialidade representa um árduo trabalho de construção [...] política. Quando se investe neste tipo de alternativa é porque se acredita que ela é a que melhor traduz uma opção por articular os vários saberes que se ocupam de diferentes fenômenos e/ou problemas, e interferem em vários sentidos no modo de vida social” (BIDARRA, 2009, p. 484).

Dessa maneira, quando se opta pela ação intersetorial significa ter a intenção política de investir, segundo Bidarra (2009) num processo socialmente construído, o qual demanda conhecimento e análise da realidade demandada, apontada pelos sujeitos que são partícipes de projetos políticos comuns. Assim os apontamentos realizados pelos moradores do bairro acerca da drogadição existente no local da Sanga Pinheirinho, sendo inclusive, área de preservação permanente, são de extrema importância para a construção de ações no sentido da intersetorialidade, visto que questões socioambientais só podem ser trabalhadas de forma eficaz com ações interssetoriais. A intersetorialidade entre as políticas de Assistência Social e Meio Ambiente e porque não dizer atreladas também à Secretaria da Juventude em seus diversos níveis, demanda vontade política e mudanças em uma cultura organizacional dos padrões públicos.

A intersetorialidade bem como a interdisciplinaridade é de suma importância neste momento de inserção do serviço social nesta nova demanda, bem como a necessidade de colocar o conhecimento a serviço dos sujeitos coletivos para seu fortalecimento conjunto, a construção de acordos com os usuários e reforços dos embates sociais.

Há a necessidade de se propor e impulsionar a construção de uma consciência ambiental e socialmente crítica conjuntamente a uma cultura política balizada nos princípios da “autonomia e da autodeterminação dos sujeitos na busca pela satisfação de suas necessidades e da apropriação coletiva dos recursos da natureza” (SILVA, 2010, p. 158). A educação ambiental assim como a educação geral tem papel fundamental, na construção da história dos sujeitos, de suas formações ideológicas que transformam o cotidiano e fazem história.

Assim também a busca pela justiça ambiental vai ao encontro do serviço social, o qual a ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social conceitua como sendo,

uma profissão que se insere no âmbito das relações entre sujeitos sociais e entre estes e o Estado nos diversos contextos socio-históricos de atuação profissional. Desenvolve uma práxis social e um conjunto de ações de natureza socioeducativa, que incidem na reprodução material e social da vida, em uma perspectiva de transformação social comprometida com a democracia e com o enfrentamento das desigualdades sociais, fortalecendo a autonomia, a participação e o exercício da cidadania, na defesa e na conquista dos direitos humanos e da justiça social (ABEPSS, 2015, s/p).

A profissão tem em suas ações valores e princípios éticos guiados pelo código de ética profissional que se balizam pela defesa da liberdade, da igualdade, da justiça social, do pluralismo e da cidadania. E sua prática segundo a ABEPSS tem como objetivos “o fortalecimento da cidadania e das instituições democráticas, dos direitos sociais universais; [...] o apoio às ações sociais em defesa das condições socioambientais; o combate às desigualdades e à pobreza e à fome” (ABEPSS, 2015, s/p). Nesse sentido, o conceito de serviço social bem como sua prática se aproximam da justiça socioambiental na medida em que se guia pela justiça social e trabalha em defesa das condições socioambientais. A justiça socioambiental “advém de movimentos sociais que interligaram o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado à questão social em um contexto de sociedade de risco”. (KÄSSMAYER, 2009, p. 209). A autora coloca que o movimento pela justiça ambiental se prende a uma problemática comum ao desenvolvimento capitalista: a questão social, especialmente frente à questão ambiental. Os movimentos sociais denunciavam inicialmente a desigualdade na garantia ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, confirmando que geralmente aquelas pessoas com menor poder aquisitivo suportavam uma parcela desigual de degradação do espaço coletivo. Neste sentido, as políticas públicas ambientais necessariamente devem estar em conexão com a questão social, do mesmo modo o

serviço social que tem sua gênese na questão social necessita dialogar cada vez mais com a questão ambiental.

Existe uma aproximação entre as lutas sociais e ambientais que primam pela sustentabilidade, equilíbrio e justiça e que são almejadas por este movimento de busca pela justiça socioambiental consciente da ligação entre desigualdades sociais e injustiças socioambientais, o que ocorre de forma mais aguda nas grandes metrópoles. “O movimento pela Justiça Ambiental busca concretizar a cidadania, a democracia qualificada e a justiça social, interligando o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado à questão social” (KÄSSMAYER, 2009, p. 211). Esse movimento está intimamente ligado ao serviço social na medida em que busca a concretização da cidadania, a democracia e a justiça social e pontua-se na questão social.

Entretanto, ante o processo de desenvolvimento e das desigualdades geradas pelo processo capitalista que se “desdobram no espaço social, o meio ambiente torna-se refém e reflexo da dinâmica social injusta” (KÄSSMAYER, 2009, p. 218). Dessa maneira, a busca pela justiça socioambiental perpassa também ao profissional de serviço social para que nas demandas emergentes à profissão se possa realizar uma intervenção qualificada e se torne parte do acervo da profissão.

Neste caminho o projeto ético-político do serviço social imprime força aos profissionais para que se trilhem percursos com qualidade, criticidade e interdisciplinaridade nos âmbitos teórico-prático do serviço social bem como em sua formação profissional, abordando não somente a emergente questão ambiental ao serviço social mas também outras demandas que surgem do próprio movimento da história. Como coloca Montaña “de muito pouco serve a pesquisa original e rigorosa de fenômenos emergentes se ela não passa a formar parte do acervo real [...] da profissão” (MONTAÑO, 2010, p. 200). Assim a academia nos diversos cursos de serviço social tem papel fundamental para a formação profissional qualificada e de base sólida para assentar as novas demandas ao serviço social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ora apresentada procurou problematizar, em que medida o uso da Sanga Pinheirinho pelos moradores de seu entorno interfere diretamente na preservação do meio ambiente. Assim, problematizou-se no texto questões relativas à pobreza, meio ambiente, desenvolvimento urbano e qualidade de vida e pontos relacionados à Sanga Pinheirinho bem como a representação dos moradores de seu entorno.

Sua degradação já havia sido constatada anteriormente em visita *in loco* à Sanga onde notou-se acúmulo de lixo, móveis velhos e dejetos descartados no meio ambiente interferindo na qualidade ambiental e contribuindo para sua degradação. Assim, observou-se questões relacionadas à pobreza que (de forma comum) não são debatidas em suas relações com o meio ambiente, o qual desencadeia questões relativas ao desenvolvimento urbano e qualidade de vida. Dessa forma, a existência de uma APP – Sanga Pinheirinho em dada localidade traz implicações para além de ambientais. Suas implicações socioambientais são visíveis em qualquer âmbito, e para a aproximação com a localidade mencionada foram ouvidos alguns moradores de seu entorno, sendo a percepção dos mesmos acerca das temáticas suscitadas a contribuição esperada. Todavia, o que se obteve com o depoimento dos mesmos foi além de representações e percepções.

A complexidade dos elos entre pobreza e meio ambiente é múltipla, por isso requer políticas adequadas e intersetoriais. O trabalho pode contribuir de forma intelectual à questão da pobreza levando em consideração aspectos locais e que podem também ser contributivos à construção de características do Município referentes ao tema abordado. Trilhou-se também questões que possam contribuir ao debate no que tange às implicações socioambientais bem como, fomentar discussões e viabilizar identificação de limites e possibilidades de atuação profissional ao serviço social, e ainda colaborar para a reflexão acerca da temática aos moradores do bairro participantes da pesquisa. Ao evidenciar problemáticas socioambientais, surgem também novos desafios e caminhos para a sua superação.

Por tratar-se de um tema emergente ao serviço social, a compreensão, o engendramento e o entendimento no que tange à área ambiental, constitui-se em desafio tanto na área da pesquisa, quanto para a atuação profissional.

A pesquisa foi de suma importância para se notar como se colocam os autores do serviço social em relação às principais questões postas neste trabalho, bem como, sua atuação em relação ao meio ambiente e sua forma de enfrentamento a tais problemáticas.

Compreendeu-se que o serviço social ainda engatinha em relação às questões socioambientais postas na atualidade, visto que sua atuação profissional na maioria das vezes ainda é pedagógica, utilizando por vezes a educação ambiental em sua forma mais acrítica, sem questionar as bases da problemática. Entretanto, ao se realizar a pesquisa, se tem uma melhor compreensão das relações socioambientais, seus enfrentamentos e olhar crucial para tal questão podendo os estudos relacionados ao serviço social e meio ambiente tornarem-se mais embasados e críticos. A pesquisa, nessa direção, foi fundamental para desvendar como o processo de produção capitalista e suas diversas formas de exploração e dominação da natureza e do homem, estão presentes na produção do serviço social mesmo que em grau pouco notório e que toma rumos bem delineados na atual fase mundial.

A análise das relações entre meio ambiente e qualidade de vida é confirmada através da conexão que se realiza e identifica em diversos autores utilizados neste trabalho. Pôde-se também identificar em análise bibliográfica a estreita relação entre meio ambiente e saúde, onde as atuais expressões da questão social são visualizadas quando tratadas as relações entre meio ambiente, pobreza e qualidade de vida nos capítulos 1 e 2. Observou-se também a necessidade do *insight* em considerar os homens não somente enquanto elos da cadeia trófica, mas também como seres sociais que participam da formatação dos meios que ocupam e a criticidade em reconhecer o papel que desempenha o capital quando as classes sociais agem por interesses burgueses, deteriorando assim de forma avassaladora o meio ambiente. O capital subverte ainda a discussão que se apresenta em relação ao meio ambiente e sustentabilidade. Dessa maneira, comprova-se que a responsabilidade socioambiental é, também ao capital, um instrumento ideológico e de dominação, que procura estabelecer um consenso que culpabiliza os indivíduos pela atual situação de degradação ambiental no planeta assim como se tem a culpabilização do indivíduo por sua condição de pobreza. Isso tudo se mostra sem que se considerem as relações sociais de exploração do capital, que surgem em decorrência de um modelo de desenvolvimento depredador da natureza e explorador do trabalho.

Ainda no tocante à pobreza, trilhou-se o caminho que investigou as diferentes concepções e teorias existentes relativas à mesma e trazendo-as à luz da análise crítica, identificando relações, conceitos e disputas que convergem para uma análise hegemônica na sociedade contemporânea.

Foi compreendido também que as pessoas constrangidas a viver em situação de pobreza num âmbito geral são mais dependentes diretamente da natureza, neste sentido, mais vulneráveis às mudanças que ocorrem no meio ambiente, esta realidade é assim caracterizada

pois residem em zonas marginais com precária infraestrutura física para o fornecimento de água potável, serviços de esgoto e tratamento de lixo. Como muitos dos recursos naturais são hoje tratados como mercadorias, estratégias adotadas tornam-se perigosas em relação a sua saúde, como consumir água diretamente dos rios bem como utilizar desses espaços como áreas de lazer sem os devidos cuidados e com água sem tratamento possivelmente contaminada, por não contarem com recursos financeiros para pagarem por tal bem.

Se propôs também ao longo deste trabalho, algumas questões relativas ao direito ao meio ambiente, porém um ambiente sadio. O direito de viver num ambiente não poluído ou sadio está garantido na Constituição Federal, em seu artigo 225, que dispõe “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2013, s/p).

Pode-se observar, neste sentido relativo ao meio ambiente sadio de que o mesmo constitui um dos fatores consideráveis para a construção de uma boa qualidade de vida, dessa maneira se considera além da paisagem urbana os elementos como acessibilidade, limpeza, presença de áreas verdes e disponibilidade de serviços básicos que compõem elementos representativos da qualidade de vida urbana referentes à base material. A qualidade de vida do homem está intimamente ligada à sua interferência lançada e construída sobre o meio natural urbano no que se refere aos aspectos socioambientais.

Na coleta de dados secundários, com a realização das entrevistas observa-se que mais da metade dos moradores entrevistados já visitaram a Sanga, onde o intuito era o lazer, conhecer e ainda a verificação de sua condição ambiental. Observou-se também com a coleta de dados que os moradores além de identificar questões relativas ao meio ambiente também pontuam questões sociais graves que ocorrem no bairro, referente ao uso da Sanga Pinheirinho. O uso de drogas na localidade foi reiteradamente mencionado pelos moradores caracterizando um problema que a comunidade enfrenta no cotidiano.

As questões relativas às representações dos moradores remetem ao que coloca Goldbat (1996), que para compreender o motivo porque a degradação do ambiente é interpretada como degradação é necessário entender qual o significado que o meio tem para aqueles atores e quais valores e imagens se criaram ao seu redor.

Assim, o que se buscou foi essa relação, compreender como interpretam, o que significa, qual o olhar e quais suas representações relativas a tais temáticas muitas vezes diferenciadas e totalmente contrárias àquelas postas e tidas como certas no meio acadêmico ou mesmo na sociedade. Estes relatos, de forma imprescindível servem de base à construção

conjunta não apenas de profissionais de serviço social, mas também de órgãos públicos e privados para a participação e formação de cidadão com consciência crítica.

Por fim, não se pode tratar a pobreza, bem como o meio ambiente, deixando de lado suas especificidades e construção histórica que trazem no seu bojo construções sociais e políticas. Dessa forma, os temas abordados devem ser compreendidos à luz da análise crítica e da realidade local, considerando o cotidiano das pessoas ali inseridas e que o vivenciam em suas necessidades. Neste contexto, impõe-se ao serviço social novos desafios e perspectivas para acolher e compreender as intrínsecas relações socioambientais que podem ser campo para a atuação profissional. Desse modo, procurou-se delinear algumas relações entre pobreza e meio ambiente, que conduzem a questões socioambientais que emergem à profissão, entendendo e demarcando ainda, por ser emergente, os limites e possibilidades nos estudos existentes sobre a temática.

Ao se identificar a área ambiental como área que inaugura um novo espaço para a atuação de profissionais do serviço social, observou-se também questões nevrálgicas relacionadas a uma análise crítica *versus* a reprodução do discurso ideológico do capital, revelando tristemente a concepção de profissionais que responsabilizam o indivíduo por sua pobreza e degradação.

Entretanto, a atuação profissional é construída por seus profissionais assistentes sociais, sendo estes, detentores da possibilidade de escolha e de assim produzir uma atuação diferenciada em prol da classe trabalhadora, do cidadão, construindo conjuntamente o que de fato lhes convém e utilizando-se da educação ambiental como arma de transformação social e não como reprodução do capital. Dessa forma, a habilidade de visualizar as relações sociais obscuras em um bombardeio ideologizante da mídia se faz necessária ao profissional assistente social.

Dito isso, faz-se necessário colocar que se reconhece os limites do trabalho aqui apresentado bem como os avanços necessários que o serviço social tem a percorrer ainda neste caminho, porém o estudo é parte integrante de um esforço intelectual de aproximação a um tema emergente ao curso correlacionando-o com matéria já conhecida do mesmo e aproximando tais temáticas dos cidadãos e possíveis usuários do serviço social.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Workshop sobre a definição de serviço social**. 2015. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/diagramacao_definicao_workshop.pdf>. Acesso em: 01 dez.2015.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de Metodologia Científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2007.

ARAÚJO, Ubiracy. **Política Nacional do Meio Ambiente**. 2010. Disponível em:<<http://www.saogoncalo.rj.gov.br/meioambiente/copias%20digitais/politicameioambiente.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2010.

BIDARRA, Zelimar Soares. Pactuar a intersectorialidade e tramar as redes para consolidar o sistema de garantia dos direitos. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 99. p. 483-497. jul/set 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 15 nov.2014.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social**. 2007. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BA6D0B28801EE/sumario_2009_TEXTOV1.pdf>. Acesso em: 01 out.2014.

_____. **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**. Disponível em: <http://www.unc.br/mestrado/mestrado_materiais/1PoliticaNacionalDesenvolvimentoUrbano.pdf>. Acesso em: 05 out.2015.

_____. **Política Nacional do Meio Ambiente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L6938org.htm>. Acesso em: 20 mai.2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re)Produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CASTELLS, Manuel. **A Questão urbana**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome**. 11. ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 1992.

CEPAL. **Panorama Social da América Latina**. 2013. Disponível em: <<http://www.cepal.org/cgibin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/7/51767/P51767.xml&xsl=/tpl-p/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

CHIARINI, Túlio. Pobreza e Meio-Ambiente no Brasil Urbano. **Economia-Ensaio**. Uberlândia. jul./dez. 2006. p. 7-33. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/1552/1379>> Acesso em: 19 maio 2013.

CORREA, Esmeralda. **Qual a relação entre pobreza e meio ambiente?** Evidências e Reflexões desde uma Perspectiva Multidimensional do Bem-estar Humano. Disponível em <<http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=1185>> Acesso em: 16 mai. 2013.

COSTA, Luis Alberto Martins. **Calendário Histórico de Toledo**. Toledo: Gráfica e Editora GFM, 2009.

DECLARACIÓN UNIVERSAL DE DERECHOS HUMANOS EMERGENTES. **Institut de Drets Humans de Catalunya**. 1ª. Ed. Barcelona: Gráfiqúe Massanes, 2009. Disponível em: <http://www.world-governance.org/IMG/pdf_DUDHE-2.pdf>. Acesso em: 15 ago.2015.

FLORES, Henrique Ortiz. Vivienda y desarrollo urbano justo y sustentable. In: GRAZIA, Grazia de (org). **Direito à cidade e ao Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Reforma Urbana, 1993.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. 6. ed. São Paulo: Petrópolis, 2009.

GARCIAS, Carlos Mello. Indicadores de qualidade ambiental urbana. In: MAIA, Nilson Borlina; BARELLA, Walter; MARTOS, Henry Lesjak (org). **Indicadores ambientais: conceitos e aplicações**. São Paulo: EDUC/COMPED/INEP, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDBLATT, David. **Teoria Social e ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

GOMES, Gustavo França. **Conflitos Socioambientais e o direito à água**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993.

GRAZIA, Grazia de (org). **Direito à cidade e ao Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Reforma Urbana, 1993.

GREGORY, Valdir. **Os Eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

GRIMBERG, Elisabeth. A questão sócio-ambiental no espaço urbano: limites e desafios. In: GRAZIA, Grazia de (org). **Direito à cidade e ao Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Reforma Urbana, 1993. p. 174-182.

GROSTEIN, Marta Dora. **Metrópole e expansão urbana a persistência de processos "insustentáveis"**. São Paulo Perspectiva. vol. 15 no. 1 São Paulo Jan./Mar. 2001. On-line version ISSN 1806-9452. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000100003&script=sci_arttex>. Acesso em: 10 out.2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IGREJA Católica em números. **Terra**. 11 mar 2013. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/europa/renuncia-do-papa/igreja-catolica-em-numeros-12-bilhao-de-fieis-40-numericalatina,d8908d780eb5d310VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html>>. Acesso em 07 mai.2015.

IPARDES. **Caderno estatístico do município de Toledo**. 2015. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85900&btOk=ok>>. Acesso em: 20 out.2015.

_____. **Perfil avançado do município de Toledo**. 2015. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=184&btOk=ok>. Acesso em: 20 out.2015.

JUNIOR, Orlando Moreira. O Social e o ambiental nas cidades contemporâneas: embates, desafios e incertezas. **Revista Geografia (Londrina)**. Londrina. v19. n.1. 2010. Disponível em:<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/2819/4807>>. Acesso em: 15 abr.2014.

KÄSSMAYER, Karin. **Cidade, riscos e conflitos socioambientais urbanos: desafios à regulamentação jurídica na perspectiva da justiça socioambiental**. Curitiba: 2009. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná. 2009. 259 p.

LEAO XII, Papa. **Encíclica Rerum Novarum**. Roma. 1891. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_1xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html>. Acesso em 20 abr.2015.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lucia M. Endlich Orth. 7. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

LIMA, Telma C. Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v.10, n.esp. p. 37-45, 2007.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>>. Acesso em: 09 out.2015.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. 2 Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NAHAS, Markus Vinicius. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 3. Ed. Londrina: Midiograf, 2003.

NERI, M.C.; MELO, L.C.C.; MONTE, S.R.S. **Superação da pobreza e nova classe média no campo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2009.

NIEDERAUER, Ondy Helio. **Toledo no Paraná: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso**. 2. ed. Toledo: Tolegraf Impressos Gráficos Ltda, 2004.

OLIVEIRA, Micheli Aparecida. **Impactos ambientais gerados e agravados por habitações em condições precárias. Desafios à gestão de políticas públicas**. 2010. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo. 2010.

_____, Micheli Aparecida. **O direito ao meio ambiente sadio na sociedade capitalista.** 2014. 08 f. Artigo publicado em Anais de Evento. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo. 2014.

_____, Micheli Aparecida. **Ser social, degradação ambiental e capital.** 2013. 07 f. Artigo apresentado em disciplina. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo. 2013.

PINHEIRINHO, Sanga. Parque Linear deve ser entregue em até 180 dias. **Jornal do Oeste**, Toledo, 06 de jul. 2015. Disponível em: <<http://www.jornaldooeste.com.br/cidade/2015/07/parque-linear-sanga-pinheirinho-deve-ser-entregue-em-ate-180-dias/1428720/>>. Acesso em: 05 ago.2015.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo:Atlas, 2007.

RICHEMOND, Nancy Meschinet. VEYRET, Yvette. Os tipos de risco. In: VEYRET, Yvette. (org). **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 2007.

ROCHA, Jeferson Marçal da. **Sustentabilidade em questão: Economia, sociedade e meio ambiente.** Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: Afinal de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROESLER, Marli Renate Von B; OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. **Direito humano ao meio ambiente sadio e equilibrado.** In: FABRIS, Diuslene Rodrigues. (Org) *et al.* **25 anos do Curso de Serviço Social da Unioeste: diálogos e reflexões no contexto dos direitos humanos.** Cascavel: Edunioeste, 2013.

ROESLER, Marli Renate Von Borstel. **Gestão ambiental e sustentabilidade: a dinâmica da Hidrelétrica Binacional de Itaipu nos municípios limdeiros.** Cascavel: EDUNIOESTE, 2007.

SALAMA. Pierre. Pobreza: Luz no fim do túnel? **Nexus Econômicos.** Salvador, V.4, n. 6, jun. 2010. Disponível em: <http://pierre.salama.pagesperso-orange.fr/art/pobreza_luz_no_fim_do_tunel@br.pdf>. Acesso em: 10 set. 2014.

SCHONS, Selma Maria. A questão ambiental e a condição da pobreza. **Revista Katálisis**. Florianópolis, V. 15, n. 1, p. 70-78, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v15n1/a07v15n1.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, exclusão social e modernidade**: Uma introdução ao mundo contemporâneo. São Paulo: Augurium Editora, 2004.

SEIFFERT, Mari Elisabet Bernardini. **Gestão ambiental**: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**: um desafio ético-político ao serviço social. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Oscar; BRAGAGNOLLO, Rubens; MACIEL, Clori Fernandes. **Toledo e sua história**. Toledo: Prefeitura Municipal, 1988.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social**: Diferentes concepções e compromissos políticos. São Paulo: Cortez, 2013.

SIRKIS, Alfredo. **Ecologia Urbana e Poder Local**. Rio de Janeiro: Fundação Ondazul, 1999.

SOUZA, João. **Preservação dos Recursos Hídricos da Bacia da Sanga Pinheirinho no Município de Toledo – PR**. Disponível em: <http://www.toatiliiofontana.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/27/2790/838/arquivos/File/PDE%20Joao%20de%20Souza%20Geografia/apresentacaopinheirinho_renovado.pdf>. Acesso em: 05 ago.2014.

SOUZA, Reginaldo Aparecido. **Narrativas Urbanas**: cidade, fotografia e memória, Toledo-PR (1950-1980). Marechal Cândido Rondon, 2010. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2010. 169 p. Disponível em:< <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp149836.pdf>>. Acesso em: 20 jun.2015.

TOLEDO. Câmara Municipal de Toledo. **História de Toledo**. Toledo, PR, 27 de nov.2014. Disponível em: <<http://www.toledo.pr.leg.br/institucional/historia>>. Acesso em: 15 nov.2015.

_____. **Decreto nº658, de 3 de abril de 2008**. Denomina “Parque Urbano Frei Eusébio” o parque implantado ao longo da Sanga Pinheirinho, nesta cidade. Toledo, PR, 8 de abr.2008. Disponível em:

<http://www.toledo.pr.gov.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/4116_texto_integral>. Acesso em: 10 nov.2015.

_____. **Plano Municipal de Educação**. Toledo, PR, fev.2009. Disponível em: <<https://www.toledo.pr.gov.br/sites/default/files/MUNIC%C3%8DPIO%20DE%20TOLEDO%20-%20PME.pdf>>. Acesso em: 10 nov.2015.

WEISZFLOG, Walter. Dicionário da língua portuguesa Michaelis. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=percep%E7%E3o>>. Acesso em: 30 out.2015.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr/jun 2012.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa**: geopolítica da fome. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MORADORES

1- Identificação:

1.1 Sexo ()F ()M

1.2 Idade:

2- Há quanto tempo reside no bairro?

3- Você conhece a sanga pinheirinho?

4- Você ou alguém da família já visitou a sanga? Se sim, qual a finalidade da visita?

5- Em sua opinião, a utilização da sanga para banho ou outro tipo de lazer pode trazer algum dano à saúde de quem frequenta?

6- O que é ter qualidade de vida para você?

7- E o que é meio ambiente para você?

8- Em sua opinião, o meio ambiente interfere na qualidade de vida das pessoas?

9- Você acha que a “visitação” existente à sanga pode trazer algum dano ao meio ambiente ou poluição da sanga?

10- Existe no bairro ou nas proximidades opções de lazer e divertimento que as famílias/moradores possam frequentar de forma acessível?

11- Você possui conhecimento sobre o projeto do parque linear na Sanga Pinheirinho que será implantado?

12- Você participou ou tem conhecimento de alguma convocação da comunidade para participar das discussões de implantação do parque?

13- Em sua opinião o parque trará algum tipo de benefício ao meio ambiente? E à população? Quais.

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO ESPAÇO DA SANGA PINHEIRINHO EM TOLEDO - PR

Pesquisador responsável e colaboradores: Micheli Aparecida de Oliveira (responsável) Roseli Silma Scheffel (colaboradora), Marli Renate von Borstel Roesler (colaboradora).

Convidamos a participar de nosso projeto que tem o objetivo abranger de forma teórica questões relacionadas à pobreza, vulnerabilidade e meio ambiente, e apontar problemas identificados à gestão municipal, em relação ao trabalho realizado com a população do entorno da Sanga Pinheirinho no Município de Toledo-PR, para isso será realizado o seguinte tratamento a sua pessoa, que consiste na realização de entrevista com roteiro de perguntas relacionadas ao tema proposto.

Durante a execução do projeto desejamos não gerar riscos, custos ou desconforto aos participantes, porém, mesmo tomando os devidos cuidados e a chances sendo mínimas o participante pode se constranger em algum momento ou mesmo ter a identidade revelada na pesquisa. A pesquisadora responsável poderá ser encontrada pelos telefones: 45 9817-0659 45 3278-1860 para fins de notificação de acontecimento ou recebimento de informação se necessária. A contribuição esperada em relação ao projeto no que diz respeito aos sujeitos da pesquisa é a problematização e análise de questões presentes em seus cotidianos, a partir das indagações realizadas pelo pesquisador. A comunidade como um todo também se beneficiará com a pesquisa, visto que pode servir como reflexão para mudanças no dia-a-dia da gestão pública frente a pontos críticos identificados no que se refere ao tema tratado pela pesquisa. O termo aqui apresentado será entregue em duas vias, onde uma ficará com o participante e este não receberá nem pagará nada para a participação no projeto.

Os dados da pesquisa serão utilizados para a elaboração da Dissertação de Mestrado da pesquisadora responsável, mantida a confidencialidade do sujeito. O participante poderá cancelar sua participação a qualquer momento. Para maiores esclarecimentos e informações pode-se procurar Comitê de Ética em Pesquisa da Unioeste – CEP/Unioeste, através do telefone 32203272.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar da pesquisa: IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO ESPAÇO DA SANGA PINHEIRINHO EM TOLEDO – PR.

_____, _____ de _____ de _____.

Nome do sujeito/ou responsável: _____

Assinatura: _____

Eu, Micheli Aparecida de Oliveira, pesquisadora responsável, em conjunto com as pesquisadoras colaboradoras Roseli Silma Scheffel e Marli Renate Von Borstel Roesler, declaramos que fornecemos todas as informações referentes ao projeto ao participante e/ou responsável.

Pesquisador Responsável

Pesquisador Colaborador

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELO CAMPO DE ESTUDO:
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E URBANISMO

ANEXO IV

TERMO DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELO CAMPO DE ESTUDO

Título do projeto: Decorrências da pobreza na degradação ambiental local.

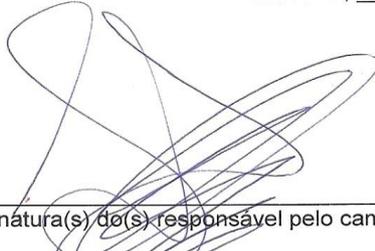
Pesquisadore(s): Micheli Aparecida de Oliveira

Local da pesquisa: Prefeitura Municipal – Secretaria de Habitação e Urbanismo.

Responsável pelo local de realização da pesquisa: Igor Antonio Colla Januário

O(s) pesquisador(es) acima identificado(s) estão autorizados a realizarem a pesquisa e coletar dados, preservando as informações referentes aos sujeitos de pesquisa, divulgando-as exclusivamente para fins científicos apenas anonimamente, respeitando todas as normas da Resolução 196/96 e suas complementares.

Cascavel, 04 de agosto de 2014.



Nome(s) e assinatura(s) do(s) responsável pelo campo da pesquisa

Igor Antonio Colla Januário
Secretário de Habitação e Urbanismo
CAU: A42352 -1

ANEXO B - TERMO DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELO CAMPO DE ESTUDO:
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TERMO DE CIENCIA DO RESPONSÁVEL PELO CAMPO DE ESTUDO

Título do Projeto: Decorrências da pobreza na degradação ambiental local

Pesquisadores (s): Micheli Aparecida de Oliveira

Local da Pesquisa: Prefeitura Municipal – Secretaria de Assistência Social.

Responsável pelo local de realização da pesquisa: Ineiva Terezinha Kreutz Louzada

O(s) pesquisadores acima identificado (s) estão autorizados a realizarem a pesquisa e coletar dados, preservando as informações referentes aos sujeitos da pesquisa, divulgando-as exclusivamente para fins científicos apenas anonimamente, respeitando todas as normas da Resolução 196/96 e suas complementares.

Cascavel, 30 julho de 2014.

Nome (s) e assinatura (s) do (s) responsável pelo campo da pesquisa

Ineiva Terezinha Kreutz Louzada
Secretária de Assistência Social
e Proteção à Família
PORTARIA Nº 10 de 01/01/2013

ANEXO C - TERMO DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELO CAMPO DE ESTUDO:
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

ANEXO IV

TERMO DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELO CAMPO DE ESTUDO

Título do projeto: Decorrências da Pobreza na degradação ambiental local

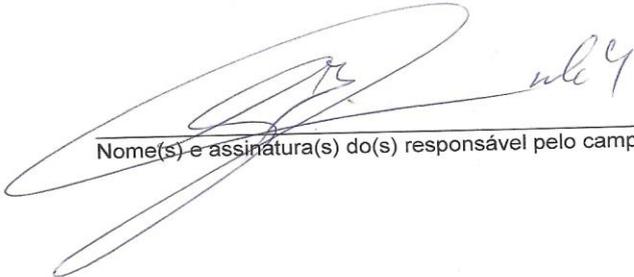
Pesquisadore(s): Micheli Aparecida de Oliveira

Local da pesquisa: Prefeitura Municipal – Secretaria de Planejamento e Urbanismo.

Responsável pelo local de realização da pesquisa: Gilberto Augusto Chmulek

O(s) pesquisador(es) acima identificado(s) estão autorizados a realizarem a pesquisa e coletar dados, preservando as informações referentes aos sujeitos de pesquisa, divulgando-as exclusivamente para fins científicos apenas anonimamente, respeitando todas as normas da Resolução 196/96 e suas complementares.

Cascavel, 09 de agosto de 2014.


Nome(s) e assinatura(s) do(s) responsável pelo campo da pesquisa

ANEXO D – DECLARAÇÃO DE COLETA DE DADOS NÃO INICIADA**DECLARAÇÃO**

Título do projeto: Decorrências da pobreza n degradação ambiental

Pesquisador (es): Micheli Aparecida de Oliveira

Tipo de Pesquisa:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Iniciação científica | <input checked="" type="checkbox"/> Dissertação/Mestrado |
| <input type="checkbox"/> TCC/Graduação | <input type="checkbox"/> Tese/Doutorado |
| <input type="checkbox"/> TCC/Especialização | <input type="checkbox"/> Projeto Institucional |

O pesquisador do projeto acima identificado declara que a coleta de dados não foi iniciada e somente iniciará após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Cascavel, 10 de junho de 2014_.

Micheli Aparecida de Oliveira - Dissertação
Nome e assinatura do pesquisador responsável

Roseli Sibma Scheffel *Roseli Sibma Scheffel*
Nome(s) e assinatura(s) do(s) pesquisador(es) colaboradores

ANEXO E – TERMO DE COMPROMISSO PARA USO DE DADOS EM ARQUIVO**TERMO DE COMPROMISSO PARA USO DE DADOS EM ARQUIVO**

Título do projeto: Decorrências da pobreza na degradação ambiental

Pesquisadore(s): Micheli Aparecida de Oliveira (responsável)

O(s) pesquisador(es) do projeto acima identificado(s) assume(m) o compromisso de:

1. preservar a privacidade dos sujeitos de pesquisa e dados coletados
2. preservar as informações que serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do projeto em questão
3. divulgar as informações somente de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar o sujeito da pesquisa
4. respeitar todas as normas da Resolução 196/96 e suas complementares na execução deste projeto

Cascavel, 10 de junho de 2014.

Micheli Aparecida Oliveira - Oliveira
Nome e assinatura do pesquisador responsável

Roseli Silma Schefel
Nome(s) e assinatura(s) do(s) pesquisador(es) colaboradores

[Assinatura]

ANEXO F - PARECER COMITÊ DE ÉTICA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
OESTE DO PARANÁ

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Decorrências da pobreza na degradação ambiental local**Pesquisador:** Micheli Aparecida de Oliveira**Área Temática:****Versão:** 2**CAAE:** 32265414.3.0000.0107**Instituição Proponente:** Centro de Ciências Biológicas e da Saúde CCBS - UNIOESTE**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 774.317**Data da Relatoria:** 28/08/2014**Apresentação do Projeto:**

A proposta de pesquisa refere-se às inter-relações de pobreza e meio ambiente abordando uma análise sócio-ambiental. A investigação terá três eixos principais: Pobreza, aspectos conceituais e suas relações; diagnóstico de construção do bairro Santa Clara e a Sanga Pinheirinho e a percepção da gestão e da população às implicações sócio-ambientais da Sanga Pinheirinho.

Objetivo da Pesquisa:

Apreender teoricamente pobreza, vulnerabilidade e meio ambiente, e apontar enfrentamentos à gestão municipal, acerca do trabalho realizado com a população do entorno da Sanga Pinheirinho no município de Toledo-PR.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Estão previstos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Relevante para a área.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Presentes e adequados.

Endereço: UNIVERSITARIA**Bairro:** UNIVERSITARIO**UF:** PR**Município:** CASCAVEL**CEP:** 85.819-110**Telefone:** (45)3220-3272**E-mail:** cep.prppg@unioeste.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
OESTE DO PARANÁ/



Continuação do Parecer: 774.317

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

As solicitações feitas foram atendidas pela pesquisadora.

CASCADEL, 01 de Setembro de 2014

Assinado por:

João Fernando Christofolletti
(Coordenador)

Endereço: UNIVERSITARIA

Bairro: UNIVERSITARIO

CEP: 85.819-110

UF: PR

Município: CASCADEL

Telefone: (45)3220-3272

E-mail: cep.prppg@unioeste.br